



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ-SC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH/UFFS)**

LUCAS MARTINS

**A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS EM
GUARAPUAVA-PR (1950- PRESENTE)**

CHAPECÓ-SC

2024

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Martins, Lucas

A agroindustrialização e a construção de narrativas em Guarapuava-Pr (1950- presente) / Lucas Martins. -- 2024.

123 f.:il.

Orientadora: Dr Samira Peruchi Moretto

Co-orientador: Dr Miguel Mundstock Xavier de Carvalho.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó, SC, 2024.

1. Agricultura. 2. História Ambiental. 3. Paraná. I. Moretto, Samira Peruchi, orient. II. Carvalho., Miguel Mundstock Xavier de, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

LUCAS MARTINS

**A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS EM
GUARAPUAVA-PR (1950- PRESENTE)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação da professora Dra. Samira Peruchi Moretto e coorientação do professor Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 10/07/2024.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

SAMIRA PERUCHI MORETTO

Data: 27/07/2024 15:14:40-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Samira Peruchi Moretto – UFFS
Orientadora



Documento assinado digitalmente

JO KLANOVICZ

Data: 30/07/2024 09:53:14-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jó Klanovicz– UNICENTRO
Avaliador



Documento assinado digitalmente

MARLON BRANDT

Data: 02/08/2024 10:51:05-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marlon Brandt – UFFS
Avaliador

Dedico este trabalho aos filhos e filhas
do êxodo rural.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda a minha família, que ensinaram-me logo cedo a necessidade do trabalho duro, árduo e persistente. Mostraram-me que a labuta é longa, mas que é necessária, seja no campo ou na cidade ou na interconexão que há entre ambos, sempre devemos dar o nosso máximo em todos os empreendimentos.

In memoriam de Paulo Martins, pai amado.

RESUMO

O presente trabalho consiste na análise de projetos de modernização agrícola empreendidos na cidade de Guarapuava, centro sul do Estado do Paraná, a partir da década de 1950. Objetivou-se com esta análise compreender como estes projetos em prol da alta tecnologia no âmbito do desenvolvimento agrário afetaram a vida daquela sociedade e quais são as repercussões destes movimentos nos espaços políticos, culturais, sociais e ambientais desde suas implementações até a conjuntura atual. Utilizamos como base teórica em nossa análise a História Ambiental, centrando-nos em autores como Warren Dean (1932-), Donald Worster (1941-) e José Augusto Pádua (1959-) compreendendo junto a estes autores que o meio ambiente é algo altamente participativo na história da humanidade, não apenas um agente secundário, um cenário onde a história transcorre, mas um ser dotado de inúmeras características e especificidades passíveis de análise, no qual os indivíduos integram-se a ele mudam-no aos seus prazeres, anseios e desejos de domínio. A metodologia empregada neste estudo concentra-se na análise documental como prevê Carlos de Almeida Prado Bacellar (1959-) e na discussão acerca da formulação de narrativas como apontado nos estudos acerca da temporalidade e seus usos em Reinhart Koselleck (1923-2006). Podemos observar a guisa de conclusão que a modernização agrícola empreendida nos rincões do interior do Paraná não fora feita aquém de uma conjuntura histórica, mas dependente desta, há portanto, toda uma conjuntura histórica, onde o novo alterna-se com o antigo, criando uma dicotomia que retroalimenta-se entre tradição, laboriosidade, moderno e tecnologia.

Palavras-chave: Modernização; agricultura; Paraná; Guarapuava.

ABSTRACT

The present work consists of analyzing agricultural modernization projects undertaken in the city of Guarapuava, in the southern center of the State of Paraná, starting from the 1950s. The objective of this analysis was to understand how these projects, aimed at high technology in the context of agrarian development, affected the lives of that society and what the repercussions of these movements have been in political, cultural, social, and environmental spaces from their implementation to the current situation. In our analysis, we rely on the theoretical framework of Environmental History, focusing on authors such as Warren Dean (1932-), Donald Worster (1941-), and José Augusto Pádua (1959-). Together with these authors, we comprehend that the environment is highly participatory in human history, not merely a secondary agent or a backdrop where history unfolds, but a being with numerous characteristics and specificities open to analysis, in which individuals integrate and transform it according to their pleasures, desires, and dominion. The methodology employed in this study centers on documentary analysis, as proposed by Carlos de Almeida Prado Bacellar (1959-), and on discussions about narrative formulation, as indicated in studies on temporality and its uses by Reinhart Koselleck (1923-2006). In conclusion, we can observe that the agricultural modernization undertaken in the hinterlands of Paraná was not carried out independently of historical context; rather, it was dependent on it. Thus, there exists an entire historical context where the new alternates with the old, creating a dichotomy that feeds back between tradition, labor, modernity, and technology.

Keywords: Modernization; agriculture; Paraná; Guarapuava.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da localização de Guarapuava.....	13
Figura 2: Mapa dos campos de Guarapuava mostrando os terrenos aplicados à Freguesia de Belém, Atalaia e portugueses, pelo padre Chagas Lima, em 1821.....	26
Figura 3: Produção agrícola do Brasil (1961-2019) em US\$.....	33
Figura 4: Jornal Entre Rios. Guarapuava: N° 06, 25 de abril de 1987. p. 01.....	54
Figura 5: Vegetação do estado do Paraná.....	62
Figura 6: Localização geográfica de Guarapuava-PR.....	63
Figura 7: Jornal Entre Rios. Guarapuava: N° Edição teste, dezembro de 1986. p. 05....	65
Figura 8: Produção da Soja no Paraná.....	66
Figura 9: General Ernesto Geisel e Mathias Leh Presidente da Cooperativa Agrária de Guarapuava- Década de 1970.....	68
Figura 10: Dados da soja produzida pela Cooperativa Agrária.....	69
Figura 11: Jornal Entre Rios. Guarapuava: N° 01, 10 de janeiro de 1987. p. 16.....	75
Figura 12: Junho 1951. O primeiro sulco via trator na região de colonização de Entre Rios. Guarapuava- PR.....	79
Figura 13: Análise da situação dos posseiros em Entre Rios.....	83
Figura 14: Tempo de ocupação dos posseiros de Entre Rios.....	89
Figura 15: Inda-Cooperativo Ano III. N°3, tiragem 2000. 1970, Curitiba, Pr.....	99
Figura 16: Tratoração em Guarapuava.....	106
Figura 17: Festa de 70 anos da imigração para Entre Rios.....	106
Figura 18: Transcrição do Programa dia a dia da notícia- Rádio Cultura de Guarapuava..	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Valores Brutos de Produção e PIB de Guarapuava.....	17
Tabela 2: Números do tratoração.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARPA:	Associação de crédito e assistência rural do Paraná
BRDE:	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CNPS:	Centro Nacional de Pesquisa de Soja
EMATER:	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA:	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO:	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
FAPA:	Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária
FOM:	Floresta Ombrófila Mista
IAPAR:	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA:	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA:	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPARDES:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
NORCOOP:	Projeto Norte de Cooperativismo
OCEPAR:	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
PIC:	Projeto Iguaçu de Cooperativismo
PTB:	Partido Trabalhista Brasileiro
SCRI:	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
SULCOOP:	Projeto Sul de Cooperativismo
UDN:	União Democrática Nacional
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNICENTRO:	Universidade Estadual do Centro-Oeste
USP:	Universidade de São Paulo
VBP:	Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: GUARAPUAVA NO CENÁRIO AGRÍCOLA.....	25
1.1 Geografia e povoamento.....	26
1.2 A constituição do empresarial rural na região.....	30
1.3 A modernização da agricultura: influências e afluências.....	35
1.4 TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS.....	37
CAPÍTULO II: A AGROINDÚSTRIA GUARAPUAVANA MODERNIZADA.....	41
2.1 O macro e o micro: cenários se encontram.....	47
2.2 As influências no setor agrícola.....	53
2.3 O símbolo da tecnologia agrícola: a soja em Guarapuava.....	63
CAPÍTULO III: O TRABALHO E O SEU SENTIDO IDENTITÁRIO.....	73
3.1 Os indesejados.....	81
3.2 Integração entre sistemas sociais e naturais: o papel do cooperativismo.....	94
3.3 A experiência humana entrelaça-se ao ambiente.....	103
Considerações finais.....	114
Fontes.....	117
Referências bibliográficas.....	118

INTRODUÇÃO

A espécie humana é muito recente e não nasceu agricultor ou criador de seu próprio alimento, se fez assim após centenas de milhões de anos de evolução biológica, técnica e cultural. Foi apenas no neolítico que começamos a cultivar as plantas e criar animais que nós mesmos domesticamos, introduzimos e multiplicamos, em todos os tipos de ambiente, transformando os ecossistemas naturais originais em ecossistemas cultivados, artificializados e explorados.

A agricultura humana conquistou o mundo, tornou-se o principal fator de transformação da ecosfera e das próprias sociedades, os ganhos de produção e de produtividade, respectivamente, condicionaram o aumento do número de homens e o desenvolvimento de categorias sociais (Mazoyer e Roudart, 2010. p. 58). Buscamos nesta pesquisa justamente analisar categorias sociais, criadas a partir da construção e legitimação de discursos e narrativas que associam a temporalidade para balizar indivíduos entre produtores e não produtores, modernizados e atrasados.

Como base abordaremos projetos de modernização agrícola e relatórios sobre parte da região central paranaense, no recorte geográfico do município de Guarapuava, a partir da década de 1950. Guarapuava está localizada na região sul do Brasil, centro-sul do estado do Paraná, no terceiro planalto, chamado de Planalto de Guarapuava¹.

A motivação deste trabalho surgiu a partir da pesquisa de iniciação científica² empreendida entre 2020 e 2021 que tratava de projetos fracassados de modernização agrícola no litoral paranaense. A problemática central deste primeiro trabalho dava-se em torno de como a modernização agrícola influenciou na distribuição de terras no espaço rural.

Nesta análise primária foi verificado que as mudanças na posse da terra, foram incentivadas pelo governo paranaense e relacionavam-se ao desejo na mudança na forma de agricultura empreendida no litoral paranaense, de uma via mais tradicional para uma via mais racional e produtora de alimentos de maior valor comercial.

¹Dados fornecidos pelo site da prefeitura Sobre Guarapuava. Pr.gov.br. Disponível em: <<https://www.guarapuava.pr.gov.br/conheca-guarapuava/sobre-guarapuava/#:~:text=Guarapuava%20est%C3%A1%20localizada%20na%20regi%C3%A3o,planalto%2C%20chamado%20Planalto%20de%20Guarapuava.>>. Acesso em: 29 set. 2023.

² Regimes de Historicidade e narrativas historicizadas no Paraná: discursos sobre o litoral no século XX. Beatriz Anselmo Olinto (Orientadora) Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO.

Pretendemos agora dar continuidade no processo de análise da conjuntura agrícola do Paraná pós 1950, associando a dominação do espaço às consequências sociais e ambientais destas ações, enfatizando o ambiente e as mutações deste a discursos legitimadores de ações que visam promover processos de modernização na agricultura. O recorte temporal desta pesquisa justifica-se pois é a partir de meados da década de 1950 que ocorrem os primeiros indícios de uma tentativa de modernização agrícola na região de Guarapuava, que terá nas décadas subsequentes maior destaque.

A definição do que seria o processo de modernização da agricultura é por si só uma seara bastante complexa e sem uma clareza total. Alguns autores, como Claiton Marcio da Silva (2013, 2018) apresentam esse conceito sendo utilizado antes mesmo de meados do século XX em diferentes funções, contudo é a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que o paradigma da modernização tomou o lugar do que outrora seriam as missões civilizadoras, como uma ideologia de domínio Ocidental.

Neste trabalho utilizamos o conceito de modernização da agricultura, compreendendo-o como um processo de substituição da agricultura praticada de forma quase artesanal, para uma agricultura com atividades integradas à indústria, contudo, sem deixar de lado aspectos de dominação, como enredos discursivos, criações de narrativas historicizantes, usabilidade e manipulações da máquina pública, de recursos fiscais e monetários.

A historiografia relativa a etapas de modernização agrícola e modos de produção agricultáveis é vasta, possuindo obras em diversas localidades e com especificidades inúmeras, na análise que se apresentará buscamos refletir além da ação agrícola, enfatizando a discursividade e partes constituintes de formas de estratificação social no meio rural, além da significação de espaços e poderes locais.

Nesta pesquisa a partir do recorte geográfico de Guarapuava, poderemos vislumbrar reflexos da conjuntura nacional de modernizações agrícolas, que buscando seguir o compasso internacional de padrões produtivos tido como elevados e fruto da crescente industrialização pós-Segunda Guerra Mundial, mostram-se pauta frequente, instaurando mudanças significativas visando a integração do produtor à agroindústria crescente. Soma-se a isso ainda a crescente urbanização da população brasileira especialmente a partir da década de 1950, tornando-se importante produzir mais e com baixos preços para que a população assalariada pudesse realizar a aquisição de bens

industrializados, nota-se que é contudo a partir da hiperprodução na década de 1970 que ocorre uma mudança de paradigmas e o Brasil torna-se um país urbano³.

Figura 1: Mapa da localização de Guarapuava



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapuava
Org: BINDA e GOMES (2007) apud BASTOS e FAJARDO (2014).

Na figura 1, podemos ter a dimensão da localização do município de Guarapuava tal qual apresentado na obra de Tatiane Leal Bastos, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), e Sergio Fajardo, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) em 2014, estes autores já buscavam a partir das especificidades da campo geográfico debater sobre a pluralidade entre a agricultura familiar que ainda está presente no município e a agroindústria que mostra-se frequentemente debatida nos espaços públicos e privados do município.

Essa crescente industrialização da agricultura, presente na cidade e parte de uma conjuntura internacional, estimulou a exportação de *commodities* como soja, carne, algodão, café e milho, em todo território nacional e estes artigos ganharam grande destaque nas exportações. Conseqüentemente houvera uma intensificação do emprego

³TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas*, p. 21-42, 2005.

de alta tecnologia nas monoculturas exportadoras, o que prometia progresso, resultando numa renda que foi extraída do meio rural com altíssimo custo social e ambiental⁴.

Nos países em desenvolvimento, a maioria dos camponeses não encontrou formas de acesso à motorização-mecanização, muito dispendiosa. Em algumas regiões, no entanto (América Latina, Oriente Médio, África do Sul...), alguns grandes empresários agrícolas, que dispunham de milhares de ha e que utilizavam trabalhadores agrícolas diaristas muito mal pagos, aproveitaram-se da inflação e dos baixos preços agrícolas internacionais, relativamente elevados da primeira metade dos anos 1970, assim como dos créditos vantajosos, para, por sua vez, equiparem-se. (Mazoyer; Roudart, 2010.p. 28).

O recorte espacial desta pesquisa parte das condições que se apresentam nos campos de Guarapuava, estes territórios pouco acidentados e terras passíveis de correções químicas e mecanizáveis são de profundo interesse do Estado para projetar e arquitetar modernizações, visto ainda o clima temperado que se apresenta.

O solo dos campos foi considerado pouco favorável ao cultivo, ficando relegado durante décadas a pecuária extensiva. Somente a partir do final da década de 1940 que se rompeu com a ideia de que os campos não seriam adequados à agricultura, e a partir daí novas perspectivas e culturas passaram a compor o cenário dessas localidades⁵, nos períodos anteriores à agroindústria notam-se a presença de extensas fazendas pastoris e a baixa densidade populacional.

De acordo com Cinthian Aparecida Baia (2012. p. 14) no Paraná, todas as áreas desprovidas de vegetação arbórea e propícias à criação de gado foram denominadas Campos, recebendo denominações diferentes, conforme sua localização, especialmente a partir do século XVIII e do interesse da Coroa Portuguesa em estender para o oeste da América do Sul seus domínios territoriais.

A formação administrativa do município é bastante complexa ao longo dos seus mais de 200 anos, destacamos que a Freguesia foi criada pelo Decreto de 19 de agosto de 1818, com a denominação de Nossa Senhora de Belém, no município de Castro e elevada à categoria de vila com a denominação de Guarapuava, pela Lei Provincial de São Paulo n.º 14, de 21 de maio 1849, sendo desmembrada de Castro e tendo como sede a povoação de Nossa Senhora de Belém, da Aldeia da Atalaia. Pela Lei Provincial n.º 21, de 22 de junho de 1850, a vila foi extinta e restaurada pela Lei n.º

⁴MACHADO, P. P. História e movimentos sociais. **Fronteiras**, n. 28, p. 6–6, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/8014>>. Acesso em: 16 maio 2024.

⁵SILVA, C. M.; BRANDT, M. CARVALHO, M. M. X. Uma história ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agroecossistemas. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Orgs). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida – Universidade Federal da Fronteira Sul. 2015. p. 278.

12, de 17 de julho de 1852 e reinstalada em 09 de julho 1853, sendo elevada à condição de cidade pela Lei Provincial n.º 271, de 12 de abril de 1871⁶.

Em divisão administrativa referente a 1936, o município aparece constituído de 13 distritos: Guarapuava, Campo Mourão, Cândói, Catanduvas, Faxinal do Elias, Guarapuavinha, Erval, Juquiá, Laranjeiras, Palmeirinha, Pinhão, Pitanga e Marrecas, faixa territorial muitas vezes superior ao que corresponde na atualidade⁷. Ao longo de sua história foram entre desanexações e criações de distritos inúmeras mudanças, tendo no ano de 2014 apenas 6 distritos: Guarapuava (sede), Atalaia, Entre Rios, Guairacá, Guará e Palmeirinha. Com área territorial correspondente no ano de 2022 a 3.168,087 km².

Para introduzir-nos ao tema da modernização agrícola buscada nos campos de Guarapuava em nosso recorte temporal, precisamos definir o que seria a modernidade para os grupos que ansiavam vê-la nas lavouras. A primeira coisa que o conceito nos fornece é uma diferença histórica, entre algo novo e antigo. Esse conceito foi muito usado ainda no século XVIII pelo Iluminismo, que traçou uma linha histórica para a sociedade que iniciava-se no período do antigo, passava pelo medieval e adentrava o moderno, ou seja à época atual daquela sociedade⁸.

Diante disso, tornou-se habitual condicionar a existência da sociedade moderna e, portanto, avançada, ao mundo ocidental e a todas as transformações ocorridas no marco da modernidade a partir do século XVIII. Este é o conceito de modernidade que é utilizado por pensadores como Karl Marx e Émile Durkheim, dentro de suas especificidades teóricas⁹. É de suma importância darmos enfoque ao conceito de modernidade e modernizações como ações em marcha rumo à uma ideia de progresso. Entretanto esse conceito precisa ser problematizado em seu cerne.

Para Reinhart Koselleck um conceito social e político, como este, possui uma natureza singular e única, ou seja, não está sujeito a mudanças, mesmo que o conceito em si às apregoe. Ele não possui vida para além de tal circunstância em que é criado e condicionado (Koselleck. p.14. 2020).

⁶Ibge.gov.br. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guarapuava/historico>>. Acesso em: 29 set. 2023.

⁷Ibid

⁸ALMEIDA, Jalcione Pereira de. A Modernização Da Agricultura. **Lume**. ufrgs.br, Ed. da UFRGS, 2010, lume.ufrgs.br/handle/10183/56448. Acesso 28 Nov. 2022. Pág. 14.

⁹Ibid., p. 14.

Desta forma, cada tradução e utilização deste termo, para o próprio presente, implica uma história dos conceitos, gerando uma série de problemas ao adaptarmos um conceito muito presente outrora, como o de modernização, mote de uma parcela populacional, para a ótica contemporânea e atual, já que este não apresenta-se o mesmo desde sua concepção no século XVIII.

Seria um trabalho desconexo da realidade e reducionista apresentar o conceito de modernização vivenciado de forma homogênea por todos os agentes presentes no mesmo tempo e espaço, assim como, impossível utilizá-lo como invariável. Sociedade e linguagem, portanto, nas palavras de Koselleck, são condições meta-históricas sem as quais nem a história (*Geschichte*) nem a historiografia (*Historie*) são concebíveis¹⁰.

Marcel Louis Mazoyer e Laurence Roudart (2010) destacam que nas regiões temperadas da Europa, após o desmatamento, toda uma série de sistemas pós-florestais sucederam-se e, de revolução agrícola em revolução agrícola, chegamos aos sistemas atuais. Portanto ao retomarmos nosso conceito central, ainda que em sua complexidade teórica, podemos observar que na Europa da virada do século XVIII ao XIX, suas características industriais e científicas que assistiram ao apogeu do industrialismo, da técnica e do cientificismo, ideologia que orientou diversas concepções de mundo, de forma natural ou forçada, constituem-se como apenas mais um ponto na longa trajetória da história agrícola¹¹.

Outro aspecto da modernidade é sua organização econômica em termos racionais, característica crucial de sua instituição mais conhecida, o capitalismo burguês, fortemente industrial. Este industrialismo é baseado na separação radical entre possuidores e despossuídos dos meios de produção,¹² no que tange especificamente à modernização da agricultura esses processos significaram transformações nas formas de produção com a implementação de técnicas cientificamente estruturadas, com as mudanças ocorridas na estrutura populacional e fundiária.

Retomando nosso recorte espacial/temporal temos diversos impactos acerca das heranças e da busca desenfreada pela modernização, como verificar-se-á. No ano de

¹⁰KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos**: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Tradução Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

¹¹MAZOYER e ROUDART (2010) chamarão a isto de Teoria dos sistemas agrários.

¹²ALMEIDA, Jalcione Pereira de. A Modernização Da Agricultura. **Lume**. ufrgs.br, Ed. da UFRGS, 2010, lume.ufrgs.br/handle/10183/56448. Acesso 28 Nov. 2022. Pág. 14.

2022 Guarapuava figurou como uma das cidades mais importantes para o agronegócio¹³ brasileiro, fruto das modernizações implementadas, hoje as principais culturas do município são a soja, batata, trigo e cevada.

A cidade de Guarapuava está na 49ª posição entre os municípios com a maior produção do país. Podemos verificar na tabela 1 alguns dados importantes sobre a economia desta região de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)¹⁴.

Tabela 1: Valores Brutos de Produção e PIB de Guarapuava

Indicador	Valor
Valor Bruto da Produção (VBP) - Guarapuava, PR	R\$1,16 bilhão (2020)
Produto Interno Bruto (PIB) - Guarapuava, PR	R\$7,5 bilhões (2019)

¹³Nesta obra usaremos o conceito de BARROS para quem o agronegócio é a expressão da fusão de agricultura e negócio. Este termo – negócio – vem originalmente do latim “negotium” (negação do ócio) e tem o significado de ocupação ou trabalho visando a atingir determinados fins para satisfação de desejos ou necessidades de quem os executa ou de outrem; neste último caso, mediante alguma recompensa aos executores. Agricultura ou agropecuária (usados aqui como sinônimos), por sua vez, relaciona-se ao cultivo da terra e recursos naturais em geral, seja para produção vegetal – grãos, frutas, legumes e verduras, fibras, madeira – ou animal – produtos da bovinocultura, suinocultura, avicultura, pesca. [...] Considerando a origem do termo, o agronegócio envolve necessariamente atividades econômicas relacionadas à agricultura. O termo negócio pode ser tomado num sentido amplo de geração de valor através do uso do trabalho e do capital; no caso do agronegócio, engloba-se a agropecuária e demais segmentos produtivos relacionados a ela. Ver mais em BARROS, G. S.A. C. Agronegócio. In: Di Giovanni, G. & M.A. Nogueira. (Org.). DICIONÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 1ª. Ed. São Paulo: FUNDAP - Imprensa Oficial de São Paulo, 2013, v. 1, p. 76-79

¹⁴MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Secretaria de Política Agrícola - SPA Departamento de Análise Econômica e Políticas Públicas – DAEP Coordenação-Geral de Planos e Cenários - CGPLAC Nota nº 01-2022/CGPLAC/DAEP/SPA/MAPA Brasília, 03 de janeiro de 2022. Assunto: Os municípios mais ricos do agronegócio

Valor total da produção das municipalidades paranaenses (2020)	R\$151,2 bilhões (32% do total nacional estimado em R\$470,5 bilhões)
--	---

Esses números que parecem altamente lucrativos ao setor econômico à um primeiro olhar, trazem consigo uma camada muito alta de desigualdade e concentração de terras e recursos. Confrontados com a dura concorrência, atingidos pela queda dos preços, os agricultores menos equipados e os menos produtivos veem a sua renda se desintegrar. Incapazes de investir e de se desenvolver, foram condenados ao atraso e à consequente eliminação (Mazoyer e Roudart, 2010. p. 47)

Pretende-se analisar a relação com o meio ambiente, observando interferências e significações do espaço, percepções temporais frente aos discursos de modernização realizados por órgãos estatais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), secretarias de governo e ainda empresas agrícolas privadas que se firmaram no bojo dessa conjuntura, observando como nesses espaços são diagnosticadas as populações constituintes do meio rural enquanto aptos ou não aptos às reformas estruturais que se propunham naquele contexto geopolítico e econômico, neste cenário as narrativas criadas e propagadas, tem a pretensão de definir as formas de atuação dos agricultores, responsabilizando-os não mais pela própria subsistência e de sua família, mas por algo mais amplo, o avanço nacional.

Com esse objetivo será utilizado o método de análise bibliográfica como eixo norteador na investigação acerca das narrativas criadas em torno do espaço de colonização e outros projetos de modernização agrícola. As fontes consultadas em justaposição ao referencial bibliográfico buscam permear ampla análise. Destacamos ainda que as fontes, apresentadas na sequência, são de tipologias diferentes, como: a) jornais; b) revistas; c) livros; d) discursos; e) telegramas; f) documentos transcritos de produções ao vivo.

Para tanto, utilizaremos como suporte metodológico os autores Antonio Chizzotti (2006), Márcia Oliveira (2007) e André Cellard (2008) para análise documental. Eni Puccinelli Orlandi (2005) e Reinhart Koselleck (2020) no que tange a aspectos discursivos e de Tânia Regina de Luca (2009) e Roberto Sanches Lapuente

(2015) em relação à utilização do jornal e revista impressos. Já Carlos de Almeida Prado Bacellar (2008) será nosso guia quando observarmos documentos de cunho oficial e Gisela Swetlana Ortriwano (2002) ao refletirmos sobre a utilização da mídia radialística.

A tecnologia, no meio urbano ou rural, pressupõe uma nova relação temporal, ligada a um tipo de aceleração, onde alteram-se as perspectivas de tempo, como na relação acelerada entre ir e vir ou plantar e colher. Intentos de modernidade no campo com vistas a acelerar e conseqüentemente aumentar a produção não são novidades no tempos atuais, pois acostumamo-nos a este discurso de velocidade e alto rendimento, contudo, a forma como a temporalidade pode ser observada nos discursos legitimadores destas ações é de importante pauta, pois pode auxiliar na compreensão dos processos de estratificação social do meio rural.

Nesta seara de discussões, estamos inserindo o fator tempo e temporalidades, dentro da perspectiva da História Ambiental, propomos observar o tempo geológico (ou natural) e a sua relação de aceleração causada pela sociedade e pautas agroindustriais¹⁵ nas décadas em análise, visto que essa relação pressupõe a forma como o uso e os recursos do território ocorrerão, ligados a maneira em que as pessoas utilizam a terra, se organizam no espaço e como dão significados ao lugar.

Dentro destes aspectos podemos encontrar apoio nos conceitos de Capitaloceno e Antropoceno, haja visto que, o tempo é um fator determinante na busca desenfreada pelo capital, e o tempo por sua vez, associa-se a uma aceleração, um aspecto de domínio do ambiente, e logo a tecnologia encontra respaldo neste íterim¹⁶. Desta feita a era da humanidade é também a era do capital, onde somos uma força de mutação do espaço, de recondicionamento e domínio, mas também de destruição, perda da biodiversidade e expulsão das áreas rurais de pessoas não ligadas ao ideal capitalista.

Como destaca Donald Worster (1991), importante parte do campo da História Ambiental se dedica justamente a examinar as mudanças tecnológicas relativas ao

¹⁵Como definição usaremos os apontamentos de Favro e Alves (2020) de que agroindústria é o ambiente físico equipado e preparado onde um conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas agropecuárias provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura são realizadas de forma sistemática. É possível obter mais de 100 subclasses, inseridas nas seguintes divisões: fabricação de alimentos, preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, fabricação de produtos de madeira, fabricação de celulose, e diversos outros.

¹⁶Para mais SILVA, W. M. da, MACHADO, C. J. S., & VILANI, R. M. (2023). A História Ambiental e as Eras do Homem e do Capital. *Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha*, 13(2), 114–142. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2023v13i2.p114-142>

domínio do ambiente, visto que a adoção de práticas novas podem ser voluntárias ou forçadas, ou ainda, vivificadas através da discursividade, havendo nessas ações implicações para as pessoas e para a terra. As modernizações pelas quais passou a agricultura ao longo dos séculos trouxeram diversas consequências, contudo, o processo que se instaura a partir da década de 1950 e avança até os dias atuais, intensificou radicalmente a poluição a partir do uso de agroquímicos¹⁷, mudando-se as relações espaço-ambientais e culturais.

Nas páginas que irão se seguir, com o auxílio das fontes consultadas, poderemos observar como as políticas públicas e privadas estiveram centradas na mecanização e monocultura especialmente de produtos relacionados à triticultura (pauta cara aos campos de Guarapuava desde a década de 1950), milho e a soja, utilizando de modelos técnico agrícolas, como o manejo de pragas através de herbicidas, maquinários, novas espécies e fertilizantes, entre outros. Além dessas práticas associadas ao modelo agroindustrial global em uma crescente no período, essas políticas e múltiplos órgãos do setor rural usaram de discursos e criações narrativas para legitimar esse processo de modernização, adjetivando parcelas populacionais entre progresso e atraso.

A discursividade a qual propomos nos debruçar, versa sobre essa utilização massiva de insumos e o emprego de variedades genéticas ligadas à promessa de altos rendimentos nos campos. Contudo este processo é desigual e em relação ao acesso à recursos o que notar-se-á é um crescimento de concentração fundiária, uma oligopolização do espaço rural, êxodo aos centros urbanos, o endividamento de camponeses sem amparo e a deterioração do meio ambiente a partir do uso em larga escala de compostos químicos. Tudo isso em um processo de modernização que está voltado ao mercado econômico global, não local, seguindo uma divisão internacional do trabalho e setores, relacionando-se à demanda e ao consumo dos países ricos subalternizando ainda mais os países subdesenvolvidos¹⁸. Desta feita será possível

¹⁷Ainda que possuindo suas especificidades utilizaremos em nossa análise a definição de produto agroquímico como um componente usado no extermínio de pragas na agricultura, dessa forma serão sinônimos: fitossanitário, defensivo agrícola, pesticida, praguicida, inseticida, fungicida, herbicida e agrotóxico. Estes por sua vez são “qualquer substância, ou mistura de substâncias de ingredientes químicos ou biológicos destinados a repelir, destruir ou controlar qualquer praga, ou regular o crescimento vegetal”. FAO. 2023. The impact of pesticide residues on the gut microbiome and human health – A food safety perspective. Food Safety and Quality Series, No. 19. Rome. <https://doi.org/10.4060/cc5306en>

¹⁸SERRANO, José Antônio Segrelles et al. El problema de los cultivos transgénicos en América Latina: una "nueva" revolución verde. Entorno Geográfico, n. 3, 2016. p 97.

visualizar que a mecanização do mundo rural contribui certamente para a queda da população rural total.

Os documentos aqui verificados apresentam em ampla medida simplificações das relações sociais, análises sobre a localidade, a disposição da terra, possibilidades do solo e outros dados, realizados por engenheiros agrônomos, órgãos ligados à agroindústria e a camadas detentoras de poder econômico e social como políticos e empresários rurais.

Ao realizar análises ou constatar as possibilidades agrícolas da região trazem consigo uma determinada temporalidade historicizante refletindo as relações com a sociedade local, em sua maioria, elas são produções que visam à tecnologia e negócios lucrativos no âmbito agrícola/econômico. Esses documentos não são produzidos por historiadores e nem para historiadores, apesar de usarem artefatos historicizantes em ampla medida, como será possível analisar.

As fronteiras¹⁹ e o processo de criação e significação das mesmas, realizados por estes documentos, criam e/ou ajudam a criar e solidificar identidades e culturalidades que se relacionam com o espaço, ao campo e a agricultura, acionando e criando interpretações temporais de presente, passado e futuro. Utilizamos aqui o termo não com o sentido de divisa física, mas fronteira como local de disputas de diferentes modos por diferentes grupos humanos, nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora (Martins, 2009).

Seja um passado a ser superado, um futuro à legar como herança ou a viver um progresso tamanho que se possa colher os louros no hoje, o processo de construção identitário atado à localidade e a temporalidade é complexo, pretende-se nesta pesquisa analisar discursos e suas temporalidades, dentro de espaços ligados à intuições modernizantes, que criam ou visam criar uma identidade laboriosa na conjuntura de uma tecnologia ligada à agricultura mas, dependentes das indústrias, visto que o avanço das novas formas de produção evoluiu na medida que os agricultores foram forçados e influenciados pelos discursos (e outras formas) a adotar estratégias de produção, como sementes selecionadas, químicos e outros, ligados aos amplos parques da agroindústria.

¹⁹MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

Sobre o termo, várias vezes empregados na discursividade modernizante, o progresso, compreendemos este como “um mito renovado por um aparato ideológico interessado em convencer que a história tem destino certo e glorioso”, este discurso está presente principalmente a partir do século XXI, haja visto que a capacidade de produzir mais não cessou de crescer e foi assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo do progresso. Contudo, este ideário dominante traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais²⁰.

Dentro do modelo agrícola que se propõem nesse contexto existem indivíduos que estão à margem do processo de modernização, por uma série de fatores historicamente imbricados, seja por problemas na distribuição fundiária por políticas públicas inacessíveis ou a inexistência de um processo de reparação social em um país composto por séculos de escravidão. Deste modo, neste processo de modernidade e busca por uma modernização eficaz para a agroindústria, esses indivíduos são significativamente adjetivados como atrasados, estagnados e um peso na construção de um Estado mais forte economicamente.

Há nas narrativas muito mais que apenas palavras, existem uma infinidade de resultados e significâncias que podem se extrair levando em conta contexto local e tempo, entre outros. É justamente essa concepção de signos e significados criados em relação à temporalidade e os seus usos que será nosso objeto de análise ao longo desta pesquisa, onde poderemos ver o quão importante é o tempo e as temporalidades para a qualificação e a consequente estratificação social.

Essa análise está centrada em três capítulos principais, cada um com suas especificidades, todos dialogando com a pauta de modernizações implementadas por uma série de fatores relacionados à agroindústria global. Pretendemos com esta pesquisa adentrar no debate da História Ambiental, contribuindo para a desconstrução das homogeneidades narrativas, como as regiões uniformes apresentadas em variadas fontes e a reflexão sobre as consequentes estratificações no campo, auxiliados a partir da historiografia já existente.

O primeiro capítulo irá tratar de apresentar o cenário geral, a partir da geografia da área em análise, suas características morfológicas relacionadas ao solo,

²⁰Ver mais em DUPAS, G.. O mito do progresso. Novos estudos CEBRAP, n. 77, p. 73–89, mar. 2007.

topografia e recursos hídricos, aspectos tão caros à escolha de espaços que recebem ou não incentivos agrícolas. Neste tópico iremos ainda apresentar a população e suas origens étnicas, visto que a etnicidade, neste contexto, ata-se ao sujeito laborioso ou não segundo as fontes, e também dimensiona para onde serão destinados os recursos da implementação agrícola de alta produtividade.

Abordaremos a partir do segundo capítulo a economia básica da região,volvendo-se a problematização quanto ao estabelecimento de madeireiras locais e outras formas de trabalho que foram paulatinamente adaptadas à economia de exportação e aos interesses das monoculturas agroindustriais, como a soja e o *pinus*²¹, este incentivado pelo governo federal após o rareamento das araucárias e importante na indústria agrícola. Estas novas culturas, por sua vez, vieram causando a diminuição massiva da biodiversidade do local, afetando conseqüentemente o equilíbrio natural.

Nesses dois primeiros capítulos ao apresentar o espaço geográfico e econômico, traremos à luz diferentes segmentos agrícolas, que foram de grande relevância no cenário de modernizações precursoras à chamada Revolução Verde²².

Via de regra a Revolução Verde pode ser compreendida nos países latino-americanos durante as décadas de 1950 e 1960 constituindo-se, na dependência econômica agrária e na degradação ambiental, em um modelo baseado na intensificação produtiva através do uso massivo de tecnologias, sustentado pela mecanização, irrigação, fertilizantes químicos, pesticidas e bioengenharia genética. Em nosso cenário de análise esse projeto de alterações agrárias é inaugurada na década de 1950, com a adoção de produtos tritícolos, paulatinamente complementados (e/ou substituídos) por produtos de maior valor agregado.

Esse grupo de políticas será pano de fundo de nossa discussão no terceiro capítulo, onde verificamos a busca pela integração da atividade agrícola latino-americana aos modos intensivos de produção e ao setor internacional, já que os insumos são em ampla medida importados. A partir desse momento, a agricultura passa

²¹MORETTO, S. P. O (re)florestamento e os incentivos para introdução da monocultura de *Pinus* spp no planalto de Santa Catarina, Brasil. História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha, v. 6, n. 2, p. 298–310, 2016. O Código Florestal de 1965 deu abertura para uma série de irregularidades no processo de liberação de créditos, não foi estipulado que o replantio deveria ser feito com espécies nativas o reflorestamento passou a ser feito com espécies exóticas e também com árvores frutíferas. As espécies exóticas como o *Pinus* spp e o *Eucalyptus* foram preferíveis por sua maturidade precoce comparada a espécies nativas. No período da ditadura militar os preceitos de desenvolvimento econômico, tão almejado pelos militares, fora colocado à frente da conservação dos recursos naturais. p. 306.

²²SERRANO, et al. p. 95.

a abrigar relações de produção e trabalho e pautas de desenvolvimento cuja essência é o aumento da lucratividade, fato que não só provoca o esgotamento da terra, mas também causa uma série de consequências ao trabalhador agrícola.

Como parte constituinte de um processo amplo de aplicação de modernidades e desejo do Estado paranaense e brasileiro de manter-se em escala produtiva no cenário internacional de *commodities* poderemos nos deter ao observar a descrição das paisagens na chegada do grupo étnico de Suábios do Danúbio em Entre Rios, distrito de Guarapuava em 1951, estabelecendo contraste entre a Floresta Ombrófila Mista (FOM)²³ encontrada e os campos dominados pela soja, cevada, trigo e milho na atualidade.

Após observarmos os aspectos geográficos relacionados ao solo, topografia, clima e vegetação no primeiro capítulo, econômicos relacionados à agroindústria e suas ações no segundo capítulo iremos nos propor no terceiro tópico de nosso debate compreender as narrativas que se estabelecem sobre esse local paranaense no recorte proposto, verificando como espaços intelectuais e de poder criam imagens destinadas a interesses específicos, criando narrativas acerca da laboriosidade daqueles indivíduos que são considerados indesejados neste paradigma do tipo ideal de produtor agrícola.

²³CORDEIRO, Juliano e RODRIGUES, William Antônio. Caracterização fitossociológica de um remanescente de Floresta Ombrófila mista em Guarapuava, PR. **Revista Árvore** [online]. 2007, v. 31, n. 3, p. 545-554. A Floresta Ombrófila Mista (FOM) é definida como uma das suas regiões fitoecológicas, de acordo com a classificação da vegetação brasileira (IBGE, 1992). A FOM apresenta ocorrência preferencial nos estados do Sul do Brasil, característica à presença da *Araucaria angustifolia* (Pinheiro do Paraná) como espécie típica desse bioma.

CAPÍTULO I: GUARAPUAVA NO CENÁRIO AGRÍCOLA

Pretende-se neste primeiro capítulo realizar a apresentação e discussão de aspectos geográficos da área em análise, no que tange aos aspectos físicos e sociais, apresentando as principais características morfológicas relacionadas a solo, topografia e recursos hídricos, além de lançar mão de alguns números relativos à população e suas origens étnicas, tendo em vista que todos estes fatores contribuem de forma efetiva e significativa na escolha e participação do município nos processos de modernização agrícola.

Esta localidade é um espaço muito associado à imigração de pessoas advindas de países da Europa, sejam poloneses, ucranianos, croatas, alemães e outros, mas conta também com descendentes de quilombolas²⁴ e indígenas²⁵ que habitam a região em grande número. Ambos agentes serão relevantes para nossa análise, seja ao promover uma mutação do espaço geográfico natural com vistas à produção em larga escala, ou relegados a uma discursividade que os rebaixa.

Propomos ainda apresentar a economia da região para assim elaborarmos uma análise crítica quanto à sua produção agrícola e especificidades sociais tão intimamente ligadas. Para isso haverá uma problematização inicial quanto ao estabelecimento de madeiras locais relacionando-as aos projetos de modernização que se acumulam desde os primeiros anos da década de 1950 na cidade de Guarapuava, observando,

²⁴De acordo com o INCRA, as comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefine a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Guarapuava constituiu-se como uma cidade escravocrata ao longo de todo o século XIX e hoje muitos descendentes de escravizados vivem à margem da sociedade local. Um importante símbolo disso é a Comunidade Quilombola Invernada Paiol da Telha que foi a primeira comunidade quilombola do Estado do Paraná a ter iniciado o processo de titulação de suas terras e a ser reconhecido como Quilombo. Atualmente, a comunidade está distribuída em quatro grupos: na área urbana de Guarapuava, no Assentamento Paiol de Telha em Guarapuava, em Pinhão e em Reserva do Iguaçu, local do território oficial da comunidade, objeto de processo judicial. Para mais ver FELEMA, M; SALDANHA, T. A CONTRIBUIÇÃO DOS AFRODESCENDENTES EM GUARAPUAVA. [s.l.: s.n.], 2010. Para dados do Incra ver: Quilombolas. Incra. Disponível em: <<https://curtlink.com/Cs1tGdg>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

²⁵A lei Nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973 define Índio ou Silvícola como todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional. Com relação ao nosso espaço de análise muitos são os trabalhos acadêmicos que se propõem analisar a história da Conquista dos Campos de Guarapuava, e o combate a presença indígena na região da Fronteira Sul de São Paulo, contudo, rareiam os trabalhos sobre as comunidades indígenas locais na atualidade, relegadas como veremos à uma baixa representatividade. Sobre os primeiros destacamos SOUZA, A. A. DE.; LINO, J. T.. Índios, milicianos e colonos no sul do Brasil: lideranças indígenas e o aldeamento de atalaia na ocupação dos territórios Kaingang nos campos de Guarapuava (1810-1825). Para a legislação na íntegra ver BRASIL. Planalto.gov.br. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm>. Acesso em: 17 jul. 2023.

portanto, como havia uma necessidade de mutação da paisagem com vistas a estabelecer o novo em segmentos comerciais, agrícolas e sociais, partindo do anseio por produtos e culturas de maior valor comercial.

Como exercício geográfico final caberá observar a descrição das paisagens na chegada do grupo étnico de Suábios do Danúbio em Entre Rios em 1951 estabelecendo contraste com os campos atuais dominados pela soja, trigo e milho, implementos, insumos e maquinários do mais elevado valor comercial e tecnológico.

1.1 Geografia e povoamento

Durante boa parte do século XIX os campos de Guarapuava representavam o Oeste a ser conquistado e para isso incursões foram realizadas visando a possibilidade de se abrir novos caminhos que diminuíssem a distância e facilitassem o percurso para as regiões missioneiras. Tal processo de povoamento e criação de caminhos de tropas pode ser visto como uma invasão aos territórios tradicionais ocupados desde a pré-história pelos povos de língua Jê, em especial as diferentes parcelas Kaingang (Souza e Lino, 2021. p. 01.02).

Figura 2: Mapa dos campos de Guarapuava mostrando os terrenos aplicados à Freguesia de Belém, Atalaia e portugueses, pelo padre Chagas Lima, em 1821



Fonte: Cópia por Arthur Martins Franco em 1932, do Arquivo do Estado de São Paulo, acervo: Museu Paranaense. apud Parellada (2022).

Como demonstra a Figura 2, a partir do mapeamento dos campos guarapuavanos no século XIX aconteceram diversas viagens exploratórias autorizadas a planejar a implantação de vias estruturais e áreas de colonização no Paraná, Parellada (2022) aponta que vários relatórios foram elaborados a partir das visitas nessas regiões, entre 1844 e 1848. As expedições oficiais objetivavam, especialmente, a seleção de traçados de estradas, por terra, e da identificação de possíveis hidrovias, projetos considerados fundamentais, depois das dificuldades encontradas para locomoção nessa região em períodos da Guerra da Tríplice Aliança.

Os Campos de Guarapuava, tal qual representado na Figura 2, compreendem os territórios localizados entre os rios Ivaí, Uruguai e Paraná. Quando das primeiras tentativas de sua conquista e ocupação, em meados do século XVIII, os campos pertenciam à Capitania de São Paulo, assim como a maior parte do território que passou, a partir do século XIX, a corresponder ao espaço político da Província e, posteriormente, do Estado do Paraná (Baia, 2012. p. 14). Quanto a este processo de povoação, ou invasão, de populações de origem europeia.

Até a segunda metade do século XVIII a região de Guarapuava pertencia ao "Território Guaira", que compreendia, em sentido leste-oeste, a área desde o rio Tibagi até o rio Paraná e, em sentido norte-sul, desde o Paranapanema até o rio Iguaçu. Abrangia, com isto, cerca de três quartas partes do atual estado do Paraná. O território, que no século XVI fazia parte das reduções jesuítas, constituiu, durante centenas de anos, objeto de discórdia entre as coroas portuguesa e espanhola. Excluindo alguns grupos de índios nômades, essa grande área encontrava-se praticamente deserta de homens depois da expulsão dos jesuítas no século XVII. Somente no século XIX a disputa foi resolvida a favor de Portugal. [...] Apenas os "Campos de Guarapuava" convidavam, pela sua melhor localização, para uma primeira fixação estimulada pela coroa portuguesa (Elfes, 1971, p. 28)

Albert Elfes (1971) na passagem “encontrava-se praticamente deserta de homens depois da expulsão dos jesuítas no século XVII”, apresenta algumas perspectivas que irão nos acompanhar enquanto ferramenta de análise, buscando refletir sobre algumas características desse município e desta fonte em específico, a) ao declarar esse espaço, até meados do século XIX como sendo um local aberto a novos experimentos e assentamentos populacionais, b) como um vazio demográfico, ao convite de migrantes e imigrantes, visando expandir e solidificar as fronteiras do Estado, excluindo os indígenas de qualquer aparato social e c) ao usar a expressão campos para se referir à geografia do local.

Desta forma o autor demonstra que, ainda na década de 1970, data da publicação dessa obra, como via-se o estabelecimento da região e suas fronteiras, sendo

de maior relevância o assentamento de imigrantes europeus, algo que permeia diversas construções discursivas da região. Iremos nos voltar à esta obra em diversas ocasiões, pois à mesma, apresenta aspectos discursivos que serão abordados com maior ênfase posteriormente.

A região dos Campos Gerais e Centro-sul, ficou conhecida dentro da historiografia paranaense como Paraná tradicional. Pois a sua colonização mais antiga foi marcada pela produção do mate e do gado, com intensa atuação do tropeirismo de gado e de porcos. Trata-se de uma região marcada pelas grandes fazendas, onde ocorriam as invernadas do gado e dos porcos, portanto marcada politicamente pelo domínio dos grandes latifundiários na política regional com influência estadual (Ramos, 2015, p. 2)

Ao trazermos nosso olhar para a atualidade em seus aspectos geográficos, notamos que o município de Guarapuava se localiza na região centro-sul do Estado do Paraná, no terceiro planalto paranaense ou planalto de Guarapuava (Maack, 2002). Apresentando uma população total de 167.328 pessoas distribuídos em 152.993 na área urbana e apenas 14.335 na área rural²⁶, ainda de acordo com dados estimados pelo IBGE o município possui atualmente uma área de 3.168,087 km², muito menor do que outrora.

Tal qual Elfes (1971) o geógrafo Reinhard Maack²⁷ (2002) caracteriza Guarapuava por uma paisagem de campo limpo e capões, e ao falarmos de campos, nomenclatura utilizada desde a época do reinado, compreendemos uma condição de territórios pouco acidentados, com espaços de baixa densidade de matas fechadas.

Contudo, a presença de áreas de bosques não é rara, sendo compostas por pinheirais de *Araucaria angustifolia* (pinheiro-brasileiro) e outras espécies que formam a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e um dos ecossistemas da Mata Atlântica, havendo espécies como a Imbuia (*Ocotea porosa*), o Sassafrás (*Ocotea odorifera*) e a Canela-lageana (*Ocotea pulchella*), entre outras²⁸.

²⁶IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Pr.gov.br. Disponível em: <<https://www.ipardes.pr.gov.br/>>. Acesso em: 28 abr. 2023. Dados retirados do Caderno Estatístico do município de Guarapuava IPARDES 2023.

²⁷É importante ressaltar que a primeira edição da obra Geografia física do Estado do Paraná de Reinhard Maack data de 1968, ou seja, durante o contexto modernizante deste espaço.

²⁸NASCIMENTO, André R. Terra; LONGHI, Solon Jonas; BRENA, Doádi Antônio. Estrutura e padrões de distribuição espacial de espécies arbóreas em uma amostra da Floresta Ombrófila Mista em Nova Prata, RS. **Ciência Florestal**, v. 11, p. 105-119, 2001.

No caso dos "campos" do Paraná trata-se de campos limpos ou "estepes de gramíneas baixas", que se desenvolveram sobre várias formações geológicas; na área de Guarapuava, sobre rochas basálticas. Apresentam solos pobres e esgotados, deficientes principalmente em fósforo, cálcio e potássio. *Em estado original* apresentam-se ácidos e pobres em matéria orgânica bem como deficientes em vida bacteriana. São, em parte, solos profundos mas às vezes a base rochosa aflora à superfície. A topografia dessa superfície é vantajosa, plana ou ligeiramente ondulada e *permite a mecanização de todas as atividades agrícolas* em aproximadamente 80 a 90% de sua área. Na cobertura vegetal primária desses campos encontram-se preponderantemente gramíneas duras e silicosas que, em seu estado natural, só podem ser aproveitadas pelo gado quando recém- brotadas, exigindo portanto a queima anual. A paisagem dos campos abertos é interrompida por matas de galeria e capões de cabeceira ao longo do curso dos rios. (Elfes, 1971, p. 23. Grifos nossos)

Em relação ao clima, Maack (2002) classifica o Município de Guarapuava como pertencente à zona de clima quente temperado, subtropical fresco e frio no inverno. José Thomaz Brum de Oliveira e Ricardo Luiz Ávila Vestena (2003) analisaram dados meteorológicos do município de Guarapuava de 1976 ao ano 2000, e obtiveram a temperatura média anual em torno de 17°C. Destacando ainda que a temperatura máxima, durante as medições, ocorreu em novembro de 1985 quando chegou a 36°C, ao passo que a temperatura mínima registrada ocorreu em junho de 1978 quando os termômetros marcaram -6,8°C.

A hidrografia do município conta com os rios Jordão, Pinhão, Coutinho, Campo Real, das Mortes, Piquiri e São João, contendo muitas ramificações, utilizadas tanto por médios e pequenos agricultores como pelas indústrias e sua urbe²⁹.

No livro Suábios no Paraná, já citado anteriormente, publicado em 1971 por ocasião das comemorações dos 20 anos de fundação da colônia de Entre Rios (1951), distrito da cidade, seu autor o engenheiro agrônomo alemão Albert Elfes apresenta Guarapuava da seguinte forma

O município localiza-se ao sul do estado, no terceiro planalto, entre 1.000 e 1.200 m. sobre o nível do mar. Geograficamente, pertence à zona subtropical; devido à altitude, porém, o seu clima é moderado com temperaturas em muito semelhantes às do sul da Europa, com invernos acentuados e geadas noturnas anuais. (Elfes, 1971, p. 28)

É possível notar nesta breve passagem, que a área é demonstrada, especialmente por colonos europeus e em obras de cunho comemorativo, como compartilhando características de suas antigas pátrias, algo que como veremos mais tarde, segue permeando a discursividade local.

²⁹Sobre Guarapuava-Pr, ver mais em:

<https://www.guarapuava.pr.gov.br/conheca-guarapuava/sobre-guarapuava/>. Dados de 20 jul. 2023.

Quanto à produção agropecuária do local, nota-se que por apresentar uma vasta região de campos sem declives em excesso, num primeiro momento deu-se a produção de gado de forma extensiva, de acordo com Maack (2002), apesar dessa vantagem do terreno plano o gado não conseguia se alimentar das gramíneas duras e secas comuns na região, sendo necessária a renovação constante do pasto com queimas, efetuadas desde o início da ocupação até recentemente por aproximadamente 200 anos, empobrecendo muito os solos da região.

Além de produção de gado, para subsistência da população local até a década de 1950³⁰ produzia-se milho, feijão, mandioca e arroz. Portanto, temos uma região considerada como um local frio em relação aos demais estados brasileiros, com espaços abertos em campos, além de matas de araucárias e outras espécies, que foram durante muitos anos importantes vetores econômicos relacionados ao extrativismo, resultando assim, em uma localidade passível de melhoramento, visando a lucratividade e a expansão das fronteiras agrícolas do país.

1.2 A constituição do empresarial rural na região

Ao apresentarmos características geográficas do local em análise, propomos estabelecer determinados parâmetros de análise, haja visto que, as singularidades do local promoveram e incentivaram determinadas formas de relação com o solo e com a produtividade local.

[...] cada sistema agrário é a expressão teórica de um tipo de agricultura historicamente constituído e geograficamente localizado. Ele é composto de um ecossistema cultivado característico e de um sistema social produtivo definido, que permite explorar sustentavelmente a fertilidade do ecossistema cultivado correspondente. O sistema produtivo é caracterizado pelo tipo de instrumento e de energia utilizado para transformar o ecossistema, para renovar e para explorar sua fertilidade. O tipo de instrumento e de energia utilizados é, por sua vez, condicionado pela divisão do trabalho que predomina na sociedade da época. (Mazoyer e Roudart, 2010, p. 75).

Cabe portanto a necessidade de conjecturarmos que para além do espaço, hão os indivíduos e a sociedade que explora e o habita, estes estão alicerçados em seus métodos culturais de produção agrícola, que relacionam espaço, tempo, produção, alimentação e economia, instrumentação e energia são condicionadas pelo tempo e pela

³⁰A partir de 1950 marca-se o desenvolvimento da agricultura comercial, com incentivos agrícolas estatais em um primeiro momento e uma abertura maior ao mercado após 1980.

temporalidade aplicada por determinada sociedade. Ao verificar-se salubres espaços pouco explorados em uma economia amplamente agrária como a brasileira, seguem-se pressupostos de uma nova expansão territorial e produtiva.

De acordo com Anton Gora³¹ (2010) o clima da região de Guarapuava, servia aos propósitos dos patrocinadores e colonos europeus alocados em 1951, de plantar trigo. O autor destaca que pesaram na escolha deste local a boa estrutura física de solo e a sua profundidade, apesar da acidez e da pobreza de material orgânico, causadas pelas queimas de outrora. Segundo o autor havia possibilidades em relação a correção do solo, e estes agentes em parte já possuíam os meios para o fazê-lo. Gora (2010) em seu livro intitulado: *Dos campos nativos ao agronegócio*, trata sobre a agricultura e a constante busca pelo melhoramento dos campos e conseqüentemente a aceleração do tempo biológico das plantas e de recuperação do solo, que perpassam e enfocam os desejos dos detentores de poder.

Portanto este espaço permite a mecanização das atividades agrícolas, direcionado por uma política pública de incentivos à modernização da agricultura, dá-se o estabelecimento de novos sujeitos

O presente da década de 50 do século passado era, para Rocha Neto, um tempo de realizações, de transformações, pois que os efeitos das imigrações europeias já estavam sendo vistos na população paranaense e um novo brasileiro surgia, a saber: “Como os caboclos loiros de Guarapuava, de origem nórdica, abrasileirados, pela convivência nacional e total predominância de nossa cultura”. (Olinto e Stein, 2019, p. 769)

Beatriz Anselmo Olinto e Marcos Nestor Stein (2019) ao trabalharem com os discursos de Bento Munhoz da Rocha Neto, enquanto este era governador do Estado do Paraná entre 1951 e 1955, verificam que o mesmo fora o principal incentivador da modernização da agricultura, especialmente, quando se tratava da imigração europeia, vista como mais racional e apta a lidar com as necessidades de novas culturas agrícolas de maior valor agregado, mesmo que para isso, o então governador apagasse qualquer

³¹Anton Gora será uma importante fonte de análise além de autor memorialista, é produtor rural, e foi agrônomo da principal empresa agrícola da cidade. A referida fonte foi publicada em 2010 pela editora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), porém não trata-se de uma obra de cunho científico ou de uma contribuição que tenha perpassado por discussões no âmbito universitário. Apresenta-se enquanto relatos de memória e entrevistas realizadas com agrônomos, integrantes e ex-integrantes dos círculos de pesquisa e extensão da cooperativa Agrária. Essa fonte traz consigo importantes dados sobre a criação e adoção de técnicas como o plantio direto, a utilização de agroquímicos, o processo de industrialização da agricultura no distrito de Entre Rios (pertencente à Guarapuava)

característica da população nativa da região solidificando-as em um estrato homogêneo ao estarem abraçando nórdicos.

Portanto ao declarar que um novo brasileiro surgia isto se estabelece na seara da necessidade de maior abrangência econômica, aliada a um entendimento da época de quem seria o mais apto, mesmo que estes novos colonos, usassem em ampla escala dos saberes locais para o seu estabelecimento. Desta forma o sistema social, planejado, baseou-se no realocamento de terras sob tutela de novos agentes tidos como mais produtivos. De acordo com o próprio Rocha Neto: “Quando governador do Paraná estimei a implantação de três núcleos colônias³² em 1951, em moldes que garantiram seu completo êxito. São eles Castrolanda, Witmarsum e Entre Rios, respectivamente nos municípios de Castro, Palmeira e Guarapuava” (Elfes, 1971, p. 5).

Mas a novidade de Entre Rios foi a grande lavoura de trigo e arroz em campos limpos. Essa experiência foi longamente preparada, desde muitos anos, na estação experimental do Ministério da Agricultura, em Ponta Grossa, com a organização do projeto de plantio de trigo nos campos do planalto. [...] Guarapuava foi escolhida por seu clima mais favorável ao trabalho dos lavradores europeus (já assisti nevascas na região) e por sua topografia, permitindo a lavoura mecanizada, em grande escala, sem necessidade de dispendioso destacamento. [...] Resultados entraram pelos olhos de todos, foram testemunhados por todos, e cujo exemplo foi e está sendo imitado pelos proprietários vizinhos de Entre Rios e de outros municípios. É a grande significação de Entre Rios. Seu exemplo e a imitação de seu exemplo. Resultado: Guarapuava é hoje o município maior produtor de trigo em todo o Brasil. (Elfes, 1971, p. 6)

De acordo com Alberto Ramos (2016) as colônias para o acadêmico Munhoz da Rocha Neto eram na verdade um experimento, um laboratório de novas práticas agropecuárias e industriais, portanto, podemos inferir que os intentos econômicos e a busca desenfreada pelo moderno, novo e produtivo, são realidades em solo paranaense há muito.

Indo mais a fundo em relação à agropecuária guarapuavana, de acordo com Antônio de Abreu (1981) esta pode ser dividida em duas fases: a) pecuária extensiva e agricultura de subsistência; b) agricultura comercial e pecuária racional. A primeira fase, entre 1810 e 1950, adotou o tipo de vida baseada na pecuária extensiva, enquanto a segunda fase, a partir de 1950, marca o desenvolvimento da agricultura comercial e,

³²Para mais ver: Ramos, Rene Wagner. As colônias de Castrolanda, Witmarsum, Entre Rios e a agroindustrialização do campo no Paraná. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses) Curitiba, v.2, n.3, p. 208-228, junho 2016.

posteriormente, o desenvolvimento da pecuária, amplamente incentivada por políticas públicas³³, como as de Rocha Neto.

Nesta segunda etapa consolida-se o modelo agroindustrial, a grande indústria fornecedora dos equipamentos (tratores, colheitadeiras, plantadeiras, adubos químicos, fertilizantes, etc), transformando a modelo agrícola existente, até então, em uma agricultura capitalista (Ramos, 2016. p. 209), contudo, amparada pelo capital estatal.

Ao voltarmos nosso olhar para a atual conjuntura econômica e agrícola nacional e conseqüentemente para o agronegócio que chefia o macro cenário, buscando dados para refletir sobre o local, constatamos alguns números que são de relevância para traçarmos um paralelo com os projetos de modernidade que se abateram sobre essa localidade e a constituição do empresariado rural guarapuavano.

De acordo com a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI) do Ministério da Agricultura e Pecuária, as exportações do agronegócio brasileiro somaram US \$159,09 bilhões em 2022, uma alta de 32% em relação ao ano anterior.

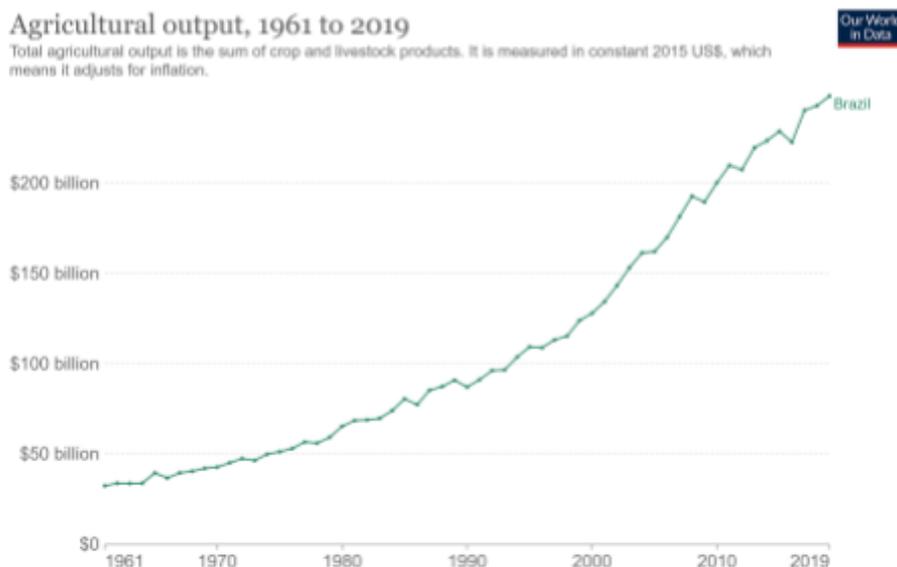
Segundo o órgão os preços internacionais das *commodities* influenciaram o desempenho, confluindo dessa forma para solidificar o Brasil como principal exportador de soja, um dos primeiros no *ranking* de carnes, celulose e outros³⁴.

O crescimento dos volumes exportados dos produtos agropecuários foi reforçado pelo aumento da produção da safra de grãos 2021/2022, que alcançou 271,4 milhões de toneladas. Milho e soja foram as principais culturas, com quase 113 milhões de toneladas e 126 milhões de toneladas, respectivamente, dados que podem ser verificados na Figura 3 abaixo.

³³Para mais sobre a mudança de paradigmas no sistema crédito agrícola ver KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. Alimentando o mundo: o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil. Editora FGV, 2020.

³⁴Exportações do agronegócio fecham 2022 com US\$ 159 bilhões em vendas. Ministério da Agricultura e Pecuária. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-fecham-2022-com-us-159-bilhoes-em-vendas>>.

Figura 3: Produção agrícola do Brasil (1961-2019) em US\$



Fonte: United States Department for Agriculture (USDA) Economic Research Service
 OurWorldInData.org/agricultural-production. CC BY.

Dentro deste macro cenário de alto rendimento se estabelecem as pequenas e médias municipalidades. Abarcando as culturas da soja, batata e trigo e se consolidando como maior produtor nacional de cevada, Guarapuava ocupa a 49ª posição entre os municípios mais ricos do agronegócio nacional no ano de 2022, e é desta forma, o mais bem classificado em relação a todos os demais municípios paranaenses³⁵.

Seria, contudo, apenas por possuir uma vegetação e relevo propícios às lavouras extensivas, clima salutar a mais de uma safra anual, ou pluviometria e recursos hídricos necessários que solidificaram essa faixa central do estado do Paraná como uma

³⁵MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Secretaria de Política Agrícola - SPA Departamento de Análise Econômica e Políticas Públicas – DAEP Coordenação-Geral de Planos e Cenários - CGPLAC Nota nº 01-2022/CGPLAC/DAEP/SPA/MAPA Brasília, 03 de janeiro de 2022. Assunto: Os municípios mais ricos do agronegócio

das mais prósperas no agronegócio? Todos aqueles que desejaram produzir, ao seu modo, tiveram as mesmas condições?

Parte das respostas para esses questionamentos já foram levantadas anteriormente e podemos dizer que a ascensão do Brasil como potência agrícola é um dos eventos mais importantes na história da agricultura moderna e conflui sobre o espaço de Guarapuava assim como a absorção de outras áreas, como Centro-Oeste brasileiro mais recentemente.

Visando a expansão das fronteiras agrícolas na busca por um acréscimo produtivo de agricultáveis de maior valor de mercado, mas com o importante marco diferencial do tempo, em nosso espaço de análise projetos de modernização são mais recorrentes e predecessoras.

1.3 A modernização da agricultura: influências e afluências

É apenas a partir de 1960 que o Brasil passou de grande importador a maior exportador líquido de alimentos do mundo. Hoje está entre os cinco maiores produtores mundiais de 36 gêneros agrícolas e assumiu a liderança na exportação de dezenas de produtos, entre eles suco de laranja, açúcar, carnes e soja. De acordo com Lawrence Klein e Luis Luna (2020), sem a produção brasileira, haveria uma redução drástica na oferta mundial de alimentos.

Embora o Brasil sempre tenha sido um país voltado para a agricultura de exportação, dedicava-se essencialmente a um único produto: primeiro, o açúcar, no período colonial e depois o café, nos séculos XIX e XX. Tudo isso produzido com tecnologia simples, sem máquinas, e graças ao uso constante de solos virgens nos quais não se aplicam fertilizantes nem inseticidas. A mão de obra não era qualificada, o crédito agrícola era irrisório e a principal alavanca da agricultura estava no avanço da fronteira sobre novas terras, algo que fora paulatinamente sendo alterado ao longo da segunda metade do século XX, em favor da lógica de mercado e da industrialização. (Klein e Luna, 2020)

Na década de 1950 o Paraná passa a refletir sobre essas questões e, portanto, uma série de aportes estatais são destinados ao incipiente projeto modernizante, que encontrará maior respaldo nas décadas subsequentes de 1960 e 1970. A valorização do moderno no Brasil e, as suas implicações, na opção de modernização agrícola brasileira,

que na atualidade se expressa no agronegócio é considerado por muitos como sinônimo do desenvolvimento agrário, e do conseqüente sucesso do mesmo, visto que integra o meio rural aos espaços industriais em uma escala intimamente imbricada e indissociável, percepção problemática e raza.

Nota-se nos primeiros anos da década de 1950 um trabalho de impulsionamento da agricultura de cunho racional e científico, conforme os interesses das elites locais e do governo. A partir da primeira metade do século XX os campos de Guarapuava foram pensados como um espaço adequado para a introdução de grandes lavouras, especialmente de trigo em um primeiro momento, por meio da política nacional impulsionada pelo Plano Beckman-Fagundes³⁶. Com esse plano em curso é possível detectar uma agricultura modernizada às pressas e, com índices de concentração de terras e recursos, característica recorrente na história da agricultura brasileira.

É justamente atrelado ao plano de expansão da zona ligada à triticultura que se estabelecem os imigrantes suábios danubianos instalados na região guarapuavana de Entre Rios, distante cerca de 20 km da sede municipal.

Eles trouxeram seu capital, suas máquinas, sua técnica e seu rude apetite de trabalho. Esse ano plantaram trigo mais cedo, e os trigais hão de madurar louros como as tranças de suas mulheres. Que sejam felizes, esses homens que produzem paz. Mas haja também no Brasil quem possa organizar 500 famílias brasileiras em cinco aldeias brancas – 500 famílias de gente da roça que nossa imprevidência e nosso desprezo deixam formar não essas aldeias brancas que se enxergam de longe, na imensidão dos campos, e sim mais uma súbita, sórdida e negra favela na perambeira de qualquer morro do Rio de Janeiro. (Olinto e Stein, 2019, p. 766)

Recorremos uma vez mais à análise de Olinto e Stein (2019), desta vez ao abordarem a obra *Dois repórteres no Paraná de 1952*, que percorreu o estado junto ao então governador Bento Munhoz da Rocha Neto, o texto assinado por Rubem Braga, possibilita a reflexão sobre o processo de modernização da agricultura, o qual notamos é indubitavelmente anexado pelo autor do trecho, à uma determinada camada populacional, recém fixada que, traz consigo “capital, suas máquinas, sua técnica e seu rude apetite de trabalho” algo, que poderíamos conjecturar, a mentalidade da época não conseguia associar ao guarapuavano local seja o caboclo ou ao indígena. Portanto, é possível associar os processos de busca por uma agricultura mais produtiva nos campos

³⁶KLANOVICZ, J.; MORES, L. A Sojização da Agricultura Moderna no Paraná, Brasil: Uma questão de história ambiental. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 6, n. 2, p. 240-263, 10 set. 2017.

de Guarapuava, ao estabelecimento de cerca de 500 famílias originárias da Europa, trazendo a “esperança de trigais louros como as tranças das mulheres”.

De acordo com Eliseu Alves, Emílio Tostes Contini e Jean-Marc Hainzelin (2005), três políticas foram determinantes no processo de modernização: 1) crédito subsidiado, principalmente para a compra de fertilizantes e maquinaria; 2) grande extensão rural entre 1950 e 1970; 3) forte investimento em pesquisa e educação em ciências agrárias, com a criação da Embrapa (1973) e de cursos de pós-graduação. A partir destas políticas e incentivos buscou-se um aumento na produtividade, que hoje domina amplamente a área explorada, havendo um real crescimento da produção em justaposição ao de unidades agrícolas.

Concordando com Fábio Giachetti Balsan (2006) temos que a expansão da agricultura moderna ocorre concomitante à constituição do complexo agroindustrial, o produtor de insumos, modernizando a base técnica dos meios de produção, alterando as formas de produção agrícola muito ligado ao crédito e às incipientes pesquisas no setor das ciências agrárias, com vistas a expandir a produção, formulam em si mesmos condicionantes imbricados e de constante retroalimentação.

1.4 Transformações sócio-ambientais

É essencial ressaltar que esse processo modernizante que se deu sobre os campos guarapuavanos iniciando-se em 1950, não ocorreu sem grande peso para o meio ambiente, mesmo em sua fase mais incipiente. Essa mudança de paradigma de uma região historicamente voltada à pecuária e agricultura de subsistência para tornar-se a mais ligada ao setor agro industrial do estado paranaense trouxe consigo a derrubada de incontáveis espécies pertencentes à FOM.

Quando da chegada do grupo étnico de Suábios do Danúbio em 1951, dentro do processo modernizador buscado pelo governo, houvera a necessidade rápida da construção da infraestrutura para abrigar as famílias por isso, quase que imediatamente fora construída mais uma serraria na região, a São Michael pertencente à Cooperativa Agrária Mista Ltda, ligada aos imigrantes.

De acordo com o livro A História de Entre Rios Volume II (2021) publicado em comemoração aos 70 anos da imigração, memorialista e baseado em relatos orais dos imigrantes e em fontes documentais pertencentes à Fundação Cultural

Suábio-Brasileira e ao Museu de Entre Rios, ambas vertentes da Cooperativa Agrária, podemos obter o seguinte:

[...] foram mulheres como Maria Szabo Pastal (Tovarnik, 1928- Colônia Vitória 2017), na época com 23 anos de idade, que realizaram o trabalho maior. Ela e Katharina Hummel Zentner (Ruma, 1927) descreveram, da seguinte forma, a situação naquela época, em uma conversa no Museu Histórico em 2005: “o transporte de árvores precisava muitas vezes ser interrompido, o que acarretava uma queda a zero das reservas de madeira da serraria. Como resultado o setor florestal registrou perdas nos primeiros anos. Só em 1955 a Agraria alcançou seu primeiro lucro líquido, que foi aumentando ao longo dos anos”. (Essert e Schneiders, 2021, p. 163)

Notamos nessa passagem a questão do lucro implícita, a divisão do trabalho nos primeiros anos dessa imigração, onde houvera a necessidade de uma comunhão ampla e, principalmente damos destaque às derrubadas da floresta, que mesmo após as construções já edificadas para o estabelecimento dos imigrantes, continuaram tendo sua devastação promovida, visando ampliar os espaços destinados ao uso intensivo de maquinários para a plantação em larga escala.

A reduzida rentabilidade do negócio nos primeiros anos não foi devida à quantidade de árvores, mas sim à falta de conhecimento e de tecnologia. A serraria não se encontrava em condições de serrar troncos de árvores (...) consequência, apenas os troncos mais finos eram derrubados, enquanto os mais grossos precisavam ser deixados para trás ou cortados à mão a uma espessura de apenas 56 cm. Inexistia a tecnologia necessária para o corte, carregamento e transporte de árvores e eram inadequadas as três carretas de madeira de 2 eixos, adquiridos pela Agrária para o trator para retirar as toras da floresta. (Essert e Schneiders, 2021, p. 163)

Podemos conjecturar nesta passagem a quantidade de toras, troncos de madeiras com idade incontável que foram cortadas e abandonadas no seio dos bosques e florestas, largadas sem uso para o imigrante. Algo que, por mais corriqueiro que pareça no discurso dos interlocutores, afeta bruscamente a biodiversidade do local.

Das inúmeras e incalculáveis derrubadas visando a construção e o lucro nos primeiros anos pós 1951 em Entre Rios, muitos são os relatos, o impacto quanto a distinção geográfica, fauna e flora também é verificável. Utilizando da História Oral, Stein et al. (2017) colheram relatos, como o de Walter que aos 12 anos em 1951, relata suas primeiras impressões

Da paisagem o que mais impressionou foram os pinheiros. Diferentes dos pinheiros da Áustria, totalmente diferentes. Aquele bosque que vocês conheceram, ali onde está o museu [Museu Histórico de Entre Rios], era bem fechado, não havia aquela avenida. Era cheio de macacos, muitos macacos, papagaios. E como a nossa casa era bem pertinho, aliás, está preservada lá e uma das poucas que está preservada, havia lagartos, lagartos enormes, para mim pareciam jacarés, chamava lagarto de papo amarelo, (Stein; Olinto; Kramer, 2017, p. 77).

Pode-se notar nessa passagem a utilização do termo preservar sem, contudo, falar do meio ambiente, mas sim das próprias casas fixadas pelos imigrantes ao custo de pinheiros e imbuías centenárias, podemos conjecturar através dessa passagem o que seria importante manter ou cuidar, visando solidificar um espaço de dominação, o que seria passível de doma, alteração e mutação visando um determinado interesse, no caso a produção agrária, motivo principal do estabelecimento desta colônia. Ainda no trabalho de Stein et al. (2017), obtemos o relato de Flávio um não Suábio na região da colônia

Em cinquenta e um, quando a colônia foi criada, nós tínhamos aqui dez a quinze serrarias, que era a época do ciclo da madeira. [...] Então era mais de uma dezena de serrarias que absorvia a mão de obra da época. Com o tempo, o ciclo da madeira desapareceu, terminou a madeira. A Cooperativa na época dependia muito do plantio do arroz e do trigo, que era o básico deles, da mão de obra braçal para carpida. Na época da colheita, por exemplo, eles dependiam, tinha as colheitadeiras, mas dependiam de seis pessoas para ajudar. Um abria o saco, outro fechava, o outro transportava para o trator. Não é que nem hoje em dia, o elemento trabalha com ar condicionado na colheitadeira e uma pessoa só faz o trabalho. Então, à medida que essas serrarias foram fechando, o pessoal veio vindo para colônia porque sabia que aqui a mão de obra era bem remunerada e constante. (Stein; Olinto; Kramer, 2017, p. 90-91).

Notamos, nessa passagem a questão do fim do ciclo da madeira, onde após cerca de dez anos de grande devastação da fauna e flora locais por meio do processo puramente extrator, as políticas públicas passam a investir massivamente em novos setores, e desta feita amplificam-se as monoculturas de cunho exportador na região solidificando um processo de concentração fundiária baseado na tecnologia aplicada ao campo. Onde houveram matas e bosques de FOM, hoje espriam-se soja, trigo, milho, cevada e outros em uma relação desigual de acesso.

Concordando com Worster (1991) verificamos um diálogo imemorial entre ecologia e economia, e que mesmo derivando das mesmas raízes etimológicas, essas duas palavras denotam duas esferas distintas, e por um bom motivo: nem todos os modos econômicos são ecologicamente sustentáveis. Nem a exploração madeireira, nem o uso massivo de químicos que se apresenta na atualidade.

A extinção de espécies a partir da destruição da biodiversidade, o esgotamento dos solos além, de países e regiões inteiras mais pobres (já que a produção de monoculturas é predominantemente destinada para exportação) são realidades latentes, há ainda que se destacar os mais diversos riscos para a saúde humana,

especialmente aqueles relacionados ao uso intensivo de agroquímicos, embora a FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*) e a Organização Mundial da Saúde, tenham realizado um extenso trabalho sobre os riscos que os resíduos de pesticidas representam para a saúde humana e agrícola nos últimos 60 anos, pouco se sabe sobre os efeitos da exposição a longo prazo a níveis de doses mais baixas na saúde³⁷.

Hoje inúmeros estudos sobre como a vida biológica é afetada pela massiva modernização, resultam em uma ideia geral de que, ao lado da modernidade vitoriosa, das maravilhas científicas, descansam os riscos que esta mesma modernidade oferece.

³⁷Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação: Quatro novos relatórios destacam a importância do microbioma para a segurança alimentar, solos e nutrição | FAO no Brasil | Food and Agriculture Organization of the United Nations. Fao.org. Disponível em: <<https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1643748/>>. Acesso em: 24 jul. 2023.

CAPÍTULO II: A AGROINDÚSTRIA GUARAPUAVANA MODERNIZADA

Esse breve olhar para o ciclo madeireiro faz crer que o mesmo já tenha findado, visto que, possui-se agora menos reservas naturais de madeira para o corte, entretanto ressalta-se a importância da madeira como combustível para os processos de secagem de grãos.

Em razão da forte presença da indústria agrícola na região de Guarapuava, esta é realizada agora por verdadeiras florestas plantadas de eucalipto e *pinus* com fins de produção de madeira energética necessária para abastecer os processos de secagem de grãos que ocorrem nessa região. (Dresch; et al., 2014).

Há, portanto, uma íntima relação de produção de grãos e consumo de madeira para a secagem, em 1990 a área de mata em Guarapuava era de 530 km² já no ano 2000 passou para cerca de de 315 km², demonstrando a redução conforme o processo de modernização se solidifica em ampla ligação com a indústria agropecuária da região³⁸.

De acordo com dados da Cooperativa Agrária de Entre Rios, principal expoente local do processo de modernização, para o cultivo de eucalipto na utilização como matriz energética da indústria de rações, óleo e farelo, farinhas, maltaria e outras ramificações, são mantidos mais de quatro mil hectares próprios e 229 hectares de reflorestamento em áreas arrendadas, tendo uma área total de reflorestamento de 4.633ha no ano de 2022. Ainda de acordo com o relatório anual da empresa no ano de 2022 a produção própria de reflorestamento em toneladas fora de 141.704 toneladas e as compras no mercado madeireiro de 36.276 toneladas, além do uso de madeira proveniente do reflorestamento há o uso de outras fontes para alimentação de caldeira, como o resíduos de beneficiamento de cereais, calculados em 16.134 toneladas³⁹.

É possível verificar ainda nesse relatório o quão imbricada são às indústrias agrícolas, haja visto que Agrária Nutrição Animal, também pertencente à Cooperativa Agrária, utiliza produtos dos processos de outras indústrias da própria empresa para fabricação da ração. Segundo a empresa os resíduos ricos em proteína ajudam a garantir a qualidade da produção da unidade de negócios, e colaboraram para a diminuição de

³⁸SANTOS, Patrícia dos ;GOMES, Marquiana de Freitas V. B. A cobertura florestal no município de Guarapuava-PR no espaço e no tempo. www.bibliotecaflorestal.ufv.br, 2009. Disponível em:<<http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/13131>>. Acesso em: 26 set. 2023.

³⁹Agrária relatório anual 2022 WEB, Tecnologia. Cooperativa Agrária Agroindustrial - Sementes, Nutrição, Malte, Óleo e farelo, Farinhas, Cervejas Caseiras. Cooperativa Agrária Agroindustrial, 2015. Disponível em: <<https://www.agraria.com.br/agraria/historico>>. Acesso em: 3 maio 2023.

qualquer perda que o processo industrial possa ter, são aproveitados a cevada forrageira, radícula de cevada, cevada 3º, sortimento farelo de trigo, gérmen de milho e casca de soja, tudo isso sem deixar de lado à necessidade energética fornecida por inúmeras toras de eucalipto.

Por fim o mesmo relatório de 2022, fornece dados sobre a diversificação nos campos dos cooperados, além dos produtos já destacados anteriormente, também há em menor grau a plantação de 466 ha de batata; 276 ha de cebola; 68 ha de tomate; 16.681 ha feijão e 48 ha de outras culturas, como comparativo com os produtos de maior valor comercial e estratégico temos os números de 36.791 ha de soja e 86.239 ha de milho⁴⁰, algo que salta aos olhos.

Isto posto, observamos uma completa comunhão na atualidade entre a agricultura praticada nos campos de Guarapuava e a sua agroindústria, objetivada desde os primeiros anos da segunda metade do século XX.

Definimos a modernização da agricultura brasileira como a transformação da agricultura comercial com a introdução de novos produtos, a ocupação de novos espaços e a utilização da tecnologia mais moderna disponível no mercado, parte dela desenvolvida por pesquisas brasileiras, voltadas, sobretudo, para a produção agrícola tropical. Também integram essa definição novas relações complexas entre produtores e processadores, além de um sofisticado sistema de financiamento público e privado. Essa modernização ocorreu graças a políticas governamentais destinadas a apoiar a criação de um importante parque industrial no Brasil, e nela o papel da agricultura deveria consistir em fornecer alimentos baratos à crescente força de trabalho e produtos exportáveis para pagar pelas importações de bens de capital. (Klein e Luna, 2020, p. 20)

Ao observarmos o conceito de modernização agrícola de Klein e Luna (2020) poderíamos fazer um *check list* e determinarmos que os estratos de novos produtos, novos espaços, utilização da tecnologia, pesquisas, novas relações entre processadores e produtores e um sistema de financiamento são características presentes em nossa localidade de análise. Mas seria isto o sucesso alcançado? Sem preços sociais e ambientais postos em pauta, poderíamos dizer que sim.

Observaremos agora um fragmento do Jornal de Entre Rios, publicado pela Cooperativa Agrária a partir de dezembro de 1986 e posteriormente substituído pela Revista Entre Rios a partir de agosto de 1994. Nesses periódicos, especialmente em ocasiões comemorativas, como a que se segue, ocorre a veiculação de um mesmo enredo discursivo sobre a história dos suábios e da colônia, ou seja, há uma repetição, a

⁴⁰Ibidem

cada ano, de um mesmo sentido histórico, baseado na laboriosidade e no sucesso de Entre Rios⁴¹.

Discurso de Mathias Leh

Ilustríssimas Autoridades Brasileiras e do Exterior, aqui presentes, minhas senhoras e senhores,

Amigos.

Após 35 anos Entre Rios pode ser considerada uma experiência colonizadora plenamente sucedida.

Ela desenvolveu os campos que até então se reputavam impróprios para a lavoura.

A Cooperativa dos Colonos - A Cooperativa Agrária- O Suporte principal da obra colonizatória, ocupa hoje lugar de destaque no movimento Cooperativista Brasileiro. Por diversas vezes esta organização se viu desafiada a assumir encargos e dar soluções a problemas que depois serviram de paradigmas e diretrizes para outras, a sua contribuição para o desenvolvimento ultrapassou os limites estritos de Entre Rios e alcançou toda uma Região. O Fortalecimento do Colono, uma sólida educação de seus filhos e a criação de condições adequadas para o desenvolvimento Agro-Industrial, sempre foram objetivos claros dos dirigentes da Colônia. Sempre fomos fiéis aos princípios estabelecidos para alcançar a nossa própria industrialização posto que ela se faria com base nos frutos da terra que se renovam a cada safra e consumiria a energia que cresce em nossas matas para tanto implantada.. (Jornal Entre Rios. Guarapuava: N° 02, 25 de janeiro de 1987, p. 08-09)

Neste breve fragmento do Jornal de Entre Rios, temos o discurso do então presidente da Cooperativa, Mathias Leh, quando das comemorações dos 35 anos do processo imigratório para os campos de Guarapuava, este fora proferido em praça pública para os habitantes da colônia, visitantes e autoridades europeias que se encontravam presentes. São citadas no discurso e no jornal autoridades da Suíça, Áustria e República Federal da Alemanha com destaque para as regiões de Salzburgo, Tirol, Baviera e, especialmente, o Estado de Baden-Württemberg, que é considerado até hoje patrono dos Suábios. O discurso proferido e redigido em alemão no Jornal de Entre Rios tem sua tradução para o português publicado lado a lado com o original, demonstrando um certo cuidado com a acessibilidade da palavra escrita, muito possivelmente preocupando-se em atingir as autoridades brasileiras que também se encontravam no ato. Destacamos ainda que o editorial do jornal é assinado por Gonzaga Bezerra, Eugenio Leonhardt, Karl Leh e pelo próprio presidente da cooperativa, autor e porta-voz do discurso, Mathias Leh.

Notamos nesse fragmento da fala já no ato inicial, a necessidade de repercutir naquele momento que a experiência colonizadora é considerada plenamente sucedida,

⁴¹Para mais ver STEIN, M. N. **O oitavo dia: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios-PR** (segunda metade do século XX). Ufsc.br, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91357>>. Acesso em: 5 maio 2023.

ao menos por aqueles que a promovem e beneficiam-se dela e dos subsídios e créditos rurais usados para concretizá-la. De acordo com a discursividade dessa autoridade local, fora o processo colonizador e o estabelecimento das 500 famílias suábias em 1951 o responsável pelo desenvolvimento dos campos que até então se reputavam impróprios para a lavoura. Vemos, portanto, uma extremada tentativa de legitimação do processo de modernização da agricultura, o novo chega e uma nova temporalidade se instaura.

Portanto, ao longo desta proposta de análise quando nos referimos à modernização, observamos esta no tempo tecnológico quando, os agricultores que não trabalham e produzem de acordo com a lógica do capital que adentra ao campo, são caracterizados pelo discurso como atrasados ao passo que os que trabalham nesta lógica, são caracterizados como modernos⁴².

Seguindo o discurso observamos um importante mote do local, a exacerbação do espírito cooperativista, esta organização, segundo nosso interlocutor, seria a espinha dorsal para o sucesso da empreitada, por amotinar os imigrantes em um processo de igualdade entre os mesmos. Ela teria na data referida de 1987 um lugar de destaque no movimento Cooperativista Brasileiro, e em seus 35 anos no momento, teria realizado contribuições para essa forma de organização em outras localidades⁴³.

Tomando às análises de Lauermann, Kugeratski Souza, Moreira e Souza (2022), especialistas em Gestão de Cooperativas e Administração de Empresas, ao analisarem o desempenho econômico-financeiro de cooperativas e o programa de monitoramento e autogestão das cooperativas paranaenses em 2016, estes afirmam que

O cooperativismo no Paraná teve início no começo do século XX com os esforços das comunidades de imigrantes europeus que procuraram organizar suas estruturas comuns de compra e venda. A partir de 1969 o movimento cooperativista paranaense evoluiu em grandes proporções, impulsionado pela implantação dos projetos regionais de integração e, posteriormente, em 1971, com a criação da Organização e Sindicato das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR). A integração possibilitou uma participação mais efetiva das cooperativas na atividade econômica, em função da agregação dos interesses dos produtores para a economia de mercado. Este aspecto foi de fundamental importância no processo de agroindustrialização. Assim, a partir da organização da produção agrícola, as cooperativas agropecuárias tiveram como estratégia a estruturação de complexos agroindustriais com o objetivo de agregar valor à produção e, dessa forma, ampliar o modelo de negócio para além do repasse de matéria-prima às indústrias (Lauermann; et al, 2022, p. 60)

⁴²Essa definição parte das leituras de SILVA, C. M. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E DIFUSÃO DOS CLUBES 4-S NO OESTE CATARINENSE (1970-75). *Revista Cadernos do Ceom*, v. 15, n. 14, p. 63–80, 2014.

⁴³Falaremos mais adiante, no capítulo III, sobre a criação do cooperativismo no Paraná.

Vemos novamente a elevação do papel dos imigrantes no processo de construção deste modo de trabalho e divisão financeira, compreendemos que essa percepção se dá ao observar os frios números da construção de cooperativas no Paraná e não é nosso objetivo deslegitimar o trabalho dos autores acima citados. Entretanto, cabe ressaltar nesse trecho algo que escapa da fala discursiva de Leh em 1987 e seu espírito cooperativista em Entre Rios, quando os autores ressaltam uma mudança no fim da década de 1960, estabelecida principalmente por projetos de integração campo-indústria e o papel da OCEPAR e de órgãos de fiscalização e organização novos, realizando a agregação à economia de mercado provendo um processo ainda mais acelerado de agroindustrialização a partir da estruturação de complexos agroindustriais, como os verificados nos campos de Guarapuava.

Esta seara prática de como se elevam pequenos proprietários rurais, amparados desde o início para adquirirem essa condição, à líderes de vendas no mercado agrícola não é verificável em Leh, mesmo que este fale sobre a criação de condições adequadas para o desenvolvimento agroindustrial, o então presidente da cooperativa Agrária resalta uma sólida educação de seus filhos, ou seja, o processo da criação da colônia pressupondo o sucesso agro econômico, deixando de lado aspectos políticos e de incentivo fiscal.

Apesar dos colonos contarem com propriedades médias de 40 hectares, caracterizando minifúndio, onde normalmente adota-se a prática de diversificação agropecuária. Para que mesmo em minifúndios prevalecessem a lógica do mercado monocultor, exportador e produção em larga escala, implantaram-se nas colônias o sistema cooperativo que atrelava o colono ao interesse do mercado. Que exigia assim, um modelo de monocultura (trigo, soja, cevada ou leite) como forma de ganhar escala de produção para o processo da agro-industrialização, pois foram instaladas plantas industriais nas colônias como forma de agregar valor ao produto. (Ramos, 2016, p. 209).

Como exposto acima, apesar da discursividade de autoridades locais detentoras de poder, faz-se necessário observar diferentes particularidades, sendo verificável uma relação capitalista expressa no caso paranaense ligada a criação das cooperativas nas colônias, estas garantiam a compra da produção dos colonos e o beneficiamento industrial.

A agroindústria tem neste contexto o papel de agregar valor para a comercialização voltada ao mercado. Ainda neste modelo agroindustrial, há o papel da grande indústria fornecedora dos equipamentos necessários para as *plantations*, como tratores, colheitadeiras, plantadeiras, adubos químicos, fertilizantes e máquinas em

geral, que tem o papel de transformar o modelo agrícola existente, até então, em uma agricultura capitalista, solidificando os detentores de recursos neste íterim (Ramos, 2016).

Cabe por fim destacar que este processo naquela conjuntura era visto de forma a valorizar uma determinada temporalidade, à da safra, e conseqüentemente às suas acelerações dado à ação humana, portanto, a “industrialização [...] se faria com base nos frutos da terra que se renovam a cada safra e consumiria a energia que cresce em nossas matas para tanto implantadas”. Ainda nesta breve seqüência, notamos algo que já fora ressaltado acima, as matas e sua ainda vital necessidade para indústria agrícola, especialmente em se tratando do processo de beneficiamento de grãos. Ao findar do uso massivo das matas naturais, se exacerba a atuação humana e o plantio de novas espécies, matas implantadas, com o largo uso de espécies exóticas⁴⁴, neste caso em específico, para o uso em caldeiras.

Essa transformação na paisagem brasileira em um cenário macro e, guarapuavano ao olharmos do micro escopo, ocorreu ao longo deste último meio século de modernizações e é um processo ainda em curso, a partir de uma série de ações como a pesquisa e a adoção da tecnologia no campo, o Brasil aumentou sua parcela da produção e exportação mundiais em culturas tradicionais e novas e hoje é o maior exportador mundial de carne processada de bovinos e aves, laranja, açúcar e soja, e o segundo em exportações de milho (Klein e Luna, 2020).

A expansão da produção agrícola nacional tornou-se competitiva internacionalmente enquanto a indústria, mote de parte do período do Estado Novo da Era Vargas (1937-1945) e das indústrias internacionais instaladas no período presidencial de Juscelino Kubitschek (1956-1961) declinaram e perderam sua capacidade de competir em mercados internacionais estando muito distantes da realidade agrícola nacional, principalmente incentivada nos períodos militares subsequentes (Klein e Luna, 2020).

Mesmo dentro de um território delimitado há uma série de mudanças relacionadas à produtividade do local, se outrora o acréscimo produtivo fez-se a partir da expansão rumo à novas fronteiras e espaços territoriais não explorados, o novo

⁴⁴Sobre o reflorestamento e o uso de espécies exóticas ver MORETTO, S. P. O (re)florestamento e os incentivos para introdução da monocultura de *Pinus* spp no planalto de Santa Catarina, Brasil. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 298–310, 2017. DOI: 10.5935/2237-2717.20160017. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/253>.

sistema tecnológico faz que a produtividade cresça sem que o número de unidades agrícolas aumente, a partir de uma série de corretivos agrícolas, maquinário pesado e mão de obra qualificada e anos de pesquisas patrocinadas pelo governo, que forneceram a alguns agricultores as sementes e a tecnologia para transformar regiões inteiras do Brasil, isto a um custo para os produtores menos eficientes (Klein e Luna, 2020).

Cabe ressaltar que, este acesso a produtos tecnológicos não é democrático, gerando uma discursividade que estratifica, como a presente na fala de Leh. Tornar um solo ácido fértil e altamente produtivo, depende de óbvios recursos, que não são destinados a toda a parcela populacional rural. Ao instalar novos agentes nos campos guarapuavanos, uma ampla camada de incentivos vem consigo, na busca da agricultura racional exportadora, alcançando neste sentido os pressupostos de sucesso.

O progresso seria a efetivação das potencialidades intrínsecas às instituições modernas, ou seja, uma atualização constante de potencialidades racionalizadoras. (...) Por isso, ainda se fala da implantação de uma indústria em algum lugar como a "chegada do progresso", ou a produção de uma nova tecnologia como "progresso científico". Nesses termos, estamos inexoravelmente condenados à aceitação de tais premissas modernas, portanto, condenados ao progresso. Esse processo, no entanto, não foi e não é um equívoco. Progresso e modernização, como processos sociais escondem mais sua dimensão "obscura". (Almeida, 2010, p. 15)

Progresso e modernização, conceitos que levados à ferro e fogo em inúmeras situações, são o mote principal de uma série de discursividades e conjuntos de ações que visam em linhas gerais estabelecer a mais alta lucratividade possível, e escondem a sua dimensão obscura.

Ainda que a modernização já tenha sido muito discutida, não há, em nosso caso de análise, uma ideia de etapas a serem cumpridas para tornar moderno os sujeitos locais, visto que, é o novo o sujeito apto, de outro continente, mais moderno.

2.1 O macro e o micro: cenários se encontram

A modernização agrícola, portanto, está ligada à transformação da produção *in natura* em *commodities* de valor agregado, estando intimamente ligado aos mercados agrícolas internacionais e necessitando da agroindústria local, desta forma modificando as culturas locais tradicionais. Esse processo demandou de incrementos tecnológicos objetivando o aumento da produção, isto por sua vez, em uma grande simplificação, vem alavancando cada vez mais empresas relacionadas aos setores agrícolas.

O paradigma da Revolução Verde⁴⁵ decorre dessa conjuntura, nas décadas de 1960 e 1970, e diversas mudanças tecnológicas e organizacionais foram implementadas mediante o uso de agrotóxicos, fertilizantes, máquinas e implementos, técnicas foram paulatinamente sendo alteradas aos sabores do mercado internacional.

Desta forma a produção foi concentrada em poucas mãos produtoras de *commodities* e em grandes empresas produtoras de insumos agrícolas, fertilizantes, sementes e máquinas. Se outrora a agricultura necessitava da constante anexação de solos virgens para crescer em sua produtividade pode-se no atual cenário constatar uma nova forma de dependência, a tecnológica, ligada aos insumos.

Nesta primeira etapa de nossa análise verificamos diversificados momentos do processo em busca de uma modernização agrícola nos campos de Guarapuava, passando pela década de 1950 ao estabelecer sujeitos tidos como modernos, à década de 1980, onde o sucesso destes já era clamado aos quatro cantos por autoridades locais. O que, contudo, ocorre neste meio tempo que provoca tal aceleração do tempo?

Para Marcos Sawaya Jank, André Meloni Nassar, Maria Cristina Faber Boaventura Tachinardi (2005, p.16) esse foi um período marcado predominantemente pelo crédito oficial farto e barato que atingiu um volume recorde de US\$ 20 bilhões por volta de 1978, segundo os autores, a produção e os investimentos cresceram, concomitantemente aos investimentos.

Seria, portanto, na década de 1970 que há a ampliação do chamado modelo agroexportador brasileiro, na medida em que o país deixou de ser apenas um fornecedor de produtos tropicais (café, açúcar e cacau) e passou a exportar produtos que concorrem diretamente com a oferta dos países ricos, dentre eles a soja, a celulose e as carnes.

A produção de soja esteve ainda, intimamente relacionada ao processo de expansão das fronteiras de agricultores do Rio Grande do Sul para o Centro-Oeste e ao papel da pesquisa, como veremos adiante, sobretudo a desenvolvida junto ao Estado e órgãos como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Ao voltarmos nosso olhar uma vez mais para a obra *Suábios no Paraná*, de Albert Elfes (1971) destacamos que a sua publicação se dá no início da propagação da ideia do Milagre Econômico Brasileiro (Gärtner, 2014), ou seja, nos anos dourados da

⁴⁵Evenson e Gollin definem a Revolução Verde como “The development of modern or high-yielding crop varieties (MVs) for developing countries began in a concerted fashion in the late 1950s. In the mid-1960s, scientists developed MVs of rice and wheat that were subsequently released to farmers in Latin America and Asia. The success of these MVs was characterized as a “Green Revolution.”.

economia nos governos militares. A discursividade do autor e de autoridades presentes na obra procuram demonstrar que as décadas de 1960 e 1970 foram fundamentais para o desenvolvimento econômico de Guarapuava, ou seja, momentos da implementação e substituição das culturas tradicionais locais por plantas industriais e uma agricultura exportadora especialmente devido aos investimentos destinados à colonização, especialmente à da Cooperativa Agrária.

Para Paulo Pinheiro Machado (2017)

Durante a Ditadura militar o meio rural sofreu um acelerado processo de modernização técnica, intensos investimentos públicos e subsídios para grandes empresas se instalarem em extensas áreas. Houve uma verdadeira união entre o capital e o latifúndio. O empresariamento do meio rural via financiamento de bancos públicos e estímulo à industrialização da agricultura foi propagandeado como meio de superação do atraso e do subdesenvolvimento. (Machado, 2017, p. 07).

Coadunando a ideia do autor acima com as falas reunidas em nossa importante fonte de análise, Elfes, verificamos que houveram discursos que foram proferidos durante a comemoração dos 20 anos do processo colonizador em 1971, ou seja, mais uma data comemorativa, ressaltando o sucesso da empreitada por meio da laboriosidade racional, muito semelhantes aos de Mathias Leh ao comemorar os 35 anos da empreitada colonizadora.

Há em Elfes, 27 discursos presentes no livro, incluindo ministros, senadores, prefeitos e ex-prefeitos, secretários de Estado, arcebispos, cônsules, coordenadores de entidades ligadas à agricultura, diretores e presidentes de bancos, professores universitários e engenheiros agrônomos (Gärtner, 2014).

Estas falas explanam visões de mundo e ansiedades modernizantes com relação à agricultura e um certo regozijo alicerçado na constante reafirmação do sucesso da agricultura organizada na região, adiciona-se a isso a própria escolha de sujeitos aptos a falar sobre esse sucesso da modernização ali apregoada, estes sujeitos são os próprios patrocinadores da empreitada, seus estimuladores e arquitetos. Tal qual o que se segue:

Banco do Brasil S.A.
Brasília (DF), 30 de setembro de 1971.
Ilmo Sr. Mathias Leh
MD. Presidente da Cooperativa Central Agrária Ltda. Colônia Vitória -
Distrito de Entre-Rios - Guarapuava (PR)
Ao ensejo das festividades comemorativas do vigésimo aniversário da
progressista Colônia de Entre-Rios, tenho a grata satisfação de associar-me às
manifestações de regozijo, que recebem as suas autoridades, suas lideranças,
empresários e o seu laborioso povo
Uma palavra especial quero dirigir aos bravos imigrantes suábios que, a
despeito de todas as vicissitudes, deixaram o seu torrão natal trazendo

consigo um passado de grandes realizações e sua experiência milenar para aqui iniciarem, com muito entusiasmo e trabalho fecundo, uma nova vida, dando um belo exemplo de amor à terra que escolheram para sua segunda pátria.

Registro a minha admiração a esses infatigáveis batalhadores que, em tão poucos anos, mas com fibra inquebrantável e muita persistência, ombro a ombro com os demais patrícios, contribuíram decisivamente para projetar a fecunda região onde se instalaram.

O Banco do Brasil sente-se orgulhoso de estar presente em todos os núcleos pioneiros de colonização, para colaborar com os processos de desbravamento, integração e produção que se verifica no interior brasileiro, onde se introduzem novas e intensivas práticas agrícolas, métodos mais racionais de criação, que elevam os índices de rentabilidade regionais e nacionais, atendendo, com presteza, chamamento do Governo no sentido do aumento da produção agropecuária como base indispensável do desenvolvimento brasileiro

O sentimento de integração nacional que se verifica no Estado do Paraná, a consciência das suas potencialidades, a sede de trabalho e de progresso econômico e social, são hoje elementos positivas e constantes de todo o povo brasileiro e de todas as regiões do seu território continental, causando até mesmo admiração do mundo inteiro, que já reconhece no Brasil a confiança e a fé inabalável das grandes nações.

atenciosamente

Walter Peracchi Barcellos. Diretor. (Elfes,1971, p. 16)

A mensagem aqui disposta na íntegra reflete o posicionamento do sucesso alcançado e ao mesmo tempo demonstra a imbricada relação das agências de fomento estatal e parcerias creditícias empregadas e dispostas aos sujeitos voltados à essa agricultura mais racional.

Seriam todos os agricultores que gozariam de uma linha de crédito com o Banco do Brasil? E se ainda o pudessem/fizessem, teriam estes a congratulação vinda pelo diretor da entidade? Do ponto de vista da linguagem, podemos observar que este é sempre um trabalho autorreflexivo. Não seria no cotidiano que as dominações ocorrem? Há portanto, uma constante repetição no discurso do sucesso e do trabalho agrícola moderno.

É no dia a dia, com auxílio de recursos linguísticos, que aquele que domina o processo de tornar mais duradouro o alcance da linguagem controla-a. Uma história não se realiza sem a fala, mas nunca é idêntica a ela e nem pode ser reduzida a esta (Koselleck, 2020). Pensamos a língua aqui como um fato e significamos o que é social e material, ligando a língua a exterioridade, à língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente, e portanto a temporalidade a que está condicionada (Orlandi, 2003).

Ao efetivar uma discursividade como a acima transcrita poderíamos conjecturar que há a intenção de provocar determinadas ações correspondentes ou

orientar posturas e modos de conduta através de signos ou símbolos, causando portanto processos de efetivação do discurso na ação.

Sobre a figura que promove esta fala, Elfes (1971), apenas reproduz seu escrito na décima sexta página de discursos e parabenizações de seu livro, sem detalhar sobre os autores das referidas felicitações. Ao voltarmos nosso olhar, ainda que brevemente, para uma dessas figuras, temos que Walter Peracchi Barcellos fora um carreirista na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, chegando ao comando geral desta em 1948. Deputado estadual pelo Partido Social Democrático em 1950 e 1954. Em 1958 concorreu ao governo do Rio Grande do Sul, pela UDN, sendo derrotado pelo candidato do PTB, Leonel Brizola. Elegendo-se deputado federal em 1962, já em 1964 participou das articulações entre militares e os setores conservadores brasileiros que culminaram no golpe de 31 de março.

Durante a ditadura militar, foi ministro do Trabalho e Previdência Social no governo Castelo Branco e governador do Rio Grande do Sul, depois da cassação de Ildo Meneghetti. Seu mandato durou de 12 de setembro de 1966 até 15 de março de 1971. Sendo depois disso diretor do Banco do Brasil⁴⁶ para a região sul do Brasil, data do discurso proferido acima. Desta forma, é possível verificar com o apoio de nossas fontes, a partir da presença desta e outras figuras no cenário agrícola/industrial local, que ao entorno dos governos militares e seus aliados econômicos há um entrelaçamento forte, entre o privado e o público, agricultura e a indústria, visando à expansão dos recursos creditícios e conseqüentemente das previsões lucrativas.

Podemos verificar desta forma como as narrativas criam-se sobre um passado de grandes realizações e uma experiência milenar, alicerçada naquela temporalidade pelo Estado e seus órgãos como o Banco do Brasil que sente-se orgulhoso de estar presente em todos os núcleos pioneiros de colonização, para colaborar com os processos de “desbravamento”, deixando dessa forma claro, quem são os sujeitos escolhidos como desbravadores e pioneiros, relegando assim aos outros que não participam dessa seara o esquecimento, não apenas discursivo, mas também das políticas públicas rurais, neste contexto é amplamente verificável que as novas e intensivas práticas agrícolas e os

⁴⁶Para mais dados sobre o governo gaúcho de Peracchi Barcellos ver: <https://acervos.cultura.rs.gov.br/index.php/governo-peracchi-barcelos-1967-1970?page=2&sort=referenceCode&listPage=2&places=1337&sortDir=desc&listLimit=10>. Uma de suas ações como diretor do Banco do Brasil no Paraná se encontra em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=448420&view=detalhes> E por fim sua biografia enquanto deputado: <https://www.camara.leg.br/deputados/131135/biografia>

métodos mais racionais, são o objetivo e se amparam no que for necessário para alcançar as altas cifras, já apresentadas neste capítulo inicial.

Notamos nesse período a expansão máxima do crédito agrícola.

Na década de 1970, o volume de crédito agrícola quadruplicou e teve em 1979 seu melhor ano. A abundância e o custo negativo do crédito governamental ao produtor financiaram a modernização de equipamentos e insumos na agricultura. Nos anos 1970 estabeleceu-se no Brasil um complexo industrial que forneceu máquinas, implementos, fertilizantes e pesticidas; além disso, a demanda gerada pela modernização agrícola foi um fator importante para o desenvolvimento industrial rápido desse período. Entre 1960 e 1980, a área cultivada quase dobrou, passando de 25 milhões para 47 milhões de hectares, um aumento que foi acompanhado por mecanização crescente. Nesse mesmo período, o número de hectares por trator diminuiu de 410 para apenas 99, proporção essa que se mantém estável até o presente. O consumo médio de fertilizante por hectare subiu de 8,3 kg, em 1964, para 27,8 kg, em 1970, e 88 kg, 1980. (Klein e Luna, 2020, p. 57)

Compreendemos portanto, junto aos dados aqui apresentados neste primeiro capítulo e concordando com Ramos (2016), que o processo modernizador, apregoado especialmente a partir de 1951 nos campos de Guarapuava, consistia em um primeiro momento na saída de um ou de alguns membros da oligarquia pastoril local, considerada improdutiva, e a sua troca por algumas centenas de pequenos proprietários europeus, transformados numa emergente burguesia ligada à agroindústria dinâmica e modernizante especialmente à partir de 1960 e consolidada a partir de 1970, dotados de uma série de incentivos fiscais e reforçados por uma discursividade de laboriosidade na busca pela produtividade agrícola, estes agentes de fato possuíam algo que os primeiros estabelecidos não possuíam. De acordo com Walter Benjamin (1994) “Sabemos que as relações sociais são condicionadas pelas relações de produção” (p. 122).

2.2 As influências no setor agrícola

Compreendemos que a comunidade da experiência é fundada na dimensão prática da narrativa, especialmente daquela capaz de perpetuar-se por mais tempo e mais longe. Aquele que conta ou transmite um saber e/ou um valor, detém e muitas vezes forma uma moral através de sua própria narrativa ou de uma advertência.

Poderíamos neste subitem conjecturar inúmeros fatores que interferem na dimensão agricultável de uma determinada proporção territorial, como por exemplo a geografia do espaço, suas relações com as saídas internacionais do país, sua economia básica, enfim toda uma rede de possibilidades que interferem na produtividade ou não de um local. Contudo, daremos enfoque às dimensões a) políticas, b) sociais, c) de interesses das elites locais e nacionais.

A estes agentes, que denominamos aqui como elites agrárias, compreendemos que sempre tiveram grande peso político no contexto nacional brasileiro, dado a importância econômica da agricultura e dos setores produtivos a ela relacionados, estes tiveram importante espaço em toda a constituição do que hoje compreendemos como o agronegócio e suas mais variadas frentes de atuação como, pesquisa, implementos e comércio internacional e obtiveram de uma forma ou de outra o beneficiamento político, através de projetos de lei e destinação de recursos.

De acordo com Celso Donizete Locatel (2016)

As raízes históricas da formação socioterritorial do Brasil estão assentadas sobre bases agrárias e a agricultura sempre teve importância fundamental na economia nacional e na reprodução do poder político no cerne do Estado nacional. Para ilustrar isso basta lembrar que as forças políticas que impulsionaram a proclamação da República (1889) emanaram, em parte, das oligarquias rurais [...]. (Locatel, 2016, p.59).

Mesmo a conjuntura política, como no exposto acima, tem sua formação atrelada às elites agrárias, o mesmo, ainda que dê-se sob novas roupagens, ocorre na atualidade, com bancadas inteiras do legislativo nacional, destinadas a pessoas ou grupos, denominados ruralistas⁴⁷.

⁴⁷Na Câmara dos Deputados, 70% dos integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) que concorreram à reeleição saíram vencedores das urnas e terão novo mandato por mais quatro anos. Dos 241 membros na Casa, 218 disputaram novas vagas e 153 foram reeleitos no pleito de 2022. WALENDORFF, Rafael. **Na Câmara, a bancada ruralista reúne 158 deputados**. Valor Econômico. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/06/na-camara-bancada-reune-158-deputados.ghml>>. Acesso em: 3 out. 2023.

Podemos desta feita, associar esta camada de integrantes das classes políticas aos interesses dos mais diversos setores do agronegócio, há portanto uma imbricada relação entre estes agentes, que ocorre desde o início do período republicano.

Locatel (2016) destaca que há um sistema de representação desses interesses, associado, não só o voto, mas outros dispositivos, desta forma esta classe da burguesia político/rural, consegue mascarar a supremacia burguesa através da articulação que vai dominando as outras classes, que também chegam a acreditar que estão no poder, participando politicamente.

Uma das formas de persuadir e fazer com que diferentes camadas sintam-se participantes da elite é a utilização dos meios de comunicação. Destacamos o uso do jornal, em especial, durante o processo de modernização da agricultura nos campos de Guarapuava (1950)

O jornal é o cenário dessa confusão literária. Seu conteúdo é a matéria, alheia a qualquer forma de organização que não seja a que lhe é imposta pela impaciência do leitor. Essa impaciência não é só a do político, que espera uma informação, ou a do especulador, que espera uma indicação [...].
(Benjamin, 1994, p. 124.)

Um dos questionamentos que de antemão nos cabe fazer é: e quando o jornal é pertencente aos políticos locais? Ou a elite agrícola? Este será o nosso enfoque de análise.

Figura 4: Jornal Entre Rios. Guarapuava: N° 06, 25 de abril de 1987. p. 01.



Fonte: O autor. Disponível no acervo do Museu Histórico de Entre Rios.

Neste jornal, o qual disponibilizamos a capa na Figura 4, podemos notar títulos que em muito podem colaborar em nosso objeto central de análise, desde a manchete principal “Constituintes visitam Entre Rios”, aos títulos menores como “BASF e Bayer vieram aqui”. Discorreremos sobre estes itens detalhadamente na sequência, entretanto, é preciso que façamos um esforço reflexivo com relação também a tipologia desta fonte.

Devemos inquirir a respeito desta fonte de informação acerca de sua publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros, aspectos que não devemos de forma alguma negligenciar enquanto historiadores (de Luca, 2008). Como já apresentado anteriormente, este periódico é de posse da empresa agrícola Cooperativa Agrária, tendo sido publicado a partir de 1987, ou seja, a fonte acima trata-se de um exemplar do ano 1, mais especificamente o número 6. Este jornal é destinado ao público local da colônia de

Entre Rios e de Guarapuava, tendo sua redação sendo provida em português e em alemão, língua mais utilizada pelos imigrantes Suábios.

Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê. [...] o que conduz a outro aspecto do problema: *as funções sociais desses impressos*. (de Luca, 2008, p. 132, grifos nossos).

Quais seriam as funções sociais deste impresso? Especialmente em se tratando de uma publicação empresarial, em uma colônia agrícola em industrialização, a resposta ainda dependeria da análise do conteúdo, portanto, partamos para esta verificação.

Seis deputados federais, todos integrantes da Comissão de Agricultura da Câmara, estiveram no dia 12 do corrente em Entre Rios. Eles foram acompanhados na visita pelo prefeito Nivaldo Krüger e por comitiva composta de familiares e de líderes guarapuavanos. No distrito a visita estava programada em três pontos: plantio direto de Soja, Agromalte e Colégio Imperatriz Dona Leopoldina, só sendo possível serem feitas as duas últimas, em virtude das chuvas que ocorriam naquele domingo. No discurso feito pelo deputado Jorge Vianna, também presidente da Comissão de Agricultura, a organização do distrito foi muito elogiada (...).

(Jornal Entre Rios. Guarapuava: Nº 06, 25 de abril de 1987, p. 01)

Este texto aparece logo depois da manchete, ocupando portanto, um local de destaque considerável. Ou seja, a visita destas personagens ao moderno rincão do centro sul paranaense, é pensado como algo que gozaria de toda a pompa possível, em relação a isto e sua transmissão no jornal precisamos refletir que

O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, por ter por trás de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado (...). (Lapuente, 2015, p. 06)

Poderíamos conjecturar que há desta feita a defesa de um posicionamento político e, atrelado a isto, o de um poder econômico. Desde seu posicionamento esquemático na primeira página do jornal, passando pela fotografia, há um certo condicionamento em relação ao que quer passar para os leitores deste periódico.

A notícia traz, que houve a visita de seis deputados federais integrantes da Comissão de Agricultura da Câmara, Jorge Vianna (PMDB-BA), Inocêncio Oliveira (PFL-PE), Nyder Barbosa (PMDB-ES), Manuel Vianna, (PMDB-CE) e Roberto Balestra (PMDB-GO), todos componentes da Comissão de Agricultura da Câmara e membros da Assembléia Nacional Constituinte (Jornal Entre Rios. Guarapuava: Nº 06, 25 de abril de 1987, p. 08-09), estes foram “acompanhados na visita pelo prefeito

Nivaldo Krüger e por uma comitiva composta de familiares e de líderes guarapuavanos”.

Quem seriam estes líderes locais? Autoridades ligadas à preservação ambiental? Indígenas e quilombolas? Ou seriam considerados líderes aqueles que ligam-se à agroindústria? Há um silenciamento sobre esta que seria uma possível posição de destaque. O que podemos conjecturar sobre estes agentes é que eles estavam interessados no desenvolvimento agrícola deste local, haja visto, que do roteiro da viagem um ligava-se ao plantio de soja e outro a visita às instalações da Agromalte (pertencente à Cooperativa Agrária).

Em relação ao contexto desta visita é importante destacarmos que agora o cenário agrícola difere-se do exposto no Capítulo I de nossa análise.

Se a década de 1950 marca o início do processo de modernização agrícola, incentivado pelo estado a partir de intervenções e a instalação de colônias, 1960 marca o início do processo extrator e a implantação de experimentos no campo, enquanto 1970 e o milagre econômico marcam o apogeu do intervencionismo na agroindústria, o período compreendido entre a segunda metade da década de 1980 e o início da década de 1990 são marcados pela ausência de políticas indutoras para a agropecuária (Locatel, 2016).

Certamente não há na década de 1980 um abandono do setor agrícola, contudo, com a abertura democrática, o crédito rural farto da década anterior, vem a ter uma certa escassez⁴⁸. Mas é ainda de alto interesse do Estado permanecer próximo às elites rurais, isto pois, como já apresentado, estas camadas político-econômicas se atrelam quase que de forma indissociável na história do Brasil.

Não seria diferente no processo de constituição da nova democracia. Na Constituinte, a bancada ruralista, com grande número de integrantes, defendeu o monopólio absoluto da propriedade, entre suas pautas também estavam a luta contra a desapropriação de propriedades consideradas improdutivas e de acordo com muitos membros deste setor o aumento da tributação das terras deveria ser considerado um instrumento claramente punitivo e arbitrário, além de terem sido contra a fixação de limites para a propriedade rural (Locatel, 2016).

⁴⁸O crédito subsidiado como instrumento de indução da agricultura empresarial chega ao fim em 1984, quando os empréstimos concedidos ao setor agrário passaram a ter a aplicação integral da correção monetária mais juros reais positivos de 3% ao ano (Locatel, 2004).

Como já mencionado, a bancada ruralista, atual ou a presente na constituinte de 1987 e 1988, não forma-se enquanto um órgão uniforme, tendo uma difícil fixação do quadro de seus participantes.

Nossa fonte de análise, contudo, apresenta alguns nomes, centremo-nos por um instante em Jorge Vianna⁴⁹ (1938-), apresentado na fotografia capa de nossa fonte, e de acordo com dados do arquivo da câmara de deputados, este médico e agricultor baiano de Ilhéus, participou das comissões permanentes da Agricultura e Política Rural como titular em 1979, Agricultura e Política Rural como suplente de 1981 a 1982 sendo seu vice-líder em 1981-1984, atuou ainda na Agricultura e Política Rural como titular de 1983-1986 e na Agricultura e Política Rural como presidente, 1985-1986⁵⁰, tendo diversos projetos de lei e debates no âmbito das novas pautas da câmara.

De acordo com Bruno (2017) quando instalados, muitos parlamentares se auto definiram como de centro-direita, centro-esquerda ou esquerda moderada, independente da postura diante das votações, complexificando ainda mais o delineamento da bancada ruralista. Por exemplo, Jorge Viana (PMDB-BA), simpatizante da UDR (União Democrática Ruralista)⁵¹, classificou suas posições como de “esquerda moderada”. Notamos que entre os projetos de lei desta personagem⁵², foram especialmente, atos ligados à produção cacaueteira baiana. O que, portanto, estaria este e outros constituintes, aqui não detalhados, buscando encontrar nas plantações diretas de soja no interior do estado do Paraná?

As estratégias adotadas pelas oligarquias rurais surtiram bons resultados para as mesmas, uma vez que, mesmo com mudanças no cenário político nacional, não houve redução de privilégios para os empresários do agronegócio no Brasil. A manutenção dos privilégios para a agricultura empresarial está diretamente associada às forças econômicas representadas pelas grandes empresas, que por sua vez passam a financiar as campanhas eleitorais, as

⁴⁹Para mais detalhes ver: VIANNA, JORGE. Biografia do(a) Deputado(a) Federal JORGE VIANNA. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/139260/biografia>>. Acesso em: 6 out. 2023

⁵⁰ Ibidem

⁵¹Ver mais em BRUNO, Regina. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. **Questões agrárias, agrícolas e rurais. Conjunturas e políticas públicas, E-papers, Rio de Janeiro**, p. 155-168, 2017.

⁵²PORTAL. Portal da Câmara dos Deputados - Busca. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=data&abaEspecifica=true&filtros=%5B%7B%22autores.nome%22%3A%22JORGE%20VIANNA%22%7D%5D&q=%2a>>. Acesso em: 6 out. 2023.

quais se tornaram milionárias, haja vista o seu sistema de financiamento. (Locatell, 2016, p. 78).

O setor agrícola tem uma considerável influência no papel de escolhas e decisões políticas nacionais, poderíamos conjecturar muito sobre a visita destes agentes, contudo, salta aos olhos que uma pequena colônia de imigrantes receba tal importância em um país tão grande quanto é o Brasil. A agroindústria, já consolidada em finais da década de 1980, recebe ainda mais atenção, mesmo que goze de incentivos diretos diminutos se comparados a outrora, a roupagem do crédito rural se traveste sob as influências e o jogo político.

A manutenção do desequilíbrio das políticas executadas pelo Estado brasileiro, mesmo em um contexto de radicais mudanças como o estabelecimento de uma nova constituição, que apresenta uma série de dispositivos voltadas para os segmentos agropecuários, só é possível analisando a estrutura de poder que envolve o funcionamento do Estado, não é atoa que visitas à empresas privadas do setor agrícola se fizeram e, considerando a atuação dos vários grupos no cenário político, entre eles os ruralistas, que mesmo sendo de origem pluripartidária, se apresentam como um grupo com forte poder de pressão na formulação das políticas públicas, dominando recursos e dispositivos de comunicação, como o jornal.

A redemocratização da sociedade brasileira e a modernização conservadora da agricultura efetivada nas últimas décadas contribuíram para uma transformação no sistema de representação de interesses dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais no Brasil. Entre as mudanças mais significativas, destaca-se a organização de frentes parlamentares suprapartidárias voltadas prioritariamente para a defesa de interesses corporativos e para o fortalecimento político dos setores por elas representados. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), mais conhecida como bancada ruralista, é um dos exemplos desse processo e torna manifesta uma história marcada pela presença do patronato rural e agroindustrial nas instâncias do Estado e nos espaços de elaboração e de execução de políticas. (Bruno, 2017, p. 155)

De acordo com Regina Bruno (2017) a bancada ruralista é considerada por muitos a principal força política do Congresso Nacional e despontou na segunda metade dos anos 1980, como reação ao Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) da Nova República. Outro importante mote deste movimento político é sua atuação frente às

ocupações de terra pelos trabalhadores sem-terra⁵³, que ganharam visibilidade na Constituinte de 1988.

As influências político agrícolas na conjuntura de 1988 dão-se portanto em um cenário de intenso debate e confrontos simbólicos (e práticos) entre diferentes grupos sociais. Ressaltamos, contudo, que é na possibilidade de amplificação de suas vozes e no domínio de capital e dos meios de comunicação que perduram as narrativas. Através de visitas e diálogos com os detentores locais de poder ocorrem processos de identificação coletiva e de criação de uma coesão política que agrega parlamentares que não são proprietários de terra nem ligados ao agro, agentes industriais e população, que se sentem identificados com a concepção de mundo da ideologia e do pensamento ruralista (Bruno, 2017).

Ainda que priorizando os interesses corporativos, os parlamentares da bancada ruralista em suas frentes parlamentares suprapartidárias e partidos políticos distintos tiveram suas disputas de poder e divergências. Entretanto, como comungam interesses semelhantes, procuram se fortalecer uns aos outros, e mutuamente coadunados com o setor agroindustrial ocorrem importantes alterações no setor junto ao processo de redemocratização.

Um deles, justamente, é a criação de entidades e bancadas parlamentares que atuam ativamente na participação do crédito rural, indo de encontro às dinâmicas regionais e suas características gerais. Esta lavoura financiada, presente no Brasil a muito, em especial durante a ditadura militar, é presente em nova roupagem no processo democrático, nossa fonte de análise por sua vez apresenta uma certa questão propagandística que não devemos deixar de ressaltar: “BASF e Bayer vieram aqui”.

Dirigentes da BASF Brasileira e da Bayer estiveram em Entre Rios na última semana, realizando visitas técnica e de cortesia. Os representantes da BASF foram Cristiano Burmeister, Regis Barreto, José Lúcio Gratão, Orlando Dorigo Andreo, Alfredo Raeder, Ari Batista, Carlito Los e Nilson Muhls, diretores e engenheiros agrônomos da empresa. A Bayer se fez representar por Shiguero Tonita, Izaíar Scutti, José Aparecido Bonacim e Roberto Peterlevitz, igualmente diretores e engenheiros agrônomos da empresa. A Cooperativa Agrária é um dos maiores clientes de ambas as empresas, e esporadicamente visitas como essas são efetuadas, tanto destes, quanto de outros fornecedores.

(Jornal Entre Rios. Guarapuava: Nº 06, 25 de abril de 1987, p. 01)

⁵³O MST tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho, e os realiza por meio de uma ação denominada ocupação da terra. Indicamos a leitura de FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

Desta feita, ao publicar em nosso periódico de análise, logo após a imagem dos constituintes, a notícia ligada a empresas químicas ligadas ao agronegócio, associamos isso a preocupação com a fabricação de uma imagem moderna, buscando afastar uma eventual identificação negativa entre o ruralismo e o agronegócio à destruição do meio ambiente e à depredação das florestas, e para além, estabelecer uma ligação com empresas internacionais, possuidoras de farto capital, associando uma vez mais o moderno à tecnologia de fora e ressaltando a característica de que “A Cooperativa Agrária é um dos maiores clientes de ambas as empresas”.

A construção da imagem do agro, pretendida pelas elites rurais locais, busca ampliar indefinidamente o escopo do que seria a agricultura, especialmente aqueles que postulam-se enquanto modernos, estes pois, seriam aqueles que consigo trazem o futuro e o progresso tão almejados. Sobre estas empresas ligadas ao setor de pesticidas e a lucratividade desta nos recentes anos

Vale destacar que parte significativa dos R\$ 21,5 bilhões aplicados em 2015 no custeio da soja (uma parcela oriunda dos cofres públicos via taxa de juros subsidiada) foi transferida para um pequeno número de empresas transnacionais que controlam o mercado de insumos para o cultivo do grão no Brasil – sobretudo o segmento de sementes e agroquímicos, que é dominado por Bayer (que anunciou a compra da Monsanto), Syngenta (que foi adquirida pela ChemChina), DuPont/Dow (que se fundiram recentemente) e Basf (...). (Bruno, 2017, p. 109).

Portanto, podemos inquirir que estas corporações atuantes no território nacional, vem gozando de parcerias e de lucratividades, atrelando-se a proprietários individuais e ao estado nacional na forma de facilitar suas atuações, gerando conglomerados⁵⁴ industriais extremamente fortes.

“Questão agrária” é um termo que apresenta marcas políticas e ideológicas profundas. Isso dificulta pensarmos o conceito como categoria histórica, objeto de várias significações. Mais difícil ainda porque, hoje, o centro das tensões e das conflitualidades passa pela questão da apropriação privada da terra e do direito ao território como expressão de vida de um povo e da preservação do meio ambiente. (Bruno, 2017, p. 165).

Conjecturamos que há no processo uma ânsia pela modernização, nos campos guarapuavanos e brasileiros, uma indissociável ligação entre a ideia do que seria o moderno: a agroindústria, o agroquímico e a política. Relegando a um segundo plano discussões sobre preservação ambiental, matas e espécies nativas. Entre as agriculturas

⁵⁴A BASF registrou vendas de € 64,5 bilhões em 2017. Ver mais em: EFE. **BASF fecha aquisição de negócios e ativos da Bayer.** Exame. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/basf-fecha-aquisicao-de-negocios-e-ativos-da-bayer/>>. Acesso em: 17 out. 2023.

mais prejudicadas estão as menos produtivas que são inevitavelmente marginalizadas, não gozando de incentivos fiscais quando estes eram difundidos e consequentemente mergulhando na crise, sendo eliminadas pela concorrência das agriculturas mais poderosas.

A mudança nos modelos de desenvolvimento, e portanto das relações entre trabalho e natureza, estão intrinsecamente atreladas a mudança de paradigma da sociedade, bem como com a relação entre a manutenção dos padrões de consumo e construção das narrativas sobre riqueza e tecnologia que são, por sua vez, constituídas pelo mercado e pelos detentores de poder em uma determinada sociedade, em nosso caso de análise, uma sociedade agroindustrial.

Relacionar o tempo a este processo é de vital necessidade, com o advento e a adoção e busca por uma tecnologização dos campos promove-se um desigual acesso, e uma relação temporal distinta, que liga-se a discursos e narrativas das elites. Aqueles que por ventura encontram-se agraciados com os sabores do capital e dos consequentes benefícios que este promovem, de maneira consciente ou inconsciente, criam narrativas para legitimar-se neste estrato.

De acordo com Larissa Carreira da Cunha (2020) o processo de consumo (e poderíamos conjecturar também o de produção) está inserido em um campo de poder e disputas entre empresas e instituições que competem entre si e com outros mercados pela preferência de compra dos consumidores. Construir, fomentar e consolidar os padrões e a cultura de consumo de uma determinada sociedade, gera lucro e é o objetivo último do mercado. Podemos ainda inferir nesta assertiva, que atrelado ao processo de consumo, há o processo de criação de produtos e alimentos, este por sua vez, também é fundamental na profusão do sistema capitalista.

Como se comportam as relações de trabalho em uma sociedade que quer-se enquanto agricolamente moderna? E como esta postura afeta outros indivíduos ou grupos sociais que encontram-se em distinta posição a este sentimento e relação com o trabalho. Estas serão as premissas básicas de nosso próximo tema de análise.

2.3 O símbolo da tecnologia agrícola: a soja em Guarapuava

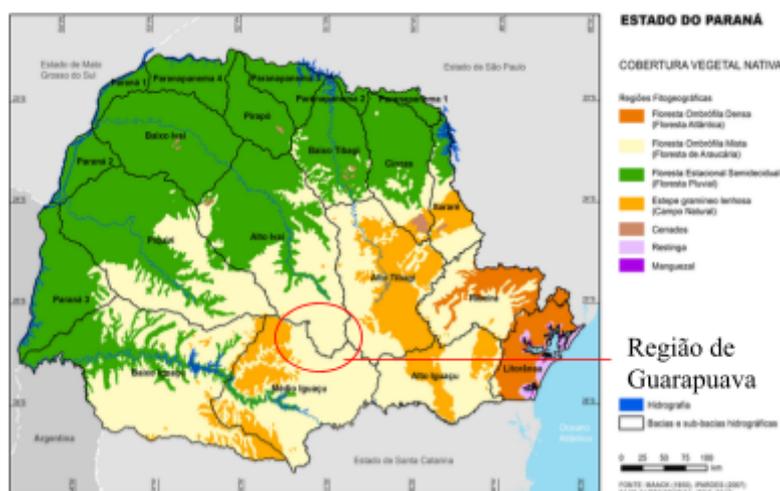
Buscaremos nesta etapa de nossa discussão apresentar mais alguns dados sobre a 49ª cidade mais rica do agronegócio brasileiro⁵⁵, objetivamos neste ponto, contribuir para o debate da História Ambiental desta região, acrescentando as discussões acerca de como o meio afeta a vida em sociedade ao longo da história, e em especial, após a adoção de técnicas mais modernas, solapando atividades que não acompanham o mercado e seus altos e baixos, para tanto, daremos enfoque em uma ainda recente espécie agrícola, a soja.

Nossa proposta de análise histórica e ambiental, parte de uma produção e de um entendimento sobre um mundo natural e modificável que é por si só, componente básico da própria existência humana. De acordo com José Augusto Pádua (2010) a História Ambiental de maneira geral vem construindo seu espaço de análise verificando as interações entre espaços concretos, práticas materiais e percepções culturais do mundo natural.

Nosso local de análise, como já apresentado, compõem-se de algumas características físicas de alto fator comercial no cenário agrícola, com uma altitude que varia de 800 a 1200 m, e um relevo que é plano a ondulado, neste local encontravam-se originalmente vegetação campestre subtropical ou floresta subtropical perenifólia, respectivamente (Nichel, 2016), como podemos visualizar na Figura 5.

⁵⁵MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Secretaria de Política Agrícola - SPA **Departamento de Análise Econômica e Políticas Públicas** – DAEP Coordenação-Geral de Planos e Cenários - CGPLAC Nota nº 01-2022/CGPLAC/DAEP/SPA/MAPA Brasília, 03 de janeiro de 2022. Assunto: Os municípios mais ricos do agronegócio

Figura 5: Vegetação do estado do Paraná e localização de Guarapuava



Fonte: Maack R. Geografia física do estado do Paraná. Curitiba: Banco de Desenvolvimento do Paraná; 1968.

De acordo com dados da EMBRAPA a precipitação pluviométrica se estabelece como elevada e bem distribuída, chegando a cerca de 1.900 mm anuais em média. Já dados IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) apontam que o município possui o maior Valor Bruto de Produção (VBP) da agricultura estadual, e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) aponta que o município lidera o cultivo de três culturas no país: cevada, centeio e triticale, os chamados cereais de inverno⁵⁶.

Em 2022 foram 204,8 mil toneladas de cevada colhidas na cidade, quase dois terços da produção estadual, de 360,3 mil toneladas, o volume do estado representa 69% de toda a produção nacional, que chegou a quase 522 mil toneladas.

Entretanto importante destacar que estas culturas de inverno se dão em rotação com outras ligadas às safras de verão, e portanto, apesar de números menores, a cidade também está entre as principais produtoras agrícolas de milho e soja, além de

⁵⁶Ver mais em: Paraná tem nove cidades na liderança da produção agropecuária nacional. IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<https://www.ipardes.pr.gov.br/Noticia/Parana-tem-nove-cidades-na-lideranca-da-producao-agropecuaria-nacional>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

historicamente estar associada à produção de trigo, desde a implementação da colônia agrícola de Entre Rios em 1951.

Sobre as safras de veraneio e em especial sobre a oleaginosa da soja⁵⁷, verificamos que há um destaque narrativo que este produto goza no cenário nacional, hoje o Brasil é o principal produtor mundial deste produto. De acordo com dados publicados no portal⁵⁸ da Embrapa, a safra 2022/2023 tem uma produção de 154.566,3 milhões de toneladas e sua área plantada foi de 44.062,6 milhões de hectares, revelando uma produtividade de 3.508 kg/ha no território nacional.

Ao observarmos o cenário paranaense, o jornal Folha de Londrina (2023), apresenta que o estado ampliou seu protagonismo em relação à plantação de soja no Brasil na safra deste ano, e concentrou 14% da produção nacional, tendo 20 milhões de toneladas previstas, ficando em segundo lugar no ranking nacional atrás apenas do estado de Mato Grosso.

É importante destacar, em justaposição ao estado citado, que o acréscimo da produtividade do estado paranaense associa-se ao número de incrementos tecnológicos, visto que, este estado possui uma área plantada bem delimitada, tendo poucos acréscimos em relação a solos virgens. A área estimada para a safra 22/23 é de 5,7 milhões de hectares, enquanto o Mato Grosso possui uma área plantada de 12.086,0 milhões de hectares⁵⁹.

Figura 7: Jornal Entre Rios. Guarapuava: Nº Edição teste, dezembro de 1986. p. 05.



Fonte: O autor. Disponível no acervo do Museu Histórico de Entre Rios.

⁵⁷Seu plantio ocorre de setembro e dezembro

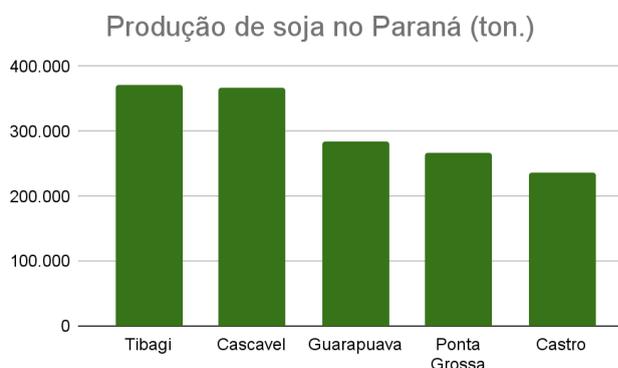
⁵⁸O portal aponta a fonte como a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e o levantamento realizado em 06/2023. Ver mais em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>.

⁵⁹Ibidem.

Na Figura 7 acima retratada temos o Jornal de Entre Rios, com a manchete, justamente destacando um importante momento da história agrícola brasileira. Neste momento, durante a safra de 1986, o Paraná que historicamente apresentava-se nas primeiras posições em relação ao plantio da soja a nível nacional, passa ser suplantado pelo estado mato-grossense quando da ampliação das fronteiras agrícolas rumo a região central do país.

No gráfico abaixo, organizado com dados apresentados no Jornal Folha de Londrina, podemos visualizar as principais cidades paranaenses produtoras desta que representa o principal produto agrícola brasileiro, nota-se a cidade de Guarapuava em terceiro lugar no ranking estadual.

Figura 8: Produção da Soja no Paraná



Fonte: CATANHO, Lucas. Folha de Londrina (2023). Org. o autor.

Para Klein e Luna (2020) “inquestionavelmente, o produto que melhor representa a nova era da agricultura brasileira é a soja”. Isso, contudo, impreterivelmente, associa-se a outros fatores, como a expansão da indústria de químicos e fertilizantes, rações, óleos e outros. Vanderlei José Moretto, Germano Leão Demolin Leite Nodari e Gabriela Leite Nodari (2022) ao levantarem um histórico sobre a soja observam que esta planta está naturalmente distribuída por todo o leste asiático, incluindo China, Coreia, Japão e parte da Rússia e evidências mais robustas sugerem que a domesticação ocorreu na parte norte do leste da China, contudo, isso ainda apresenta-se de forma nebulosa.

Já em relação aos seus aspectos funcionais e físicos, estes pesquisadores destacam que até noventa por cento da produção da soja é destinada à produção de óleo, porém além de sua importância como fonte de proteína e óleo, a soja também contribui

para a fixação de nitrogênio no solo. As características do grão dependem da variedade, e o tamanho pode ser de 1 a 3,5 centímetros.

A primeira referência de cultivo de soja no Brasil data de 1882, quando alguns genótipos foram introduzidos experimentalmente no Estado da Bahia pelo engenheiro agrônomo Gustavo Dutra. Dutra se referiu à soja como 'Feijão Chinês'.[...] Porém, somente em 1914 a aclimação teve sucesso no município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul. Na época, o principal uso da soja no Brasil era como forragem. Na década de 1930, estudos com soja começaram a ser desenvolvidos na antiga Estação Fitotécnica Experimental Colônia. (Moretto; Nodari E Nodari, 2022, p. 24-25, tradução do autor)

Desta forma, podemos observar, que por não se tratar de uma espécie nativa do território brasileiro, e provando ter vantagens econômicas superiores que seu uso forrageiro, pesquisas foram importante carro chefe na criação e adoção deste novo empreendimento no Brasil. Estes estudos ganharam vultosos acréscimos quando da Revolução Verde, subsidiada no Brasil pelos governos militares, após a década de 1960.

Para o pesquisador Wilson Picado Umaña (2014), deve-se contudo, tomar um certo cuidado ao estabelecer todo ideário de progresso agrícola pós Segunda Guerra Mundial dentro do cenário de Revolução Verde, para este autor

Revolução Verde é um conceito que possui um campo semântico aberto e difuso. Este termo pode ser relacionado tanto com um processo geográfico e historicamente centrado no Sudeste Asiático, como com um macroprocesso que abrange a generalidade da mudança tecnológica do pós-guerra no Terceiro Mundo. A sua definição pode referir-se estritamente a uma dinâmica de “melhoramento técnico” da produção agrícola, particularmente da produção de cereais, ao mesmo tempo que pode estar ligada a uma estratégia geopolítica para conter o comunismo nos países pobres. Em alguns casos a revolução é um processo de base genética, enquanto noutros é entendida como sistêmica, que inclui também a quimização e a motorização das tarefas de cultivo e colheita. Às vezes, seu período culminante começa em 1968 e se estende até o presente, enquanto outras abordagens exigem sua extensão temporal até o pós-guerra, a Segunda Guerra Mundial e até as décadas finais do século XIX (p. 491, tradução do autor).

Para nossa pesquisa, contudo, não buscaremos balizar esse acontecimento como algo estanque, mas sim, o compreender em um processo temporal que poderíamos conjecturar, como mudanças de longa duração.

Para Roberto Rodrigues Ferreira de Moraes e Jó Klanovicz (2013), contudo, no processo da Revolução Verde seria possível observar que o governo é o responsável por implantar várias práticas que transformam a relação entre humanos e mundo natural, caso da extensão rural e do processo de cientificização do campo, para estes autores parte-se da década de 1960.

A extensão rural, para estes autores, pode ser compreendida como uma técnica que tem sua expansão e maior participação neste período no Paraná, na criação da Acarpa (Associação de crédito e assistência rural do Paraná) em 1961 que posteriormente é transformada em EMATER em 1977. Estes empreendimentos trazem consigo um papel importante de pesquisa científica, implantando vários campos de experimentação no estado, pesquisas de quais as melhores variedades de soja e técnicas de plantio para cada região do estado são buscadas.

A década de 1970 no Brasil é conhecida popularmente como a Era do Milagre Econômico, quando os governos militares subsidiaram grandes obras de infraestrutura e tecnologia agrícola, aos custos de suntuosas dívidas para com a União. Para Klein e Luna (2020) foi no período dos governos militares de 1964 a 1985, que a política agrícola se tornou prioridade do poder público, o apoio dos militares à modernização da agricultura envolveu várias áreas e, de acordo com estes pesquisadores, a primeira e fundamental medida consistiu em oferecer crédito abundante e subsidiado.

Figura 9: General Ernesto Geisel e Mathias Leh Presidente da Cooperativa Agrária de Guarapuava- Década de 1970



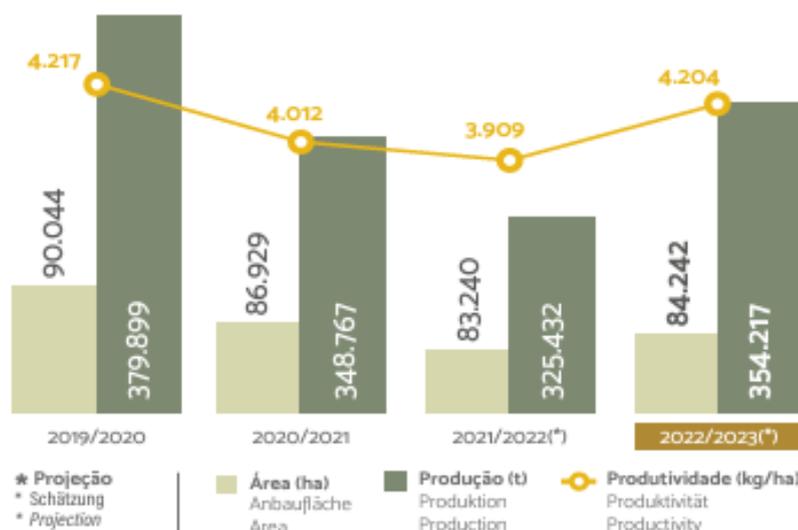
Fonte: GORA, Anton. **Dos campos nativos ao agronegócio: a contribuição suábica em Guarapuava nos relatos de Anton Gora, (1951-2009)**. Unicentro. Guarapuava, 2010.

Na imagem acima, vemos claro posicionamento de paridade entre o capital privado e o público, um líder militar, chefe do executivo nacional no momento e do

líder do empresariado rural da cidade. Em Guarapuava, os principais produtores agrícolas, das culturas de inverno e verão, estão alicerçados em sua maioria pela atividade cooperativista fomentada pela Cooperativa Agrária, fundada em 1951 junto ao processo de colonização de Entre Rios, distrito guarapuavano distante cerca de 20 km da sede municipal.

A produção de soja pertencente a esta empresa agrícola de Guarapuava foi de 325.432 toneladas⁶⁰ na safra 2021/2022, com estimativas ainda maiores apontadas no relatório para a safra 2022/2023.

Figura 10: Dados da soja produzida pela Cooperativa Agrária.



Fonte: Agrária relatório anual 2022

No gráfico acima representado na Figura 10, podemos ter alguns indícios sobre a produtividade da soja em Entre Rios, que desde sua implementação, associa o capital público e privado em prol de pesquisas que envolvem melhoramento genético, mecanização do campo e beneficiamento industrial. Poderíamos, portanto, estabelecer ligação entre a modernização agrícola e a adoção de produtos destinados ao mercado como a soja, com a aglutinação de capital.

Quando do fim do período de “milagre”, e início do processo de redemocratização em fins da década de 1980, a pesquisa agrícola, importante expoente

⁶⁰Informação disponível em: Agrária relatório anual 2022 WEB, Tecnologia. Cooperativa Agrária Agroindustrial - Sementes, Nutrição, Malte, Óleo e farelo, Farinhas, Cervejas Caseiras. Cooperativa Agrária Agroindustrial, 2015. Disponível em: <<https://www.agraria.com.br/agraria/historico>>. Acesso em: 3 maio 2023

da Revolução Verde, passou a ser coordenada pelo capital privado, mas não sem forte influência do estado como pode-se observar no subitem 2.2.

Esse agronegócio imbricado que coaduna o capital público e privado, pode ser visto no livro “Dos campos nativos ao agronegócio: a contribuição suábica em Guarapuava nos relatos de Anton Gora, (1951-2009). Nesta fonte, o autor que também é produtor rural e agrônomo, apresenta a importância da pesquisa para fortalecimento da produção agrícola do município, para ele

O principal objetivo da colonização foi o plantio de trigo, que, por falta de tecnologia não prosperou e a metade dos imigrantes foi embora. A solução foi a vinda de técnicos da Alemanha que, em conjunto com o Instituto de Pesquisa e Experimentação Meridional (IPEAME) começaram a fazer pesquisas, solucionando os primeiros problemas. Depois foi criada a Estação Experimental da Agrária, transformada depois na FAPA, que, em conjunto com outras entidades, criaram e implantaram um sistema agrícola que hoje ainda é o sustentáculo da cooperativa. (Gora, 2010, p. 119)

Apesar de a referida fonte ter sido publicada em 2010 pela editora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), não trata-se de uma obra de cunho científico ou de uma contribuição que tenha perpassado por discussões no âmbito universitário. Apresenta-se enquanto relatos de memória e entrevistas realizadas com agrônomos, integrantes e ex -integrantes dos círculos de pesquisa e extensão da cooperativa Agrária.

É complexa a ligação entre narrativas de memória e o agronegócio, e não nos parece claro a intenção da publicação da obra sob o selo de uma universidade pública, podendo haver espaços para interpretações variadas, como a chancela do Estado à este tipo de narrativa que visa dar legitimidades a dominação do espaço a partir de vieses tecnológicos.

Essa obra traz consigo importantes dados sobre a criação e adoção de técnicas como o plantio direto, a utilização de agroquímicos, o processo de industrialização da agricultura no distrito de Entre Rios, incluindo a criação da Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária (FAPA), da Agromalte e a infraestrutura desta, além de dar amplo palco e enfoque na chamada “reforma agrária interna”, que consiste na compra e redistribuição de terras aos cooperados e que foi financiada pelo Banco do Brasil e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e contou com assistência da EMBRAPA e da EMATER para crescer na produtividade e no crescente processo de mecanização, tudo isso entre as décadas de 1960 e 1980.

É possível visualizar nos dados apresentados nesta obra a adoção de culturas distintas relacionadas aos sabores do mercado agroindustrial, sendo plantados num primeiro momento trigo e arroz, e hoje predominando culturas de maior valor agregado e associadas ao crescente processo de industrialização e tecnologia no campo.

Coadunando com o apresentado por Gora, e a importância da criação de um instituto de pesquisa local visando a agricultura de larga escala, Nichel apresenta que

O destaque da Cooperativa Agrária no cenário brasileiro de produção de grãos é um fato inquestionável, mesmo considerando que vários fatores climáticos favorecem a região para esta atividade, a união do cooperativismo, gestão e planejamento, pesquisa localizada e industrialização são com certeza os pontos que mais pesam no sucesso do agronegócio. O papel da pesquisa aliada à extensão na produção agrícola é algo que deveria ser seguido como modelo por muitas instituições públicas, que normalmente não conseguem atuar em ambos setores. (Nichel, 2016, p. 29).

Ambos os autores, em suas respectivas experiências históricas e especificidades técnicas, tendem a corroborar o ideário de uma narrativa de vantagens adquiridas pelo tecnicismo pragmático adotado nas lavouras produtoras de *commodities*. Contudo, devemos nos questionar, essa rotação de plantações, técnicas associadas aos industrialismos e as exportações rumo ao mercado externo, favorecem quem? Quem eram os agricultores e/ou populações nativas e caboclas do centro-sul paranaense? Estes agentes, têm o mesmo espaço na busca pela autossuficiência agrícola? Estão ligados a mesma lógica de mercado e produzem da mesma maneira e com os mesmos incentivos?

Esses questionamentos são de suma importância no processo de análise da agricultura e da História Ambiental, pois esta não distancia-se do debate do social, mas justamente insere o meio ao debate sobre o tempo, acesso a recursos, desigualdades e outros, que permeiam os dilemas da História como ciência.

É possível responder a parte destes questionamentos amparando-nos às nossas fontes de análise, Nichel (2016) apresenta em seu relatório técnico que existem inúmeros ensaios e pesquisas ocorrendo anualmente sobre a soja, e outras culturas em Guarapuava, a partir das empresas multinacionais de sementes e agroquímicos como a Fortgreen, OroAgri, Forquímica, Syngenta, CoMo, Stoller, e Monsanto. Desta feita podemos verificar o quão imbricadas se dão as relações de produção na lógica capitalista da produtividade agroindustrial.

Atualmente o município de Guarapuava, possui uma fábrica de rações e indústria de óleo de soja, pertencentes à principal empresa agrícola da região, a Cooperativa Agrária. O Paraná é um dos estados destaques na produção da oleaginosa,

tendo começado a cultivar a soja nos anos 1960, até o final da década de 1990 foi o líder em produção no país, tanto em área quanto em volume produzido, entretanto, em decorrência da expansão agrícola em direção ao cerrado na década de 1980, o Paraná acabou perdendo o posto para Mato Grosso (Guimarães, 2010). Abordaremos melhor esta questão de mutação produtiva no seguinte subitem.

De acordo com a bibliografia, ligada ao setor agrícola consultado, em especial Guimarães, Gora e Nichel, pode-se explicar o destaque do Paraná, pelo estabelecimento de uma eficiente rede de pesquisa, envolvendo os poderes públicos, federal e estadual, com apoio financeiro da iniciativa privada.

A rede de pesquisa que teve início, no estado do Paraná, em 1972 e articulou, num primeiro estágio, o Ministério da Agricultura e o IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná. Em um segundo estágio, foi criado, em 1975, o Centro Nacional de Pesquisa de Soja (CNPS), que viria a se transformar no ano seguinte na Embrapa Soja. Isso possibilitou a integração dos esforços isolados de pesquisa que se espalhavam pontualmente pelas regiões Sul e Sudeste. Em paralelo à criação da Embrapa Soja, foi estabelecido o programa nacional de melhoramento genético, que culminou no desenvolvimento das primeiras cultivares de soja no Paraná, contribuindo decisivamente para a rápida expansão da produção. Também pode ser considerada conquista da rede o desenvolvimento de cultivares adaptadas às latitudes dos climas tropicais, fator fundamental à expansão da soja rumo aos cerrados (Guimarães, 2010, p. 03).

Poderíamos desta feita conjecturar que um dos aspectos determinantes para o início da pesquisa no Paraná seria a limitação da fronteira agrícola do estado que começou a se esgotar ainda na década de 1970, tanto em ocupação quanto em possibilidade de abertura de terras virgens, diferentemente do estado do Mato Grosso, líder na produção de soja, que acrescentou vasta área de lavouras em pouco tempo.

Salientamos ainda que o aumento da oferta de cultivares de soja no estado, deve-se ao desenvolvimento destas por empresas privadas, diretamente ligadas às cooperativas de grãos do Paraná, e que atendem a requisitos mais específicos dos sojicultores.

Diferentemente das nossas fontes, apontamos o sucesso sojicultor não apenas na rede de pesquisa e extensão que ocorre no Paraná, mas acima disso, no processo de incentivos fiscais promovidos durante as décadas de Milagre Econômico. Parcerias entre o capital público e privado que elevaram a cultura da *commodity* de valor agregado, desestabilizando e desmontando formas de produção mais tradicionais, ligados aos povos caboclos e nativos do local.

CAPÍTULO III: O TRABALHO E O SEU SENTIDO IDENTITÁRIO

Neste subitem de nossa discussão acerca da modernização agrícola nos campos guarapuavanos, daremos especial enfoque no formato de trabalho rural ao qual muitos indivíduos locais estão ou estiveram submetidos. Buscando como objetivo central, compreender como a tecnologia aplicada ao campo muda a forma de compreensão sobre o valor da labuta diária.

De acordo com dados do IBGE para o ano de 2010 a população residente na região urbana era de 152.993 pessoas enquanto os residentes na zona rural representavam 14.335 pessoas. Contudo, em relação à economia, como já apresentado anteriormente, os principais produtos da cidade encontram-se em setores agrários, cevada, malte, soja e milho, portanto, há um grande deslocamento entre urbano e rural. A agroindústria está presente, em ambos os setores da cidade, com fábricas de rações e farinhas nas zonas mais próximas à rodovia e a cidade, enquanto suas plantações podem estar distantes, usando a malha rodoviária que atravessa o município.

Maria José Carneiro (2008) apresenta que o desenvolvimento dos campos se deu aos moldes da cidade, resultando na expansão do urbano, em muito rareia-se o papel do camponês, isolado do mercado e alheio ao cenários macroeconômicos do rural, este fora substituído nesta contenda nos campos guarapuavanos pelo cooperado e pelo empresário rural.

A partir desta amálgama modernizadora empreendida nos rincões brasileiros, desde a década de 1950, vemos uma interligação forçada entre campo e indústria, havendo uma substituição de culturas e plantas, como apresentado no item anterior, para promover aquelas que possuem maior valor agregado, gerando óbvias consequências como a queda na produção de alimentos, um forte êxodo rural a partir da implementação de maquinários em larga escala e outros.

A difusão dos modos de produção desencadeados pela industrialização logo superou, contudo, os perímetros urbanos e, ao final do século XIX, em alguns países do centro capitalista, o espaço rural tornou-se também alvo de investidas com vistas a mecanizar e a padronizar as atividades agrícolas, aumentando exponencialmente a capacidade de produção voltadas para mercados internacionais. O Brasil [...] viu os primeiros esforços para uma articulação entre ciência e tecnologia industrial, com a montagem de uma estrutura que envolveu políticas de crédito e, como é sabido, vasta influência política. (Lohn, 2022, p. 12).

Coadunando com Lohn e ao observarmos mais de perto a questão do trabalho, entre rural e urbano, que não formam mais uma dicotomia tão forte assim, e entre moderno e “atrasado”, como em muito nossas fontes irão apresentar, temos a possibilidade de visualizar formas de ser dos sujeitos incluídos e excluídos no atual contexto produtivo (Coutinho, 2009).

Como se sente um agricultor que vê seu empreendimento tendo um acréscimo produtivo quando passa a utilizar a técnica do plantio direto, quando em anos utilizou curvas de nível? E como se sente um agricultor que não tem acesso à uma equipe para lhe dar subsídios sobre tal tema? Onde encontrar informações?

O processo de trabalho tem como fim a produção de um valor de uso, ou seja, um produto criado para satisfazer necessidades humanas. Nas sociedades capitalistas, tal processo tem como objetivo a produção não só de valores de uso, mas, principalmente, de valores de troca, isto é mercadorias, com vistas à valorização do capital. (Coutinho, 2009, p. 190).

Ao buscarmos respostas para os questionamento acima levantado e observando Coutinho (2009), compreendemos que entre plantar algo para seu consumo próprio e de sua família, e plantar uma planta exótica tendo como finalidade a produção de óleo ou ração animal, existe uma enorme diferença, que apresenta-se entre padrão produtivo, escala, técnicas, tecnologia de controle de pragas, insumos em geral, formas de preparo do solo e de colheita. E toda essa amálgama de setores e diferenciações também, poderíamos conjecturar, reflete na forma de enxergar-se do trabalhador rural. Quando este integra-se ao mercado, passa a ver-se como algo maior, do qual não apenas seus próximos dependem, mas também toda a sua região, seu estado e até mesmo seu país, e isso ocorre através de uma série de discursividades que o empertigam em um novo posto.

Voltemo-nos novamente a análise de nossa fonte jornalística, o periódico pertencente à um dos mais proeminentes empreendimentos do agronegócio guarapuavano, este apresenta-se com opiniões fortes em relação aos assuntos agrícolas, suas variações de preço, seus aspectos políticos no que tange ao cenário político e econômico.

O Jornal de Entre Rios, editado e publicado por membros da Cooperativa Agrária, com notícias em português e em alemão, volta-se para os agricultores, especialmente os imigrantes, e poderíamos conjecturar, ainda mais para os próprios cooperados. Possuindo uma linguagem acessível, quando em português, esse periódico, o qual já disponibilizamos alguns dados, é feito com o aval da presidência da empresa

agrícola, pertencente no momento de sua criação ao senhor Mathias Leh. Possui em praticamente todas as páginas notícias relativas ao campo, contudo, traz também, especialmente em língua alemã informações sob o título *Kultur* (cultura).

Este periódico possui algumas colunas que são baseadas em reproduções, seja de outros jornais, seja de instituições voltadas ao desenvolvimento rural, como a Embrapa, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades), ou outros. Desta feita, essas reproduções são acrescidas da opinião dos representantes e editores do jornal e poderíamos adicionar a isto, da própria cooperativa, buscando apregoar uma determinada narrativa sobre as demais, que estariam em um escala distinta.

Figura 11: Jornal Entre Rios. Guarapuava: N° 01, 10 de janeiro de 1987. p. 16.



Fonte: O autor. Disponível no acervo do Museu Histórico de Entre Rios.

O fragmento acima retratado na Figura 11, trata-se justamente de uma destas reproduções. O texto original é assinado por Sandra Zambudio⁶¹, jornalista do Centro Nacional de Pesquisa de Soja (CNPSo) pertencente à EMBRAPA.

⁶¹Para mais dados sobre esta analista da superintendência de Comunicação da EMBRAPA ver: <https://www.embrapa.br/equipe/-/empregado/223030/sandra-terezinha-zambudio>

De acordo com o texto

A Pesquisa Brasileira de Soja é considerada uma das mais avançadas do mundo. Mas é no campo que os pesquisadores debatem com uma enorme contradição: ao mesmo tempo em que produzem tecnologias eficientes e baratas, não conseguem vencer o fantasma da erosão, e fica o questionamento: onde está o nó na pesquisa, na difusão ou no agricultor? (Jornal Entre Rios. Guarapuava: N° 01, 10 de janeiro de 1987, p. 16).

Antes mesmo de nos questionarmos sobre o conteúdo deste fragmento, cabe-nos realizar a reflexão, da motivação para que o mesmo figure neste espaço. Sabemos que o periódico, sem uma data certa de publicação, variando de quinzenal a mensal, é destinado a trabalhadores, mas em especial, proprietários rurais. Seria este uma sinalização, de que a tecnologia, tão esmagadora nas décadas de 1960 a 1970, teria ficado estagnado no decênio subsequente?

Ao nosso ver, pode-se especular a respeito de uma possível interpretação, por parte da autora de seu órgão publicador, que haveria uma má utilização dos recursos disponíveis. Em determinado ponto a autora salienta: “As tecnologias, simples e que não requerem grandes investimentos, parecem não ter ressonância no campo. Os resultados dos trabalhos de pesquisa chegam a emperrar em algum ponto da velha engrenagem de transferência de tecnologia (pesquisa/agricultor)” (Jornal Entre Rios, 1987, p. 16) . É possível notar nessa simples e curta passagem, que é descrito que as tecnologias continuam sendo elaboradas e criadas neste período, isentando órgãos de pesquisa de possíveis críticas, contudo, haveria algum entrave na sua aplicação. Possivelmente a divulgação ou propagação seriam as defasagens a serem observadas, ou ainda a compreensão daqueles que deveriam receber essa informação.

Podemos inferir, com alguma liberdade, que a reprodução deste texto, em tom crítico, mas ameno tem por intenção reforçar os laços, daqueles que seriam os órgãos e entidades superiores ao agricultor isolado. Desta forma, tanto aquele que escreve o texto, Embrapa e CNPSo e aquele que está fazendo o papel de divulgador, a Cooperativa Agrária, buscam reforçar sua relação de detentores da sapiência e tecnologia.

Zambudio continua seu ensaio, ao falar sobre um evento⁶² de cunho extensionista promovido no ano de 1986, no Rio Grande do Sul, da seguinte forma

⁶²Trata-se do 4º Seminário Nacional de Pesquisa de Soja, promovido pelo Centro Nacional de Pesquisa de Soja (CNPSo), **EMBRAPA e Instituto de Pesquisas Agronômicas** (Ipagro) em Porto Alegre. O relatório completo deste evento está disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/111950/1/020001.pdf>

Enquanto o pesquisador Flávio Moscardi do CNPq anunciava que uma das mais avançadas conquistas da pesquisa brasileira- o “inseticida biológico” baculovirus anticarsia- poderá estar disponível em casas comerciais em breve, outros pesquisadores e extensionistas mostravam em suas palestras, que a erosão continua comendo as terras férteis de lavouras do Rio Grande do Sul e Paraná.

Uma demonstração bem clara de que a pesquisa está caminhando muito à frente do agricultor, que já dispõe do mais bem bolado produto biológico de controle de pragas, mas não consegue dominar técnicas quase rudimentares de manutenção do potencial produtivo da terra.

(Jornal Entre Rios. Guarapuava: Nº 01, 10 de janeiro de 1987, p. 16).

Notamos uma vez mais a cara questão de isentar qualquer problema do cenário rural, das entidades de pesquisa, trata-se muito mais de apresentar falhas no responsável pela labuta diária nos campos. Essa exposição, poderíamos interpretar, seria justamente para agrilhoar os agricultores ao modo de produção técnico, com amplo “amparo” e direcionamento de órgãos e empresas compostos por pesquisadores, que invariavelmente, se atêm aos sabores do mercado. Quem seria o agricultor que não consegue dominar técnicas quase rudimentares de manutenção do potencial produtivo da terra? Aquele que está associado a um empreendimento repleto de técnicos, especialistas e sementes selecionadas ou aquele que está aos seus próprios modos arando a terra?

Associado a estes questionamentos, cabe-nos ainda, verificar questões caras, para diferentes agentes, em diferentes escalas, mas que entrementes ultrapassam uma única discursividade, e portanto são reflexo da forma de articulação da narrativa agrária inaugurada naquela temporalidade. O uso da expressão “potencial produtivo da terra”. Perpassando por Zambudio, agente criativo, e pelo Jornal Entre Rios, agente reprodutivo, temos o vislumbre de como são vistas as questões pertencentes ao meio natural, como nada mais que uma ferramenta de propagação de poder e capital do ser humano.

Ao abordar sobre a casa Tudor na Inglaterra moderna, Keith Thomas (1988) aponta que para aqueles indivíduos “a agricultura estava para a terra como o cozimento para a carne crua. Convertia natureza em cultura. Terra não cultivada significava homens incultos”⁶³. Notamos certa semelhança, guardadas as devidas proporções, entre esta e aquela narrativa. Quando, por mais tecnológica que seja a produção, ocorrendo falhas em relação ao máximo domínio do ambiente, existe um diagnóstico de fracasso.

⁶³KEITH, THOMAS. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 18.

A natureza é vista unicamente como um meio de espalhar a predominância do humano sobre o não humano.

Mas, as subsequentes alterações nos modos de vida rurais e nas percepções sociais relativas à agricultura não alcançaram as populações do mesmo modo, ritmo ou condições, bem como a pretensa “morte do campesinato” não significou um processo isento de conflitos. No âmbito de transformações socioculturais tão intensas, a historiografia pode ressaltar singularidades que escapam às interpretações que procuram uma abrangência capaz de abarcar a totalidade de processos que, quando observados a partir de escalas de observação diversificadas, particularmente aquelas que ressaltam a perspectiva regional, ganham outras configurações. (Lohn, 2022, p. 13)

Concordando com Lohn, é necessário uma observação em distintas escalas para se ter um panorama, sobre a agricultura e sobre o trabalho nela e com ela desenvolvida. Mas podemos ressaltar que há distinções na forma como a laboriosidade é vista no setor agrícola, há uma certa dicotomia em termos de recursos, espaço e políticas públicas, entre trabalho e trabalho tecnológico e isto também se aplica a agricultura de subsistência e agricultura de mercado.

Dentro da modernização agrícola empreendida especialmente a partir da década de 1950, havendo reflexos em nosso espaço de análise, inúmeras coisas mudaram, a forma de trabalho nos campos foi uma delas. Como vimos, até a década de cinquenta do século XX, os campos de Guarapuava, prestavam-se quase exclusivamente ao pastoreio de gado de corte, havendo lavouras de subsistência em sua maioria, e trabalhadores locais, caboclos, aos seus cuidados. Quando são empreendidos processos de aceleração do tempo vegetal, especialmente ao ser promovida uma agricultura extensiva, a partir da década de 1960, a relação homem e natureza é também alterada, modificando inclusive parte da parcela população que destina-se ao trabalhos nos campos, semelhante ao apresentado por Thomas (1988).

Ocorre que, a partir desta aceleração, muitos traços são modificados na paisagem natural, mas também nos agentes que promovem essa mutação. De acordo com Coutinho (2009) o sujeito busca reconfigurar os processos identitários, advindos de suas experiências laborais, de modo a articular alguma continuidade na mudança. Dessa forma, a experiência na labuta diária, realizada com tração animal e substituída posteriormente pela tração mecânica, compreendem alterações significativas para o social e o ambiental. A tecnologia aplicada ao campo reconfigura uma série de fatores, e ao fazê-lo busca legitimidade em si mesmo.

Figura 12: Junho 1951. O primeiro sulco via trator na região de colonização de Entre Rios. Guarapuava- PR



Fonte: Fundação Cultural Suábio-Brasileira. Fundação Cultural Suábio-Brasileira, 2024. Disponível em: <<https://suabios.com.br/noticia/4180/junho-1951-ha-72-anos>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

A Figura 12 acima, pertence a Fundação Cultural Suábio-Brasileira, uma instituição mantida pela Cooperativa Agrária de Guarapuava, nela podemos verificar a primeira utilização de maquinários nos campos do que viria a ser um importante expoente agrícola nacional. É importante salientar, que em em uma conjuntura rural bastante complexa, onde energia elétrica ainda era algo raro, os imigrantes trouxeram consigo maquinário pesado, através de empréstimos, subsídios e acordos com as mais diversas esferas, nacionais e internacionais.

Como na colônia de Entre Rios a agricultura, em particular, seria a garantia de subsistência dos Suábios do Danúbio, logo no mês em que chegaram os primeiros pioneiros a diretoria da Agrária decidiu começar com a lavoura nos campos limpos. A terra, que antes era utilizada como pastagem, não conheceu, até então, o arado e, por consequência, era difícil de ser lavrada. (Fundação Cultural Suábio-Brasileira, 2024).

Podemos desta feita, conjecturar que, a relação natureza e trabalho foi alterada quando da inserção destes objetos que, facilitam o domínio do ambiente e sua eventual transformação. Reinaldo Lindolfo Lohn (2022), ao fazer sua análise sobre projetos de extensão rural no oeste de Santa Catarina apresenta uma condição apontada por Giralda Seyferth⁶⁴ que, segundo o autor, identificou nessa paisagem sociocultural a formação de

⁶⁴Para mais ver: SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário antropológico*, v. 16, n. 1, p. 31-63, 1992.

um novo personagem, o “colono-operário”, tipo social ao qual foram associados os valores do trabalho e da disciplina incansáveis.

Poderíamos de certa maneira, com muita cautela, transportar este conceito a nossa realidade de análise, entretanto, ressaltando um importante ponto, aqui os colonos-operários, em questão de poucas décadas, transformam-se em detentores do poder, do capital, dos meios de produção ligados ao campo, sendo alicerçados em um patamar de sucesso, e para tanto, lançam mão de inúmeras narrativas para corroborar a discursividade de árdua labuta e de sucesso pelo trabalho.

Voltemos novamente a nossa fonte de análise tomando os devidos cuidados ao inquirir os textos jornalísticos, pois, segundo Luca (2008) interessará menos o que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam e, poderíamos completar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem.

Há 35 anos atrás chegava em Guarapuava 500 famílias de Suábios do Danúbio para colonizar o distrito de Entre Rios, área considerada estéril na época, e composta de capões de matas quase virgens. Após muita luta e sacrifício, os recém-chegados, fugitivos do regime comunista da Europa, conseguiram transformar o que antes era praticamente um deserto, num distrito progressista e com permanente desenvolvimento, contribuindo decisivamente com a economia do município de Guarapuava. A área adquirida pelos suábios de antigos fazendeiros locais, é hoje uma das mais valorizadas do Paraná. (páginas 6 e 7)

(Jornal Entre Rios. Guarapuava: N° Edição teste, dezembro de 1986, p. 01).

Esta breve passagem, não contudo singular, representa em muito o discurso presente à época, baseado em extrema labuta, um determinado senso de heroísmo e outros sentimentos, que juntos visam compor um determinado tipo de identidade, possivelmente do colono-operário. Evitando juízo de valores, compreendemos que a composição desta narrativa, busca acima de tudo legitimar aqueles indivíduos imigrantes naquele espaço territorial, e criar uma determinada homogeneidade entre a população, haja visto que dentre aquelas famílias que imigraram, muitas pertenciam a diferentes locais do Leste da Europa⁶⁵.

Neste breve fragmento acima disposto, devemos nos atentar a algumas características, entre elas, ressalta-se novamente o local de exposição da mensagem, a capa, destaque também é, de que este texto, é apenas a introdução e o chamado para a notícia mais ampla nas páginas subsequentes, contudo, traz consigo importantes

⁶⁵Sobre a composição geográfica destes povos ver: DA SILVA, Márcia; DE LIMA, João Matheus Afinovicz; DIONIZIO, Larissa Aparecida. Os Suábios do Danúbio e a geopolítica de ocupação do território—da Europa ao Brasil. *Geografia Ensino & Pesquisa*, p. e42-e42, 2021.

aspectos de análise, tanto em relação ao espaço geográfico e suas características, quanto em relação ao que tange ao social, e neste caso os dois ligam-se de forma estreitamente imbricada. O colono só atingiu sucesso em sua empreitada, neste jornal aos 35 anos de seu início, por conta justamente do domínio do espaço natural e adequação aos seus interesses, que podemos conjecturar, são os interesses de mercado.

O texto apresenta uma “área considerada estéril”. Mas isso certamente não impede aqueles “bravos” do domínio territorial, a espacialidade para o autor era “composta de capões de matas quase virgens”, sem que seja apresentada uma única palavra sobre derrubadas, mortes da fauna e flora locais.

Esses recursos vivos, orgânicos e minerais eram tudo que a terra continha e de que se poderia extrair lucro. "Fertilidade" é um conceito quase tão reducionista quanto "terra" ou "propriedade", embora seja também evidência da mesquinhez e ignorância humanas. Essas realidades bióticas imensamente complexas e abundantes eram, contudo, vulneráveis e evanescentes. (DEAN, 1996, p. 230-231).

Essas realidades bióticas, tão caras para Dean (1996) ao analisar a devastação da Mata Atlântica brasileira, são recorrentemente esquecidas em prol da utilização massiva do “potencial produtivo”, primeiramente da madeira, e após inúmeras danificações da biota do solo, sua correção química. A paisagem nesta visão, é apenas o pano de fundo para a ascensão do dominador, o homem, colonizador. O texto segue salientando isso, de forma direta ou indireta em: “Após muita luta e sacrifício, conseguiram transformar o que antes era praticamente um deserto, num distrito progressista em permanente desenvolvimento”. Nota-se uma constante redução do mundo natural, que passa a ser unicamente a paisagem domesticada, pertencente aos seus domínios, e dobrável a sua árdua labuta.

Podemos conjecturar a guisa de conclusão que o trabalho e a formulação de identidades agrárias está indissociavelmente ligada, em nosso caso de análise, a antropomorfização da paisagem, e esta é por sua vez, facilitada pelo acesso a recursos tecnológicos de domínio, como maquinários, químicos e outros.

3.1 Os indesejados

Em inúmeros momentos de nossa pesquisa nos coube questionar, quem seriam aqueles indivíduos marginalizados pelo processo de modernização, neste subitem será

nosso objetivo aprofundar-nos neste debate, não só os apresentando, mas discutindo os motivos de assim serem condicionados, e de seus agentes condicionadores.

Para tanto, nossa principal fonte de análise será um relatório feito em parceria pelo Ministério da Agricultura e pelo INCRA-PR, intitulado: “Análise da situação dos posseiros inseridos na Colônia de Entre Rios, Guarapuava-PR”, cuja autoria cabe a Ângela Maria Farah Sommer, engenheira agrônoma responsável por este parecer técnico. Esse relatório ainda é assinado por Odete Deozka e Giloa Correia ambas sociólogas, conta ainda com Maria Helena B. da Silva, que de acordo com o documento em análise é “professora”, cremos tratar-se de uma educadora da rede local, do que seria o ensino fundamental em 1971, data do documento. Destacamos que as informações disponíveis sobre estas personagens são escassas, havendo lacunas neste ponto.

Ainda sobre as figuras que ilustram esse relatório, destacamos que este foi realizado sob a chancela do Dr. Silvio G. de Carvalho Lima, coordenador regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA. Em pesquisa anterior para iniciação científica⁶⁶, intitulada “Regimes de Historicidade e Narrativas Historicizadas no Paraná: Discursos Sobre o Litoral no Século XX”, abordamos os discursos presentes em diversas obras acerca da condição agrícola paranaense. Neste trabalho nos pautamos, em especial, no relatório intitulado “Morretes e suas possibilidades” onde um de seus autores justamente é o Dr. Silvio G. de Carvalho Lima, acompanhado por Elfes, já citado nesta pesquisa como importante fonte sobre o centro sul paranaense e os processos de imigração.

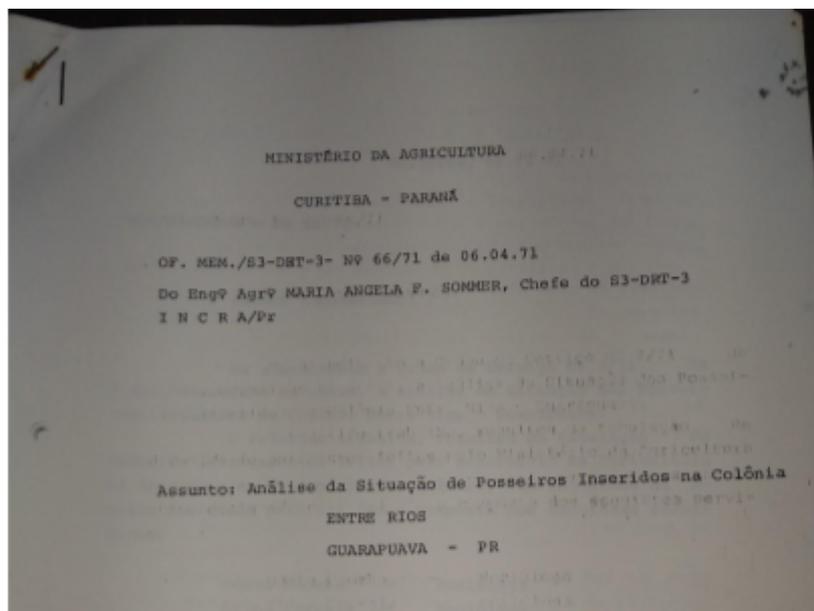
Esse relatório publicado em 1970 pela Delegacia Regional do INCRA, e analisado anteriormente, apresenta discursos que constituem o litoral do Paraná, e em especial Morretes, como uma região de atraso e declínio causado por uma série de fatores. Essas narrativas ainda se pautam em um projeto de modernização agrícola que deveria ocorrer instalando na região novos indivíduos como colonos, empresas agrícolas no modelo cooperativista e a utilização de máquinas e insumos.

Desta feita, podemos notar que nossa atual fonte de análise é uma continuação de uma política expansionista em relação às fronteiras paranaenses, buscando uma alta produtividade, contudo, como veremos, acondicionando a isto não apenas o incremento tecnológico, mas também indivíduos tidos, na mentalidade daqueles detentores de poder

⁶⁶Realizada na Universidade Estadual do Centro Oeste UNICENTRO e sob orientação da Dr. Beatriz Anselmo Olinto

político, como mais hábeis na agricultura moderna. Tal política de modernização é portanto engendrada pelos mesmos órgãos públicos/políticos e pelos mesmos indivíduos que permeiam esses espaços.

Figura 13: Análise da situação dos posseiros em Entre Rios



Fonte: Disponível em Museu Histórico de Entre Rios

Na Figura 13 acima retrata, podemos ver a capa do relatório aqui analisado, destacamos que esta fonte assim como várias outras de nossa pesquisa, também está arquivada no acervo do Museu Histórico de Entre Rios, sendo coletada para análise em meados de 2020. Procederemos em nossa análise, em se tratando de um documento produzido por órgãos atrelados ao poder público, tal qual pressupõe Bacellar (2008), para este autor, para a pesquisa em arquivo, todo e qualquer historiador deveria, a princípio, estar ciente do evoluir histórico de toda a estrutura da administração pública (privada) ao longo do tempo, adicionando a isso o interesse da administração do próprio arquivo.

Verificamos, ao longo de toda nossa análise a conjuntura agrícola que permeia o cenário nacional diante da Revolução Verde após 1950 no Brasil, focalizando nosso olhar sobre Guarapuava, importante posto agrário em nível nacional e internacional, para tanto, centramos ainda mais nossa análise histórica no principal reduto

agroindustrial do município e ao fazê-lo, desta feita, observaremos os empasses acerca das questões fundiárias e sociais do local, o distrito guarapuavano de Entre Rios.

Nossa fonte de análise, como já descrita, está acondicionada nos arquivos do Museu Histórico de Entre Rios, que possui vasto acervo, contendo inúmeros dados sobre a imigração, loteamento de terras, jornais brasileiros da época (1950 em diante), fotos e filmagens, mas também muitos documentos, sobre o assentamento dos imigrantes, processos de arrecadação de recursos junto a órgãos públicos e privados, e uma infinidade de outros que seriam de profunda importância e podem ajudar a analisar um amplo panorama sobre a modernização da agricultura, mutação da paisagem, culturas em justaposição, formulações e reformulações dessas e outros assuntos profícuos para a ciência histórica.

Entretanto, por ser pertencente a um acervo privado, seu uso é restrito, tendo poucos pesquisadores acesso a materiais, estes também limitados, seja por seu acondicionamento, que encontra-se em processo de organização, seja por seu conteúdo, sendo mais da metade em alemão.

A documentação de caráter privado pode dizer respeito a acervos de pessoas, de famílias, grupos de interesse (militantes políticos, instituições, clubes etc.) ou de empresas. No Brasil não há uma prática corriqueira de preservação documental privada, e as notícias de destruição de importantes conjuntos documentais infelizmente não são raras. Muito poucos são os casos de iniciativas de organização de tais acervos empreendidas por seus produtores ou detentores, com o objetivo final de franqueá-lo à consulta. (Bacellar, In:Pinsky, 2008, p. 42).

Por tratar-se de uma instituição privada, com a formulação e manutenção de um museu (Museu Histórico de Entre Rios) e de uma instituição cultural (Fundação Cultural Suábio Brasileira), o acervo vem ganhando (desde 2021) importantes reformas e manutenções tendo em mente uma ideia de preservação de uma culturalidade germânica e laboriosa, tal qual descrita no tópico anterior.

Entretanto, ao fazê-lo, há uma constante ligação entre o “nós” imigrantes laboriosos e portadores da tecnologia, e “eles”, os brasileiros, nativos do local e que durante séculos mantiveram as terras em péssimas condições (para o padrão atual) com uma produtividade destinada apenas a sua própria subsistência. Elias (1994) enfatiza que o uso do pronome "eu" está intrinsecamente ligado às relações com os outros, sendo parte integrante de um coletivo. Essas relações, incluindo a noção de "eu", são sempre relativas e variam de acordo com a perspectiva adotada, ou seja, dependem da posição do indivíduo que se expressa e da interpretação da linguagem pelo grupo. Essas

dinâmicas relacionais não são fixas, mas sim fluidas e em constante evolução. A linguagem desempenha um papel essencial na compreensão dos fenômenos sociais abordados no estudo, pois é por meio dela que as interações sociais e as relações grupais são mediadas e construídas⁶⁷.

Dessa forma o outro nessa dual relação, será tratado como o indesejado. Talvez não em sua totalidade, mas em seu aspecto produtivo e tecnológico, será o ultrapassado, na conjuntura de busca por uma agricultura mais racional e de foco no mercado. Não é totalmente indesejado, pois, em diversos momentos sua mão de obra será necessária.

Destacamos que essa narrativa, como apresentada nos dois relatórios técnicos aqui analisados, não parte inicialmente dos imigrantes, mas da própria política nacional que visa a solidificação de uma cultura mais tecnológica nos campos e para tanto busca no indivíduo internacional, gestando um estereótipo de bom produtor.

Com base em nossa fonte primária e na bibliografia consultada, verificaremos, que, apesar de seu potencial agrícola de grande destaque, inúmeras terras adquiridas pelos suábios danubianos e seus descendentes, ocorreram de forma virulenta, com anexações via processos judiciais e disputas inúmeras, incorrendo, de acordo com as fontes, inclusive no uso de violência. Essa amálgama de entraves fundiários é datada após as migrações primárias de 1951 e 1952, ocorrendo especialmente durante a década de 1970, mas havendo repercussões até meados da década de 1990.

Traiano (2023) tece considerações acerca de memórias e narrativas provenientes da Invernada Paiol de Telhas, uma proporção territorial adquirida pela Cooperativa Agrária entre seu processo de reforma agrária interna (década de 1970). A expansão de lotes de seus cooperados via compra e distribuições de novas proporções territoriais, que incluem municípios das redondezas, deu-se de forma conturbada, não havendo clareza judicial sobre tais compras até o presente, o que remonta a processos judiciais e uma série de trocas de farpas entre os imigrantes e seus descendentes e aqueles remanescentes da invernada que liga-se a um processo de liberdade escravocrata e distribuição de terras.

Nos limites de nossas possibilidades de análise, focalizaremos na dúbia relação entre possuidores e despossuídos dos meios de produção, seja terra ou tecnologia agrícola. Não caberia a nossa pesquisa muito mais, como realizar o debate sobre a legalidade das aquisições de terras. Desta feita ao centrar-nos em nossa fonte de análise,

⁶⁷ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

verificaremos quem são os marginalizados durante o processo de expansão agroindustrial.

A justificativa central que os autores fornecem para a criação do relatório apresenta-se abaixo

Com a organização e posterior ampliação da Cooperativa Agrícola Mixta Vitória Ltda., com sede em Guarapuava, viram-se os posseiros das áreas que intermeiam as propriedades dos Cooperados, impossibilitados de expandirem-se *por não poderem acompanhar a evolução técnica dos membros da Cooperativa*, e por conseguinte concorrer com eles na produção e colocação de produtos. Ao mesmo tempo os cooperados da referida Cooperativa necessitam aumentar os seus módulos para acompanharem o desenvolvimento tecnológico de suas culturas, principalmente a do trigo que vem se constituindo no esteto econômico da região. (Sommer; Deozka; Correia. INCRA, 1971, grifos nossos).

Neste simples fragmento, as interpretações poderiam ser muitas, a iniciar com o motivo de os assim chamados “posseiros” não “poderem acompanhar a evolução técnica dos membros da Cooperativa”. Qual seria, na perspectiva técnica, o que lhes impossibilita? Cultura? Acesso a recursos?

Por mais abrangentes que possam ser as respostas, partirmos quando do processo de imigração realizado em 1951, os suábios danubianos recém chegados, não possuíam vasta tecnologia, contudo, foram auxiliados pelo estado, por empresas privadas e conglomerados para assim realizarem um expansão produtiva da agricultura local. Contudo, essa benfeitoria do Estado, não se estende aos locais, aos caboclos dos campos guarapuavanos. Nessa dúvida relação de nós e outros, está claro quem foi preterido, mas os motivos de o serem nos são escusos, mas passíveis de discussão.

Ainda neste fragmento introdutório notamos na passagem “Ao mesmo tempo os cooperados da referida Cooperativa necessitam aumentar os seus módulos para acompanharem o desenvolvimento tecnológico de suas culturas...”, vemos que, em linhas gerais, há um grupo que deverá desprender-se de suas posses, enquanto outro as adquirirá, tendo como mote o bem econômico da região e expansão agrícola.

Ocorre entretanto, que os posseiros, em número de 49 (quarenta e nove) recorreram ao Ministério da Agricultura solicitando uma solução para que eles possam continuar a desenvolver as suas atividades agropecuárias, dentro de condições que venham atender às necessidades de ambas as partes, isto é, dos cooperados e dos posseiros e arrendatários que atuam na área de ação da cooperativa.

Assim o Ministério da Agricultura visando dar uma solução satisfatória ao caso, realizou um levantamento da realidade na região em questão, entrevistando as famílias dos posseiros e arrendatários. O resultado das entrevistas realizadas vão resumidas no que se segue (Sommer; Deozka; Correia. INCRA, 1971).

Já na passagem acima algo salta aos olhos, de acordo com o relatório, quem procurou os órgãos do Ministério da Agricultura e em decorrência disso o INCRA, são os indivíduos denominados posseiros. Não cabe-nos assegurar de esse tópico introdutório corresponde a factual verdade dos acontecimentos, entretanto seria algo muito incomum verificar que são os posseiros que querem realocar-se com auxílio governamental, especialmente em uma área que demonstra-se altamente produtiva para diversas variedades agrícolas. Portanto, a justificativa para a realização do referido relatório seria a análise das condições socioeconômicas e produtivas destes agentes e suas especificidades em relação à empresa agrícola que expande-se nas proximidades de sua existência.

O relatório segue, e em seu tópico I apresenta quem seriam estes indivíduos, a saber, 94 famílias, 274 pessoas, 135 homens e 139 mulheres, com idades de 0 a 86 anos, sendo predominantes jovens dos 11 aos 20 anos.

Trata-se de população bastante jovem predominando as de idade escolar e a seguir aquelas que pelas condições de idade são úteis ao trabalho produtivo. Em se tratando de trabalho agrícola em pequenas propriedades pode-se dizer que 97%, da população ainda está apta a produzir. Um projeto, de Colonização com transferência dessas famílias deverá prever áreas para expansão das propriedades tendo em vista o grande número de menores, principalmente os do sexo masculino que no futuro próximo necessitarão de espaço para novas propriedades familiares. (Sommer; Deozka; Correia. INCRA, 1971).

No fragmento acima notamos de fato o que o relatório irá propor. A desalocação desses indivíduos e a justificativa de que os mesmos, em um futuro imaginado, não terão para onde se expandir, parece-nos, contudo, um esforço muito grande de futurologia essa análise, que certamente, favorece aqueles que já possuem terras e que já formam a elite agrária do município na década de 1970.

Do número de habitantes nessas localidades não ligadas a cooperativa, 121 pessoas, de acordo com o relatório, seriam de Entre Rios e o restante da sede municipal de Guarapuava, além de outras municipalidades vizinhas, são, portanto, gente do local, não imigrantes, nativos ou das redondezas, que via de regra são preteridos ao agente exógeno.

Outro fator de destaque dentro do relatório é a questão da educação, de acordo com os dados levantados pelos responsáveis técnicos, a maioria destes indivíduos possuem analfabetismo e analfabetismo funcional, tendo poucas possibilidades, como apenas “assinar o nome”, causas disso, seriam a dificuldade de acessar as escolas, tendo

de percorrer grandes distâncias. O relatório ainda aponta a necessidade futura de um programa de alfabetização para adultos. Seria esse fator, mais uma das possíveis respostas para nossas indagações acerca da mutação do paradigma de posse da terra e de produção tecnológica. Por não possuírem instrução, seria mais conveniente mudar de lugar estas pessoas? Parte das respostas podem vir do tópico G do relatório.

G) Habitação

De uma maneira geral as casas não apresentam as condições mínimas de higiene, e bem estar. Apenas 14 são feitas de táboa de pinho, as demais não de costaneira, (madeira lascada) lâmina, taquara, na maioria, o piso é de chão batido, (34 casas), sendo que 15 têm assoalho de madeira.

As casas são cobertas de lâmina de madeira, com tabuinhas uma com sapé e uma com taquara, apenas 3 casas são cobertas com telha.

Quanto à área das residências, 53,26% são menores de 24,5 m², sendo a menor de 6m². As demais possuem em média 40 m². 50% das residências possuem dois cômodos, sendo que as maiores contam com 4 a 5 cômodos. Não existe luz elétrica, sendo usados os lampiões de querosene.

Mobiliário- Constam de mesas e cadeiras muito simples e camas rústicas. Em número insuficiente para as respectivas pessoas que habitam as casas. (Sommer; Deozka; Correia. INCRA, 1971).

Desta feita estas pessoas do local, não possuem instrução técnica, são em sua maioria muito jovens e ainda tem dificuldades habitacionais, muito em decorrência de não terem acesso a programas públicos de incentivo à melhoria de seu trabalho e/ou não terem acesso a trabalhos com uma remuneração digna às suas necessidades. Portanto, temos agentes locais, não alfabetizados e em sua maioria pobres lavradores.

Quando da chegada destes agentes estrangeiros, os vemos utilizando alta tecnologia na época, como tratores. Qual o impacto e a distinção temporal entre os locais e os de fora? Enquanto os guarapuavanos mal têm acesso a energia elétrica e habitações precárias, aqueles que são incumbidos de trazer o novo vem montados em suas máquinas de plantar e colher.

Das 274 pessoas 196, dedicam-se à agricultura como lavradores e como trabalhadores braçais. Entre estes contam-se as mulheres que além do trabalho doméstico, ajudam nas lides do Campo.

Apenas 2 dedicar-se a outras atividades.

Das 76 restantes, incluem-se as crianças e os que não declararam a ocupação.

Os que se dedicam à agricultura, desejam continuar, nas mesmas atividades, entretanto, alguns almejam especializarem-se como tratorista, motorista e entre os jovens 2 querem ser professores.

Estas famílias são tradicionalmente lavradores, sendo que apenas 4,06% estão na agricultura, há menos de 5 anos. 18,37% há menos de 10 anos. Entretanto a grande maioria, isto é 77,55% há mais de 10 anos, inclusive famílias que já se dedicam à agricultura e 20, 30 e 90 anos. (...)

Apenas duas famílias estão a menos de 5 anos na área. As demais já estão na gleba há mais de 7 anos, tendo inclusive famílias que já contam 20, 30 e 40 anos no local, sendo este assunto de grande interesse para o estudo, transcrevemos o quadro desonerativo (Sommer; Deozka; Correia. INCRA, 1971).

No fragmento acima retratado, apresenta-se outro importante ponto para nossa discussão: o tempo de permanência na terra, e conseqüentemente suas ligações com o local, além do tempo de dedicação à agricultura em geral, esses lavradores possuem formas de trabalho muito distintas das que se apresentaram a *posteriori* com a modernização da agricultura, estão ligados pelo trabalho braçal, lento e mais dificultoso.

Figura 14: Tempo de ocupação dos posseiros de Entre Rios

ANOS - EPOCA DE OCUPAÇÃO	NO. FAMILIAS	PORCENTAGEM
2 anos	1	2,04
4 anos	1	2,04
7 anos	3	6,12
8 anos	1	2,04
9 anos	2	4,08
10 anos	1	2,04
11 anos	3	6,12
12 anos	3	6,12
13 anos	2	4,08
15 anos	1	2,04
16 anos	1	2,04
20 anos	3	6,12
25 anos	1	2,04
30 anos	2	4,08
40 anos	1	2,04
EM BRANCO	23	46,94
TOTAL	49	100%

Fonte: Disponível em Museu Histórico de Entre Rios

Na Figura 14 acima retrata, temos a vida em anos, em uma simples tabela está alocada a idade e permanência na terra destes lavradores desprovidos de incentivos públicos para uma melhora de vida e condições de produção. Qual o impacto social em deslocar famílias que apresentam-se a duas, três ou até mesmo nove décadas de seu local? Este questionamento não é levantado em ponto algum do relatório, mesmo que pesquisadores de diferentes áreas o tenham projetado, incluindo sociólogos.

Concordando com Silva, Brandt e Carvalho (2016) podemos notar no conteúdo deste relatório e na política agro expansionista presente na década de 1970 uma busca por um “modelo de produção pautado na rentabilidade econômica e voltada ao mercado

nacional e internacional” que é por sua vez altamente racionalista desenvolvimentista, e desta feita busca em suas ações deslegitimar outras possíveis formas de ver o mundo, e implantar um novo sentido, racionalmente planejado.

Notamos com o auxílio de nossa fonte de análise que aqueles que não se adaptaram ao modelo agroindustrial, em nosso caso os nativos do local ou guarapuavanos, foram excluídos dos financiamentos e forçados a mover-se de propriedades e desfazer-se da mesma, seja por pressão ou pelo não suporte dos órgãos estatais em manter a sua permanência, especialmente por compreender que não são produtores de alto rendimento.

As propriedades são exploradas com culturas de cereais predominando o milho, sendo explorado por 91,84% das famílias. O feijão é cultivado por 89,79% das famílias, sendo usuário o consórcio milho e feijão. Além das suas próprias áreas, são ainda arrendadas terras por esse cultivo, e para em menor escala as culturas de batata inglesa (batatinha) mandioca, arroz e hortaliças. Destas últimas a batatinha apresenta-se em maior escala, sendo cultivada por 42,86% das famílias. *O processo do cultivo é completamente primitivo*, apresentando rendimento mínimo, até inexpressivo. A mudança de métodos de cultivo terá que aliar-se ao aumento de área, e à posse de terra, para que haja interesse na correção do solo, e que o lucro venham a compensar o empreendimento o que não será possível em áreas médias de 3 a 5 ha. (...) (Sommer; Deozka; Correia. INCRA, 1971, grifos nossos)

Podemos visualizar nesta passagem algumas questões caras em relação ao discurso modernizador, como por exemplo a questão dos produtos cultivados nesta terra. Como já destacado, Guarapuava na atualidade figura como um dos principais produtores das culturas de inverno e verão, seria portanto, passível de perceber uma certa noção de que essas propriedades estão sendo mal utilizadas na década de 70. Enquanto a cooperativa agrícola de Entre Rios naquela mesma década lançava-se em projetos de cevada e soja, os nativos locais ainda plantavam apenas para subsistência.

Outra justaposição narrativa pode ser percebida no fragmento “O processo do cultivo é completamente primitivo”. A utilização deste termo busca subvalorizar e inferiorizar aquelas formas de práticas agrícolas ligadas à utilização mais intensiva de trabalhos manuais, como enxadas e foices e não utilização de defensivos agrícolas. Desta forma o primitivo é o ultrapassado, indo de encontro a ele e praticado pelo imigrantes da cooperativa haveria uma agricultura científica, mais racional e comercial, que poderíamos entender como aquela praticada com a aplicação maciça de ciência e de tecnologia em seu processo produtivo.⁶⁸

⁶⁸MÁRIO ROBERTO FERRARO; TERESA CRISTINA MAGRO ; FILHO, Silva. A GÊNESE DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM SÃO PAULO. Revista de Ciências Agrárias Amazonian

Outro fator impactante nesta passagem associa-se ao tamanho das propriedades, e esta parte da narrativa impacta tanto os nacionais quanto os estrangeiros. No momento da escrita do relatório, está justamente ocorrendo a compra e anexação de novos territórios pela Cooperativa Agrária, na chamada reforma agrária interna, que nos é apresentado por Gora em “Dos campos nativos aos agronegócio ...” (2010).

O que o texto do relatório nos mostra nessa passagem, é que os posseiros, têm pequenas propriedades de terra, e que por isso não conseguem realizar a correção das carências do solo e aumentar a sua produtividade, pois isso seria muito oneroso, tendo um retorno baixo por produtor. Portanto, de acordo como o relatório, estes agricultores deveriam ter propriedades maiores, tal qual os imigrantes, contudo, em outro lugar. Não basta para os produtores do documento transpor estas pessoas para outros locais, deve-se ainda mais mudar suas formas de produtividade e seus cultivos, a questão do lucro é carro chefe de todo esse ideário modernizador. Razão, ciência e dinheiro associados ao campo.

Após o exposto, podemos realizar o esforço conclusivo de que em uma conjuntura de modernização empreendida pelo estado e utilizando de capital, tecnologia e pessoas de outras nações, muitos indivíduos foram preteridos, criando e reforçando estruturas sociais de pobreza no campo ou de êxodo rural. Uma frase poderia ser utilizada como símbolo desta desigual empreitada: “Apenas uma família recebeu financiamento bancário, as demais desconhecem este benefício” (Sommer; Deozka; Correia. INCRA, 1971). A guisa de conclusão o estudo da situação dos posseiros em Entre Rios apresenta o seguinte:

Trata-se de população rural, constituída por pessoas tradicionais na região, ali tendo nascido vivido *sem grandes horizontes*, adotando costumes que herdaram de seus antepassados. As atividades agropecuárias vem sendo, desenvolvidas por processos empíricos e rotineiros, através de culturas tradicionais do milho e feijão e em pequena escala o arroz a batatinha e a mandioca. O milho e a mandioca como alimentos para os animais, e o feijão arroz e a batata para o consumo da família. *A subsistência é o objetivo maior*, vende-se aquilo que sobra, e compra-se principalmente o sal e raramente carne de gado. O alimento básico é o feijão com farinha e o arroz em menor escala. Carne de porco e de aves, e em dias de festa a do gado. *As aspirações são muito modestas*, e as famílias não almejam muito mais do que possuem. Acreditam ainda nas dádivas espontâneas da terra, *semeiam, mas não preparam o solo convenientemente e não se preocupam com adubos, corretivos, ou mesmo com o combate a pragas e doenças das plantas ou dos animais. São pessoas pacatas e mais ou menos conformados com a situação.* Desejam somente uma área onde possam residir e plantar. *Não fosse a*

situação criada pelo avanço tecnológico da região, com o advento e o desenvolvimento da cooperativa, eles teriam permanecido completamente desconhecidos e inexpressivos, no dia a dia, sem grandes modificações. (Sommer; Deozka; Correia. INCRA, 1971, grifos nossos).

Poderíamos problematizar todo o fragmento acima descrito, contudo centremos em alguns conceitos chave como a passagem “sem grandes horizontes”. Esse horizonte seria a perspectiva de futuro promissor, portanto, é possível conjecturar que para os autores do referido relatório e para as políticas públicas agrícolas da época, existia um ideal de futuro e os indivíduos que não se adequam a esta estrutura são preteridos.

Nos aprofundamos ainda mais nesse horizonte futurista. Ao interpretar Koselleck, José D’Assunção Barros, demonstra que cada Presente, e cada vivência e interpretação do mesmo, não apenas reconstrói o Passado, criando imagéticas de laboriosidade por exemplo, mas também de que cada Presente ressignifica tanto o Passado como o Futuro (referido conceitualmente na obra de Koselleck como “horizonte de expectativas”). Estas expectativas, ou o Futuro, por sua vez, correspondem a todo um universo de sensações e antecipações ao que ainda virá⁶⁹.

As expectativas, além disso, não apenas são constituídas pelas formas de sensibilidade com relação ao futuro que se aproxima, mas também pela curiosidade a seu respeito e pela análise racional que o aborda. A expectativa, enfim, é tudo aquilo que hoje (ou em um determinado Presente) mira o Futuro, crivando-o das sensações as mais diversas. É por isto que Koselleck lembra que, tal como a experiência (esta herança do passado) se realiza no Presente, “também a expectativa se realiza no hoje”, constituindo-se, portanto, em um futuro presente. (D’Assunção, 2016, p. 47)

Ao observarmos essa análise conceitual dentro de nossa narrativa agrícola podemos analisar que o fato de que a “subsistência é o objetivo maior” dessas famílias que vivem às margens das monoculturas de exportação, apresenta-se como um resquício do passado no presente, algo que já superado tecnologicamente deveria ser suplantado. A subsistência não é algo que cabe dentro da perspectiva da alta produtividade aflorada na década de 1970.

Outro fator impactante em nossa análise apresenta-se na prerrogativa de que os habitantes do local “semeiam, mas não preparam o solo”, desta forma estando em descompasso com o que a tecnologia dos campos apregoava. Em nenhum momento do referido relatório esteve em pauta a seguinte questão: e se essas pessoas querem se manter nessa agricultura tradicional e de subsistência?

⁶⁹D’ASSUNÇÃO, José. Koselleck, a história dos conceitos e as temporalidades. *Araucaria*, n. 35, p. 41–53, 2015. Disponível em: <<https://idus.us.es/handle/11441/47975>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

Essa concepção de ciência moderna e de agricultura racional e científica, de acordo com Lovois de Andrade Miguel, Mazoyer e Roudart (2009) permitiu à humanidade realizar notáveis avanços, as grandes descobertas científicas e o desenvolvimento tecnológico atual são inegavelmente tributários dessa concepção científica. Hegemônica no pensamento científico, essa concepção de racionalidade é fortemente embasada na disciplinaridade, no reducionismo, na especialização, na validação experimental e na priorização dos aspectos quantitativos⁷⁰

Notamos novamente que “não se preocupam com adubos, corretivos”. O fundamento de tal concepção do pensamento é, ainda na década de 1970, uma visão mecanicista e reducionista do homem e da natureza.

Concordando com Miguel, Mazoyer, Roudart (2009) muitos pensadores ainda no tempo presente, mas inspirados pelos clássicos Copérnico, Kepler, Galileu, Bacon, Descartes, Newton, entre outros compreendem que o homem é “dono e possuidor da natureza” pregando assim, uma concepção da natureza como sendo um objeto a ser domado pelo homem racional, o cientificismo tecnológico em pauta.

O relatório finaliza suas considerações assinalando que as 49 famílias originárias dos rincões do centro sul paranaense e ali tidas como posseiros são “pessoas pacatas e mais ou menos conformados com a situação” e complementa salientando que não “fosse a situação criada pelo avanço tecnológico da região, com o advento e o desenvolvimento da cooperativa, eles teriam permanecido completamente desconhecidos e inexpressivos, no dia a dia”. Portanto, eximidos de qualquer responsabilidade, aqueles que os sobrepujam não são as autoridades, o governo, ou os cooperados, mas a própria tecnologia que a eles não compete.

A solução é para os autores do relatório: “um programa fundiário, quer por financiamento ou permuta de terra”. Para atender às 49 famílias, de acordo com o relatório seria necessária uma área de 1.500 ha., prevendo a sua divisão em parcelas temporárias, fora da região já habitada, em outro local do estado, não definido pelos autores. É, portanto, o êxodo embasado na tecnologia e apoiado pelo Estado.

⁷⁰MIGUEL, Lovois de Andrade; MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Abordagem sistêmica e sistemas agrários**. Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários. p. 13-40, 2009.

3.2 Integração entre sistemas sociais e naturais: o papel do cooperativismo

O objetivo deste subitem de nossa discussão é realizar uma análise baseada em como o cooperativismo era visto na conjuntura de modernização agrícolas na década de 1970, justapondo-o em como este formato de desenvolvimento ainda é visto como fonte de progresso para o futuro, delineando uma narrativa de superação, modernização e progresso.

Compreendemos desta forma que o cooperativismo foi utilizado como um instrumento para a concretização da modernização agrícola no Estado do Paraná apregoando características de dinamização da economia regional.

De acordo com o Dicionário contemporâneo de cooperativismo (2022)

O cooperativismo tem sido entendido como uma doutrina, um conjunto de princípios, um sistema, uma estratégia, um movimento e/ou uma atividade que considera as cooperativas como um modelo ou tipologia de organização voltada para os interesses de todos os sócios, baseado na economia solidária, democracia, participação, direitos e deveres iguais para todos, sem discriminação de qualquer natureza. O cooperativismo tem sua origem baseada na cooperação entre os seres humanos, sendo, portanto, tão antigo quanto a própria humanidade. Registros emergem dos primórdios, quando o homem passou a viver em grupos, constituindo-se de soluções e experiências mais fortes com a emergência de crises econômicas, sociais e/ou políticas. (Griebeler, 2022, p. 10-11).

Do ponto de vista histórico o cooperativismo surgiu junto com a Revolução Industrial, com o aumento da industrialização, o trabalho manual passou a ser substituído gradativamente pela maquinaria, aumentando a exclusão social. Nesse contexto, começaram a surgir reações contra a exclusão social e a pobreza, defendendo formas mais igualitárias na distribuição de bens, dentre elas a formação das cooperativas (Ferrera de Lima e Alves, 2011).

De acordo com o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) existem princípios básicos que norteiam essa forma de organização, entre eles “a adesão voluntária e livre; a gestão democrática controlada pelos membros; a participação econômica dos sócios; a autonomia e independência, educação, formação e informação; a inter cooperação; e, o interesse da comunidade.”⁷¹

⁷¹**Princípios básicos.** Coop.br. Disponível em: <<https://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-44-19>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

De acordo com dados do *World Cooperative Monitor (2023)*⁷² as principais 300 cooperativas do mundo enquadram-se nos seguintes setores: agricultura e indústrias alimentares (incluindo pesca), seguros, comércio, serviços financeiros, indústria e serviços, educação, saúde e serviço social e outros serviços (incluindo habitação). Das maiores cooperativas do mundo 100 estão localizadas na América Latina, 159 na Europa, 28 na Ásia e 13 na Oceania.

Estas cooperativas têm diversas funções estratégicas, em especial as do gênero agropecuário que prestam serviços de recebimento da produção para o armazenamento, padronização de plantas e produção, industrialização e venda, estas ainda fornecem implementos para uso profissional, gêneros de consumo e obtêm crédito junto aos bancos para os associados, além dos serviços de assessoria agrônômica, que geram inúmeros fatores relacionados a padronização produtiva em um processo de ciência aplicada ao campo com vistas ao acréscimo produtivo e redução de perdas.

No estado do Paraná há grande destaque para as associações de crédito (em especial o rural) e para as cooperativas agrícolas. O sistema de cooperativismo foi introduzido originalmente no estado na região dos Campos Gerais, que compreende os municípios paranaenses de Arapoti, Carambeí, Jaguariaiva, Ortigueira, Palmeira, Piraí Do Sul, Ponta Grossa, São João Do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Castro⁷³, nesta última justamente foi fundada a primeira cooperativa do Estado e a segunda do Brasil, em 1925, a Batavo, que passou a adotar o nome de Frísia em 2015⁷⁴.

Esse sistema de associativismo que em linhas gerais busca apoio mútuo, suporte e rendimentos em conjunto entre os cooperados têm grande espaço de atuação no estado por criar uma rede de apoio entre as diversas unidades agrícolas. Há um especial destaque para as cooperativas que utilizam mão de obra imigrante no estado do Paraná, haja visto que com o processo de imigração, as unidades agrícolas constituíam pequenas proporções territoriais, havendo a necessidade de um trabalho compartilhado

⁷²**World Cooperative Monitor 2023 | ICA Monitor.** ica.coop. Disponível em: <<https://monitor.coop/en/media/library/research-and-reviews-world-cooperative-monitor/world-cooperative-monitor-2023>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

⁷³VIAJE PARANÁ. **Viaje Paraná.** Disponível em: <<https://www.viajeparana.com/>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

⁷⁴**Berço do cooperativismo, região é protagonista no agronegócio** | Coop.br. Disponível em: <<https://www.castrolanda.coop.br/berco-do-cooperativismo-regiao-e-protagonista-no-agronegocio/#:~:text=No%20Estado%20do%20Paran%C3%A1%2C%20o,segunda%20do%20Brasil%2C%20em%201925.>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

visando a expansão e fixação dos colonos, tal fator histórico é corrente na região de Guarapuava. De acordo com a OCEPAR⁷⁵

Esses movimentos entre imigrantes deram significativo impulso ao cooperativismo estadual com as experiências bem sucedidas das cooperativas de colonização, como Witmarsum, de Palmeira; Agrária, de Entre Rios; Batavo e Castrolanda, de Castro, e Capal, de Arapoti, hoje verdadeiros exemplos de comunidades rurais perfeitamente urbanizadas, economicamente prósperas e socialmente integradas às condições de vida urbano-industrial no país (OCEPAR, *Sigrid U. L. Ritzmann*, 2016)

Desta feita a OCEPAR demonstra que o trabalho cooperativista e seu sucesso estão intimamente relacionados com a fixação de imigrantes. A fixação destes indivíduos ligados a esta forma de trabalho possui diversas especificidades em cada um de seus casos.

Em Guarapuava, a Cooperativa Agrária tem um história recorrentemente lembrada, buscando consolidar uma narrativa de labuta e vitória, mas historicizando sua perspectiva de forma factual encontramos dados importantes para nossa análise, como por exemplo o fato de seu presidente fundador ter liderado sistemas cooperativistas ainda na Europa.

De acordo com dados da Fundação Cultural Suábio Brasileira (FCSB), desde 1941, Michael Moor foi o presidente da Cooperativa Central Agrária, em Osijek, cidade da atual Croácia e, a partir de 1944, quando começou a evacuação dos Suábios do Danúbio para outras partes do mundo, incluindo o Brasil, ele foi responsável por organizar a saída das propriedades agrícolas, industriais e cooperativistas de etnia alemã. Até o final da guerra, ele cuidou da assistência aos refugiados na Áustria⁷⁶, em decorrência disso temos um processo de imigração para os campos guarapuavanos de indivíduos que, via de regra, já conheciam e adotavam o sistema associativista, o que facilitou seu processo de fixação e organização em solo paranaense⁷⁷.

Em 1950, os campos guarapuavanos de Entre Rios, como pudemos verificar ao longo de nossa análise, foi afetado pelo governo paranaense, que deu grande impulso à instalação de colônias agrícolas de imigrantes. Importante perceber que é algo que

⁷⁵No Paraná. Coop.br. Disponível em: <<https://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

⁷⁶WEB, Tecnologia. Fundação Cultural Suábio-Brasileira. Fundação Cultural Suábio-Brasileira, 2024. Disponível em: <<https://suabios.com.br/noticia/4161/quem-foi-michael-moor>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

⁷⁷WEB, Tecnologia. Fundação Cultural Suábio-Brasileira. Fundação Cultural Suábio-Brasileira, 2024. Disponível em: <<https://suabios.com.br/noticia/4161/quem-foi-michael-moor>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

reverbera até os dias atuais, nos quais a Cooperativa Agrária, pertencente aos suábios do danúbio, continua recebendo incentivos públicos⁷⁸.

De acordo com Camila Cremonese e Erneldo Schallenberger (2024), pesquisadores que debatem acerca do cooperativismo pela Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), o sistema cooperativista agrícola tem grande aceitação no Paraná, pois as propriedades rurais de médio e pequeno porte costumam ter alto grau de diversificação em seus produtos, havendo a necessidade de se estabelecer uma cultura dominante para gerar excedentes, ou seja, capital para a realimentação do processo produtivo, através da venda do produto resultante para o mercado.

Em Guarapuava estes produtos foram o arroz e o trigo até meados da década de 1970, após isso soja, milho e trigo e, nos últimos anos cevada e centeio, em rotatividade e não em sobreposições. A modernização do espaço agrícola, no Paraná e no Brasil, teve na década de 1950 os seus primeiros sinais, em virtude das profundas mudanças que o país e o mundo atravessavam no período pós-guerra. Aliadas ao fenômeno populista, a industrialização e a modernização passaram a ser os carros-chefe das políticas oficiais nos mais diferentes setores da economia brasileira.

Durante o chamado “Milagre Econômico” na década de 1970, o país produziu avanços que alteraram profundamente o panorama da sociedade brasileira, mudando o perfil de diversos setores produtivos, tais mudanças na realidade brasileira, motivadas por essas políticas modernizantes, produziram, entre outros aspectos, uma alteração no perfil da sociedade brasileira, conferindo-lhe um caráter, cada vez mais, urbano e voltado para as demandas do setor industrial.

Na agricultura, as políticas iniciadas pelos governos populistas e continuadas no Regime Militar, afetaram as pequenas e médias propriedades rurais, uma vez que a agricultura comercial modernizada, concebida a partir de políticas que forjaram o modelo agro-exportador brasileiro, promoveu um processo de concentração de capital e da propriedade no meio rural, provocando a descapitalização e a exclusão social do pequeno agricultor familiar (Cremonese e Schallenberger, 2024, p. 53).

Concordando com os autores acima citados, vemos na mudança do sistema produtivo, visando o mercado internacional de agroexportações uma vital necessidade

⁷⁸Na Alemanha, prefeito de Guarapuava, Celso Góes, e diretor-presidente da Agrária visitam empresas e organizações do país. Pr.gov.br. Disponível em: <<https://guarapuava.pr.gov.br/noticias/na-alemanha-prefeito-de-guarapuava-celso-goes-e-diretor-presidente-da-agraria-visitam-empresas-e-organizacoes-do-pais/>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

que justifica-se no trabalho cooperativo. Entretanto, esse trabalho de associativismo e cooperação que visa a reprodução de hábitos e costumes produtivos oriundos da Europa, gera processos de concentração fundiária, tal qual exposto em nossa análise. Em especial, por esse sistema de cooperação ser fechado em si, e não aberto a participantes oriundos das localidades (vide subitem 3.2).

No Paraná, o período de crescimento das cooperativas acompanhou o cenário nacional e as cooperativas agrícolas começaram a ganhar mais adeptos junto dos processos políticos e econômicos da Revolução Verde. É justamente a partir de 1970, acompanhando o dinamismo econômico do período, que as cooperativas começaram a se expandir e a se tornar estruturas fundamentais inseridas na realidade econômica da região (Cremonese e Schallenberger, 2024).

As cooperativas passaram a desempenhar um papel fomentador do desenvolvimento econômico pela mediação e articulação que exerceram entre os diferentes agentes econômicos, buscando realizar a integração do setor produtivo ao mercado. Desta feita o trabalho nas cooperativas esteve em sintonia com as políticas de modernização do período, em muitos momentos visualizando a necessidade de especialização da produção como condição para consolidar o modelo agro-exportador (Cremonese e Schallenberger, 2024), o que gera, via de regra, uma concentração do poder produtivo, além do poder fundiário, nos indivíduos que mais adequam-se aos padrões racionais de super produtividade.

Figura 15: Inda-Cooperativo Ano III. Nº3, tiragem 2000. 1970, Curitiba, Pr.



Fonte: O autor. Disponível no acervo do Museu Histórico de Entre Rios.

Na Figura 16, podemos visualizar o boletim informativo do Inda (atual Instituto de Colonização e Reforma Agrária) cujo nome é “Inda Cooperativo”, a delegacia Regional deste órgão no Paraná, através do seu Setor de Cooperativismo e Extensão Rural, em convênio com a UCEPAR (União das Cooperativas do Estado do Paraná⁷⁹) estaria realizando um levantamento das Cooperativas existentes no Estado.

Presentemente estão faltando cinco municípios a serem visitados pelas equipes coletoras de dados, para a conclusão dos trabalhos, apresentando, todavia, o seguinte resultado: 11.628 quilômetros percorridos no interior do Estado, sendo visitadas 119 cooperativas em atividade; existindo 25 paralisadas. A apuração final dos elementos será iniciada, assim que o último município for levantado, deste modo, o cooperativismo do Estado do Paraná contará com dados reais e atualizados de tão importante atividade socioeconômica. (Inda-Cooperativo Ano III. Nº3, tiragem 2000. 1970, Curitiba, Pr).

Notamos na passagem acima a necessidade de órgãos estatais estarem próximos às cooperativas privadas, realizando uma rede de trabalho que envolve múltiplos agentes desde os pequenos agricultores aglutinados até o mercado exportador de *commodities*. Atravessar um estado inteiro do Brasil de ponta a ponta na conjuntura tecnológica de transportes da década de 1970 parece-nos impressionante labuta,

⁷⁹Primeira nomenclatura desse órgão.

dedicada a saber números de “tão importante atividade socioeconômica”. Notamos nesta passagem a hipervalorização e compreensão de que esta forma de aglutinação do trabalho é de grande valia para o Estado.

Ao observarmos o tempo presente, como herdeiro das ações do passado, podemos notar, de acordo com a Agência Estadual de Notícias do Paraná, que onze cooperativas paranaenses ligadas ao setor agroindustrial figuram entre as maiores do mundo, tanto em faturamento e número de cooperados, como pela movimentação financeira de seus associados. As empresas que representam o Paraná no *ranking* são a Agrária (Guarapuava), Castrolanda (Castro), Coamo (Campo Mourão), Cocamar (Maringá), Coopavel (Cascavel), Cooperativa Lar (Medianeira), Copacol (Cafelândia), C.Vale (Palotina), Frimesa (Francisco Beltrão/Medianeira), Frísia (Batavo/Carambei) e Integrada (Londrina). O fato de todas estarem vinculadas ao agronegócio ajuda a explicar o protagonismo do setor para a economia paranaense⁸⁰, e associando a conjuntura histórica de sua fomentação estes resultados de concentração de riquezas não podem nos surpreender.

Para Jandir Ferrera de Lima e Lucir Alves (2011) o Paraná é o único Estado brasileiro em que as cooperativas agropecuárias têm parcela significativa de controle sobre a transformação agroalimentar e estas empresas capitanearam o crescimento econômico de municípios de pequeno e médio porte do interior. Em sua análise os autores apresentam que as cooperativas agropecuárias paranaenses agregam uma parcela significativa dos produtores rurais e, de acordo com dados disponibilizados pela OCEPAR, 70% dos seus cooperados são pequenos agricultores com área de até 50 hectares.

Essas gigantes do agronegócio tem importante ligação com a disseminação de pacotes tecnológicos e adoção de práticas padronizadas de agricultura de larga escala, adotando inúmeros protocolos de operação, maquinários de ponta e engenharia genética, contudo, é certo que as benesses da integração com as cooperativas não beneficiam a todos, e em nossa análise, poderíamos conjecturar que favorecem a desigualdade social no meio rural, exploração de recursos naturais a exaustão, empobrecimento da camada biótica natural do solo e outros.

⁸⁰Estudo coloca 11 cooperativas agrícolas paranaenses entre as maiores do mundo. **Agência Estadual de Notícias.** Disponível em: <

Na década de 1970, ápice dos projetos de modernização e melhoramento da agricultura paranaense e portanto acréscimo das formas de organização do movimento cooperativista, compreendido como carro chefe e caminho para uma agricultura de mercado, surge a OCEPAR.

Tendo em vista que, se o sistema de cooperativas aglutina pequenos agricultores em prol de ideais de produtividade, uma associação de cooperativas aglutinadas faria o mesmo pelo Estado, padronizando protocolos de operação, dando subsídios agrícolas maiores e tendo uma voz ativa maior no âmbito político.

Curitiba, 28 de novembro de 1969

Saudações,

As entidades e pessoas que a presente assinam, reunidas em Seminário para debate e apreciação da necessidade de criar para as Cooperativas do país um órgão superior e independente de Assistência e auditoria cooperativista, tomaram conhecimento, com vivo interesse, da estrutura alemã, das Associações de Revisão. (Prüfungsverband), no ensejo da presença nesta cidade dos Senhores Dr. Iven Schulze de Porto Alegre, Dr. Ulrich Ritter da Universidade de Göttingen e Ir. Peter U. Lens da Friedrich Baumann Stiftung.

Considerando que de momento encontram-se estágio de aprendizado prático, na Alemanha, por convite do Deutcher-Raiffeisenverband E.U. de Bonn, quinze brasileiros vem solicitar seja propiciado a três dos mesmos, um estágio, prático complementar junto a uma das organizações do "Prüfungsverband".

Os elementos citados poderão ser selecionados na Alemanha entre aqueles que possam respectivamente atuar nos Estados, brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Nesses três Estados brasileiros, pretende-se! dar início a um organismo assemelhado ao "Prüfungsverband" Esta a razão pela qual apelamos aos bons officios dessa entidade. Com as saudações Cooperativistas assinam,
(S/N, 1969)

De acordo com o documento, acima retratado, a saber uma correspondência enviada da cidade de Curitiba para o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA/INCRA) órgão pertencente ao Ministério da Agricultura, temos exposto que precisamos seguir protocolos cooperativistas de nações mais bem industrializadas, como é o caso da Alemanha.

Colocar uma associação de auditoria em cooperativas como as que ocorrem na Alemanha (*Prüfungsverband*) e realizar as auditorias legalmente exigidas para elas, traria uma amplitude e ápice do profissionalismo e padronização que as cooperativas buscam.

Desta feita, o documento acima, procura encontrar um processo de uniformização das atividades cooperativistas. O recorte geográfico deste apelo perpassa

o solo paranaense, compreendendo os três estados da fronteira sul do país, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Poderíamos conjecturar que isso se dá por três fatores entrelaçados, o primeiro deles é pela intensidade do trabalho agrícola nesta região, o segundo pela alta concentração de agroindustrialização via cooperativismo e o terceiro pelo histórico de imigrantes alemães e alemães étnicos nesta região brasileira. As relações comerciais e de trocas culturais e técnicas no setor agrário entre ambos os países têm alta intensidade⁸¹ e podemos visualizar que o ato fundacional de um órgão que visa centralizar e padronizar o trabalho cooperativo nessa região ocorre associado a isto.

[...] foi a partir de 1969 que o movimento cooperativista paranaense ganhou proporções, com o início das discussões para a implantação dos projetos de integração, desenvolvidos conjuntamente pelo Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, DAC – Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná e Acarpa Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (hoje Emater/PR), com o apoio do Banco do Brasil, BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo e CFP – Comissão de Financiamento à Produção. O objetivo dos projetos foi rediscutir a forma de atuação das cooperativas, pois alguns municípios tinham mais de uma cooperativa operando em concorrência, o que as enfraquecia, enquanto outros municípios não tinham nenhuma. Os projetos foram desenvolvidos em três etapas, abrangendo regiões diferentes. O Projeto Iguazu de Cooperativismo - PIC, criado em 1971, contemplou a reorganização do sistema no Oeste e Sudoeste. O Projeto Norte de Cooperativismo - Norcoop, implantado em 1974, para reorganização das cooperativas da região Norte do Estado, e o Projeto Sul de Cooperativismo - Sulcoop, iniciado em 1976, reorganizou as cooperativas da região Centro-Sul. A Ocepar nasceu no decorrer do primeiro projeto, no ano de 1971, o que veio a dar forte apoio à execução dos projetos. (OCEPAR, *Sigrud U. L. Ritzmann*, 2016)

Em paralelo ao exposto no fragmento acima e apoiando-nos em nossa fonte de análise, podemos compreender que a face modernizada da agricultura brasileira caracteriza-se, em geral, pela manutenção da estrutura fundiária (modernização conservadora) e pela adoção do padrão tecnológico euro-americano, marcado pela utilização de diversos insumos modernos e que incorpora práticas como irrigação, plantio direto e intensa mecanização (Pelegri e Shigeo Shiki, 2015), o que por sua vez foi facilitado pela criação das cooperativas agrícolas e endossado na criação de estratégias e órgãos de aglutinação das próprias cooperativas.

⁸¹Brasil e Alemanha firmam acordo de 40 milhões de euros para apoiar agropecuária sustentável. **Ministério da Agricultura e Pecuária.** Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/brasil-e-alemanha-firmam-acordo-de-40-milhoes-de-euros-para-incentivar-agropecuaria-sustentavel>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

Desta feita cabe-nos realizar uma crítica quanto a organização das cooperativas agrárias, dando especial ênfase em nosso recorte espacial, compreendendo que estas associações são parte de uma estrutura de produção moderna, recaindo sobre estas críticas o modelo agroindustrial capitalista. As cooperativas se comportam como qualquer outra empresa capitalista, se tornando um instrumento de submissão dos agricultores à cadeia de produção agroindustrial e agrocomercial, delineando inúmeros problemas ambientais e sociais junto a este modelo produtivo.

3.3 A experiência humana entrelaça-se ao ambiente

Neste item buscamos verificar as consequências para o meio ambiente e para a vida em sociedade na Guarapuava moderna, sofridas após a aprovação dos projetos de modernização agrícola.

Abordaremos aqui aspectos para além do âmbito econômico, explorando especialmente as causas sociais destes projetos, em especial a cara questão da imigração dos Suábios do Danúbio, que como verificamos ao longo de nossa análise, integra parte importante dos projetos de modernização agrícola no interior do estado do Paraná a partir de 1950. Estando em conjunto com modificações tecnológicas no campo, como a adoção de práticas industrializadas, mecanizações, adoção da correção do solo por recursos químicos e outros realizados no município.

Para tanto, utilizamos o conceito de meio ambiente, de acordo com a organização das nações unidas (ONU), este termo pode ser compreendido como um conjunto de elementos físicos, químicos, biológicos e sociais que podem causar efeitos diretos ou indiretos sobre os seres vivos e as atividades humanas⁸². Assim, compreendemos que o termo pode se aplicar também aos recursos sociais de uma determinada sociedade, e portanto, daremos enfoque em como os projetos de modernização agrícola, integração à agroindústria e conseqüentemente concentração fundiária e de riquezas no meio rural, somados a imigração europeia para os campos guarapuavanos, criaram uma camada de não integrados, indivíduos à margem da agricultura moderna, mas também a margem do meio urbano.

⁸²Dia Mundial do Meio Ambiente - BECE - Biblioteca Pública Estadual do Ceará. BECE - **Biblioteca Pública Estadual do Ceará.** Disponível em: <<https://bece.cultura.ce.gov.br/dia-mundial-do-meio-ambiente/#:~:text=O%20conceito%20%E2%80%9CMeio%20Ambiente%E2%80%9D%2C,vivos%20e%20as%20atividades%20humanas.>>>. Acesso em: 7 maio 2024.

Sobre estes dois últimos termos, compreendemos que há uma vasta bibliografia que aborda as relações entre o mundo rural e urbano e coadunando com Celso Donizete Locatel (2013) e Ezequiel Plínio Albarello (2017) notamos que no processo de modernização agrícola empreendido nos rincões interioranos do Brasil a partir de 1950, ocorreu uma simbiose entre estes dois universos, onde um passa a depender do outro de uma forma indissociável. De forma que a indústria mudou-se para o campo e o campo que outrora representava o passado, com práticas arcaicas na visão de muitos empresários e políticos ruralistas, integrou-se a uma ideia de novo.

Estas terminologias, como novo em justaposição ao passado, certamente permeiam as narrativas de muitos políticos ruralistas de meados do século XX (como pudemos observar). De acordo com João Ferrão (2000)

Historicamente, o mundo rural destaca-se por se organizar em torno de uma *tetralogia* de aspectos bem conhecida:

uma *função* principal: a produção de alimentos;

uma *atividade económica* dominante: a agricultura;

um *grupo social* de referência: a família camponesa, com modos de vida, valores e comportamentos próprios;

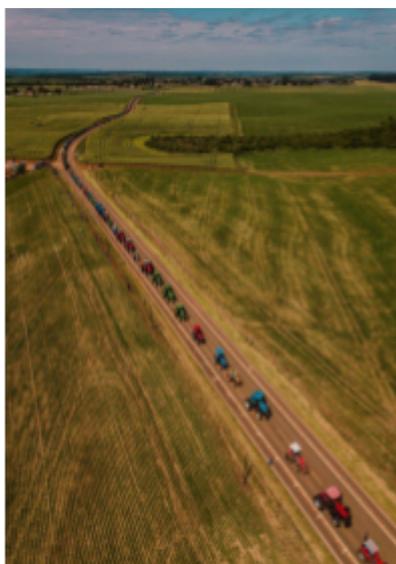
um tipo de *paisagem* que reflete a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de actividades humanas desenvolvidas.

Este mundo rural secular opõe-se claramente ao mundo urbano, marcado por funções, actividades, grupos sociais e paisagens não só distintos mas, também, em grande medida construídos "contra" o mundo rural. Esta oposição tende a ser encarada como "natural" e, por isso, recorrentemente associada a relações de natureza simbiótica: campo e cidade são complementares e mantêm um relacionamento estável num contexto (aparentemente?) marcado pelo equilíbrio e pela harmonia de conjunto. (Ferrão, João, 2000)

O autor aponta que há uma complementaridade advinda da oposição, entretanto, como podemos observar nas paisagens dos campos rurais de Guarapuava, esses universos são menos diferentes entre si, o rural e o urbano, não são simbióticos porque precisam um do outro, mas porque, são altamente semelhantes na moderna conjuntura, havendo ruralidades no mundo urbano e urbanidades no mundo rural (Ferrão, 2000).

Figura 16: Tratoração em Guarapuava

Figura 17: Festa de 70 anos da imigração para Entre Rios



Fonte: Fundação Cultural Suábio-Brasileira. Fundação Cultural Suábio-Brasileira

Nas figuras 18 e 19 acima vemos uma das ações comemorativas realizadas na festa de comemoração de 70 anos da imigração dos Suábios do Danúbio para Guarapuava (Entre Rios). Foram inúmeros os festejos em maio de 2022, sempre carregados de muita simbologia, seja ela étnica, ao reforçar uma identidade germânica, seja acerca da identidade de laboriosidade e o orgulho pelo trabalho e esforços empreendidos na moderna agricultura.

O tratoração, acima retratado, pode justamente ser observado como um momento onde a tecnologia e modernidade se encontram com os aspectos compreendidos como tradicionais para o mundo rural, como a produção de alimentos através da agricultura.

Tabela 2: Números do tratoração

Números, organização e estrutura:		
Tratores	1.534 inscritos	40 cidades do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul
		Cerca de 200 tratores coletores antigos vintage desde a década de 1930 até novos Tratores de 2021
Participantes, apoiadores e patrocinadores:		
FAEP (Associação da Agricultura do Estado do Paraná)	representando os 173 sindicatos agrícolas do Paraná	
100 funcionários		chefes de equipe de trator, equipe de cozinha, técnicos de informática. Equipes de drones, foto e vídeo. Polícia Militar, Departamento de Trânsito e Polícia Rodoviária. Pessoal de segurança, exército, prefeitura, corpo de bombeiros mecânicos, auditores;
29 empresas patrocinadoras		

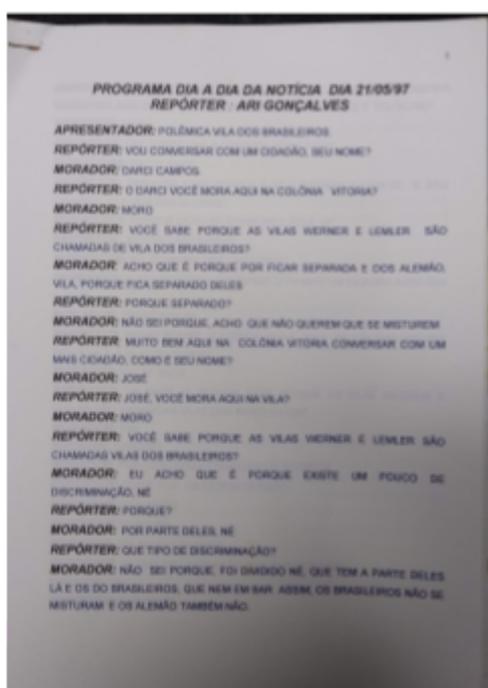
Fonte: Organização o autor. Dados disponíveis em Fundação Cultural Suábio-Brasileira: <https://suabios.com.br/revista/109#prettyPhoto>

O incentivo público na modernização agrícola não se deteve ao processo da Revolução Verde, mas ainda perdura, haja visto que, órgãos locais das secretarias de agricultura se fizeram presentes e patrocinaram este evento cultural e identitário como pode ser observado na Tabela 2. De acordo com Regina Bruno (2022), essas ações simbólicas de exposição da agricultura modernizada, que ultrapassa o ambiente rural e permeia a urbanidade, são espaços de representação de uma política hegemônica presente deste a muito na história do ruralismo brasileiro. Portanto, esta experiência humana que se entrelaça-se ao ambiente na conjuntura dos campos guarapuavanos, é a de um universo entre o rural e o urbano, onde existem detentores e desprovidos de espaço, tecnologia e meios.

Para realizar esta análise utilizaremos como fonte a transcrição do “Programa Dia a Dia da Notícia” (Figura 20) datado de 1997 e transmitido pela Rádio Cultura de

Guarapuava. Este programa radialístico foi apresentado por Tônico de Oliveira e contou com entrevistas realizadas na Colônia Vitória em Entre Rios pelo repórter Ari Gonçalves, contou ainda com a participação de dois vereadores do município, Vilson Antonio Rodrigues (eleito em 1996 pelo PPB) e Elcio José Melhem que ainda é vereador do município, exercendo seus mandatos desde 1983 (eleito em 1996 pelo PFL)⁸³

Figura 18: Transcrição do Programa dia a dia da notícia- Rádio Cultura de Guarapuava



Fonte: O autor. Disponível no Museu Histórico de Entre Rios

Toda a transcrição da entrevista (e não de todo o programa radialístico) estão preservadas no Museu de Entre Rios. Compreendemos que este documento foi acondicionado neste local de memória por sua pauta, a saber, a “Polêmica Vila dos brasileiros”. De acordo com Frotscher, Stein e Olinto (2014) os membros da população não suábica, chamados vulgarmente em Entre Rios de brasileiros, constituem em um afluxo de mão de obra doméstica e industrial para a Cooperativa Agrária.

Portanto, nossa análise permeia essa discussão, acerca dos não imigrantes, e em como são vistos esta camada populacional. Os autores acima citados, ao analisar a

⁸³Dados do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

obra de Kohlhepp⁸⁴, da década de 1990, verificam que na Colônia Vitória (umas das 5 vilas que constituem o distrito de Entre Rios), há a formação de mais um bairro, este habitado por não suábios, que passou a ser conhecido pelos imigrantes e seus descendentes de “vila dos brasileiros”. O bairro, de acordo com os autores, e coadunando com nossa fonte de análise, foi constituído a partir do parcelamento e venda de lotes de duas áreas de propriedade de suábios do Danúbio, adquiridos em 1951 e revendidos em torno da década de 1970.

apresentador: polêmica vila dos brasileiros
 repórter: vou conversar com um cidadão, seu nome?
 morador: Darci Campos
 repórter: o Darci você mora aqui na colônia vitória?
 morador: moro
 repórter: você sabe porque as Vilas Werner e Lemler são chamadas de Vila dos brasileiros?
 morador: acho que é porque por ficar separada e dos alemão vila, porque fica separado deles
 repórter: porque separado?
 morador: não sei porque acho que não querem que se misturem
 (Programa Dia A Dia Da Notícia. Locutor, Tonico de Oliveira. Guarapuava Pr. 21 de maio de 1997)

Toda a entrevista, com os moradores de Entre Rios e com os vereadores, em estúdio e via ligação telefônica são registrados desta forma. É complexa a tarefa de delimitar se todas as operações radialísticas seguem a mesma plataforma e *modus operandi*⁸⁵, é curioso o fato de que em maio de 1997, houve uma entrevista formal com alguns moradores e vereadores, e que isso não apenas ficou registrado em áudio, mas também em uma pauta completa impressa e preservada. Toda a entrevista é composta por: apresentador (1), repórter (1), moradores (8, identificados com nome e sobrenome e identificação étnica), vereadores (2) e 1 comentarista.

De forma geral o repórter aborda cidadãos locais, apenas dois se identificam como alemães, e faz questionamentos se sabem do motivo de existirem duas vilas separadas das cinco originais e se acreditam haver algum tipo de discriminação de ambas as partes envolvidas.

repórter: muito bem aqui na colônia vitória conversar com um mais cidadão, como é seu nome?
 morador: José
 repórter: José você mora aqui na vila?
 morador: moro
 repórter: você sabe porque as vilas Werner e Lemler são chamadas vilas dos brasileiros?

⁸⁴KOHLHEPP, Gerd. Espaço e etnia. **Estudos Avançados**, v. 5, p. 109-142, 1991.

⁸⁵Sobre isso ver ORTRIWANO, G. S. Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história. **Revista USP**, n. 56, p. 66-85, 2002.

morador: eu acho que e porque existe um pouco de discriminação, ne
 repórter: porque?
 morador: por parte deles, ne
 reporter: que tipo de discriminação?
 morador: não sei porque foi dividido né que tem a parte deles lá e os do
 brasileiros, que nem em bar assim os brasileiros não se misturam e o alemão
 também não. (Programa Dia A Dia Da Notícia. Locutor, Tonico de Oliveira.
 Guarapuava Pr. 21 de maio de 1997).

Essa relação de preconceitos e disputas perpassa aspectos puramente culturais, compreendemos que a construção da identidade é algo que ocorre diariamente, reforçando ou excluindo características. Zeila de Brito Demartini (2024) aponta que, os processos imigratórios colocaram em relação sujeitos e grupos que se vêem como diferentes e as formas como ocorrem as trocas e disputas entre os mesmos, nos vários campos, incluindo na questão tecnológica, laboriosa ou agrícola, pode permitir a desconstrução de preconceitos e estereótipos, seu reforço ou até a construção de novos.

Portanto, a entrevista com os moradores locais, empreendida em um contexto onde a modernização agrícola já estava assentada e colhendo seus louros, pode nos permitir visualizar a relação dicotômica entre estes indivíduos, onde há aqueles que possuem os bens de produção, mas precisam de alguma mão de obra local, e aqueles que trabalham e não pertencendo ao grupo étnico dominante podem sentir inúmeras intempéries, como preconceito e segregação.

repórter: muito bem vou conversar com mais um cidadão aqui seu nome
 morador: Pedro Boeira
 repórter: Pedro Boeira, o senhor mora aqui na colônia Vitória nesta vila a quanto tempo
 morador: faz 28 anos
 repórter: 28 anos. O senhor sabe porque as vilas Werner e Lemler são chamadas vilas dos brasileiros?
 morador: sim
 repórter: porque?
 morador: por caso dos estrangeiros, pobreza
 repórter: quem que os estrangeiros?
 morador: os alemão
 repórter porque
 morador: colarinho branco
 repórter: há uma discriminação por parte deles?
 morador: sim
 repórter: que tipo?
 morador: desde tudo que é parte da pobreza lá em cima é atendido mais os ricos do que a pobreza
 reporter: então na sua opinião a discriminação por parte dos alemães?
 morador: exato, que veja bem, começa por aí, associação de moradores não temo, não temo cascalhos não manligamento, não temo água e esgoto, não temo nada nas vilas e aqui faz 30 anos que tamo morando aqui nesta vila o rico sempre pega o pobre o pobre vive massacrado. (Programa Dia A Dia Da Notícia. Locutor, Tonico de Oliveira. Guarapuava Pr. 21 de maio de 1997).

Nesta linguagem simples, tanto do morador quanto do repórter, é possível notar algum tipo de ressentimento por parte do morador. Ao usar a expressão colarinho branco⁸⁶, o local determina que há um certo privilégio dado a estes indivíduos de fora, que participam mais ativamente do poder empresarial e portanto estariam mais próximos também do poder público. Compreendemos a aspereza da sua crítica quando aponta todos os problemas da chamada Vila dos brasileiros que, em justaposição, tem nas colônias de alemães (assim chamados vulgarmente) um símbolo do que os brasileiros não possuem.

Em outro ponto da entrevista, já com outro morador, temos mais um aspecto dessa dicotomia

morador: esses superiores da vila dos alemães que falam, então, que nós somos da raça mais preta, como já diz o português claro então já é separados de nós. *convivemo ai* mas não assim com tanto amizade né, e uma amizade mais ou menos, é uma amizade de serviço essas coisas e realmente que a gente tá aqui porque precisa dos serviços deles, mas é nessa vidinha qualquer coisa o brasileiro não presta se passa um ladrão o culpado é os brasileiros .
[...]

morador: a diferença é que nós precisamos do serviço e eles são o empregador nosso, então a diferença que tem justamente pra que tinha conviver mais junto, um olhar um mais para o outro, no meu caso sempre trabalho ai sou motorista, a 30 anos, então pelo meu serviço vem em casa me procurar mas é assim aquela relação que enquanto tou com saúde a coisa vai mas se piorar acabou-se o empregado. (Programa Dia A Dia Da Notícia. Locutor, Tonico de Oliveira. Guarapuava Pr. 21 de maio de 1997).

Desta feita é apresentado a necessidade de ambos os grupos, um para trabalhar, em funções mais duras e simplistas, enquanto o outro, vindo de fora, realiza tarefas técnicas. Contudo, em um universo que transita entre o rural e o urbano, parece-nos que esta narrativa transpõe a simplicidade do relato, há o atrasado, ainda que viva próximo ao novo, e este é o brasileiro, motorista, pertencente à “raça mais preta” e que serve ao mundo tecnológico apenas enquanto puder, enquanto houver saúde.

⁸⁶De acordo com Mazloum Advogados, o termo “colarinho branco” faz referência à vestimenta comum entre pessoas instruídas e influentes, que comumente vestem com terno e camisa social, o que culturalmente é desassociado com uma imagem geralmente comum de um indivíduo criminoso. Disponível em: <

apresentador: a reportagem da rádio cultura também conversou com um casal de alemães e eles nos deram a sua opinião com relação a vila dos brasileiros
 repórter: vou conversar com um cidadão alemão, seu nome?
 morador: Robert Duhatschek
 repórter: Robert, você sabe porque as vilas Werner e Lemler são chamadas vilas dos brasileiros?
 morador: como que eu vou responder, não sei, desde que conheço ficou conhecido ali como a vila dos brasileiros
 repórter: se misturam brasileiros e alemães?
 morador: mais ou menos né depende
 repórter: depende do que?
 morador: depende, como é que vou disser e difícil de explicar, ne
 repórter: conversar com sua esposa aqui, deixo eu conversar com ela como é seu nome?
 moradora: Danieli
 repórter: Danieli você sabe porque as vilas Werner e Lemler são chamadas de vila dos brasileiros?
 moradora: bom a vila Lemler era uma vila um uma terra proprietário era o seu Lemler ele vendeu, mas foi vendido pros brasileiros ele fez lotes e ficou conhecida os brasileiros que iam para lá os alemães sempre tinham mais chances de ir para frente do que os brasileiros. (Programa Dia A Dia Da Notícia. Locutor, Tônico de Oliveira. Guarapuava Pr. 21 de maio de 1997).

Diferentemente das demais entrevistas, esta é realizada com um casal de alemães étnicos⁸⁷ que também dá sua opinião sobre o tema. O que notamos de antemão é que apenas a mulher (Danieli) fala sobre, enquanto o esposo (Robert) silencia.

Ainda dialogando sobre a temática, durante a entrevista a esposa destaca que os alemães têm mais chances de “ir para frente do que os brasileiros”, o que podemos conjecturar, trata-se de prosperar e progredir no âmbito econômico, entretanto, a personagem não aborda o motivo de assim o ser, e seu interlocutor, não faz qualquer comentário sobre esse tema.

Em outro ponto da conversa Danieli destaca que“(...) há essa discriminação porque os alemães sempre estão progredindo, sempre tão progredindo e os brasileiros não tem essa chance de competir”. Desta forma, apresenta-se uma nova versão para a temática em discussão. A discriminação não seria por parte dos imigrantes, mas sim por parte dos nativos do local, que a saber, veriam no progresso dos colonos uma afronta pessoal. A discussão com esta personagem segue:

(...) por exemplo a cooperativa está sempre atrás dos cooperados e com os brasileiros não é assim eles sempre estão ali para trabalhar para a cooperativa, que disser nunca vão ter uma chance de ir pra frente. (Programa Dia A Dia Da Notícia. Locutor, Tônico de Oliveira. Guarapuava Pr. 21 de maio de 1997).

⁸⁷Sobre a questão da mobilidade social nos campos econômico e político, e as controvérsias associadas a sentimentos de etnicidade, ver SEYFERTH, G.. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. *Mana*, v. 5, n. 2, p. 61–88, out. 1999.

Podemos conjecturar, que há dois sujeitos exógenos neste diálogo, o primeiro seria obviamente o colono e o segundo a Cooperativa, ambos estão inseridos tanto em um mundo e em mentalidade que transitam entre o ideário de rural e urbano e os brasileiros, em justaposição, “estão ali para trabalhar para a cooperativa”, mão de obra não especializada e portanto, barata.

Quando a entrevista passa para o estúdio da rádio cultura, temos o seguinte:

vereador Wilson Rodrigues: a primeira coisa que eu gostaria de explicar e a respeito das vilas Werner e Lemler foi dado esse nome tem esse nome porque foram os loteamentos aprovados por esses nomes vila Lemler e vila Werner são dois alemães que se propuseram a vender terrenos para os brasileiros se não fosse a *bondade* desses alemães "seu Lemler e seu Wenden Werner nos não teríamos local para acomodar essas pessoas la existe terrenos da cooperativa, que a cooperativa fornece alguns funcionários mais bem graduados que moram são dois núcleos habitacionais que, e a vila Machado também é da cooperativa então primeiramente foi devido a isso que os nomes Werner e Lemler, quanto a questão do progresso que essa senhora falou realmente *não há como o brasileiro inclusive a nivel cultural* essas vieram do interior são como eu disse no inicio sao agricultores agora o maior problema que eu vejo hoje por exemplo e quando a cooperativa vai efetuar colheita, a colheita de seus produtos la ela esta vindo buscar em Guarapuava o sindicato inclusive pagando preços maiores do pagaria as pessoas que la residem então ate neste ponto esta havendo discriminação. (Programa Dia A Dia Da Notícia. Locutor, Tonico de Oliveira. Guarapuava Pr. 21 de maio de 1997, Grifos nossos).

Quando a discussão saiu das entrevistas realizadas com os moradores e passou ao debate no estúdio da Rádio Cultura de Guarapuava, notamos novamente uma alteração no tom do diálogo, agora é a necessidade de debater sobre a atuação agrícola da Cooperativa. Para o vereador a “discriminação” ocorre quando a empresa opta por contratar trabalhadores temporários provenientes da sede do município e não os nativos de Entre Rios.

Entretanto, algo que está muito claro na discussão levantada pelo então vereador Wilson Rodrigues, é que o brasileiro, nativo do local, está em descompasso cultural com o alemão etnico, “essas [pessoas] vieram do interior são como eu disse no início são agricultores”. Podemos conjecturar nesta breve passagem mais uma dicotomia presente nas narrativas acerca da modernização agrícola dos campos guarapuavanos, agora entre agricultores e produtores⁸⁸.

⁸⁸Ver: Qual a diferença entre agricultor e produtor rural? Blog do Sebrae - RN | Empreendedorismo e negócios no RN. Disponível em: <<https://blog.rn.sebrae.com.br/qual-a-diferenca-entre-agricultor-e-produtor-rural/>>. Acesso em: 28 maio 2024. Ver também: VIEIRA FILHO, J. E. R.; SILVEIRA, J. M. F. J. DA .. Mudança tecnológica na agricultura: uma revisão crítica da literatura e o papel das economias de aprendizado. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 4, p. 721–742, out. 2012. Ou: NASCIMENTO, C. A. DO .;

Há um vasta bibliografia acerca das terminologias recentes, como agricultor, pequeno agricultor, agricultura familiar, produtor rural e outros, contudo, notamos que, em linhas gerais, essa diferenciação dá-se nos aspectos tecnológicos e de produtividade, quanto maior for o emprego dos modernos meios de produção maior é a proximidade com o termo produtor rural. Portanto, quando o então vereador Vilson Rodrigues, fala que as pessoas nativas do local são “agricultores”, está não apenas simplificando as relações sociais a que estes indivíduos estão submetidos, mas também, acondicionando os mesmos em uma inferioridade técnica.

Já na passagem “não há como o brasileiro inclusive a nível cultural (...)” este político da época demonstra uma releitura do que foi o mote das políticas de incentivo à modernização agrícola no Paraná durante o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) e seus constantes incentivos e criação de colônias agrícolas para o trabalho imigrante/moderno⁸⁹. Notamos portanto, que ainda perdura no cenário político municipal no final da década de 1990, a necessidade do estrangeiro na narrativa da produção agrícola, o nacional, brasileiro, ainda não é um produtor rural, ainda não modernizou-se de forma autônoma, precisa do trabalho daqueles que vêm de fora.

repórter: você como alemã não discrimina ninguém?
 moradora: não
 repórter: você acha errado?
 moradora: eu acho errado, eu acho errado, tá certo que a criação da gente sei lá foi diferente, porque a gente sempre foi criado alemão para um lado e brasileiro para outro por mais que gente acha errado
 repórter: você veio da onde da Alemanha?
 moradora: não eu não vim da alemanha nasci aqui
 repórter: você nasceu aqui mesmo?
 moradora: em Guarapuava
 (programa dia a dia da notícia. locutor, tonico de oliveira. guarapuava pr. 21 de maio de 1997).

Mesmo com a necessidade narrada diversas vezes, do trabalho racional e tecnológico que o imigrante traria consigo, notamos na passagem acima uma possível contradição. O agente exógeno, é nascido aqui, e perpetua sua cultura e etnicidade enquanto grupo, mas ao fazê-lo, traz consigo paradigmas complexos de atraso, progressos, preconceito e exclusão. Esse local, nascido nos campos ondulados do terceiro planalto paranaense, não é guarapuavano, é alemão.

AQUINO, J. R. DE .; DELGROSSI, M. E.. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 3, p. e240128, 2022.

⁸⁹Ver: RAMOS, R. W.. O Paraná moderno de Bento Munhoz da Rocha Netto: Ações para implantação de novo modelo agrário (1951-1955). *Paco e Littera*, 2023.

Considerações finais

Ao longo de nossa análise pode-se verificar alguns fatores de extrema relevância a nível mundial, compreendemos que a modernização da agricultura formulou-se enquanto um fenômeno internacional, sendo impactante de forma contundente nos países em desenvolvimento. Essa categoria inclui toda a América Central e do Sul, toda a África, quase todos os países da Ásia e numerosos outros estados insulares⁹⁰.

Desta feita as condições presentes nestes países não industrializados até meados do século XIX, foram salutares enquanto laboratórios de experimentações para a Revolução Verde, isso deu-se também no Brasil. Este país ainda predominantemente agrário durante toda a década de 1950, encontrou suas primeiras etapas da modernização agrícola na substituição da mão de obra nativa, de pessoas nascidas no Brasil ou descendentes de escravizados, por imigrantes europeus. Os três estados da fronteira sul brasileira, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande de Sul, são justamente os que mais aglutinam imigrantes europeus assentados em colônias agrícolas, havendo amplo número de colônias italianas, ucranianas, polonesas e alemães.

Sobre estes últimos, em nossa análise, verificamos o espriamento das consequências políticas sociais e ambientais advindas da fixação de 500 famílias oriundas da europa, autodenominados Suábios do Danúbio, alemães (vulgarmente chamados) ou alemães étnicos, por possuírem linguagem, hábitos e culturalidades advindas do estado teutônico. Não buscamos em nossa análise acondicionar as mutações no espaço e as consequentes acelerações do tempo biológico na agricultura guarapuavana a este grupo étnico assentado em maio de 1951 a 20 km da sede municipal de Guarapuava, nas 5 colônias que formam o distrito de Entre Rios.

Compreendemos que sua vinda, disposição e alocamento em terrenos que pertenciam a guarapuavanos, assim como as mutações na fauna e flora locais, são consequências verificáveis de efeitos mais amplos, de toda uma busca desenfreada pela alta produtividade no meio rural a nível local e nacional.

⁹⁰NA. Nos países desenvolvidos, dinheiro que financia a ciência na universidade é público. Jornal da USP. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/nos-paises-desenvolvidos-o-dinheiro-que-financia-a-ciencia-e-publico/>>. Acesso em: 4 jun. 2024.

Entretanto, como pudemos observar, há toda uma busca por afirmação e criação de uma identidade vinculada a uma árdua laboriosidade, o que além de mudar o ambiente natural dos campos guarapuavanos, locais onde há terrenos planos e médio ondulados, também muda aspectos da vida em sociedade, ocorrendo em atritos entre imigrantes alemães e nativos, vulgarmente chamados de brasileiros.

Há ainda, somado a isto, toda uma conjuntura política local e nacional, desde a visita de deputados constituintes a uma vila de Entre Rios na década de 1980 a discursos performativos e que buscam a reafirmação da luta europeia na década de 1990 ocorridos na mídia local do município.

Portanto, associamos o local, o nacional e o internacional em nossa discussão, buscando dar visibilidade aos confrontos locais, mas associando a eles a uma ampla conjuntura de modernização agrícolas e as consequências desta. Verificamos ainda que é constantemente criada uma discursividade de que o trabalho, puro e simples dá resultados, em uma criação de narrativas que se complexifica a cada página ao utilizar e ao mesmo tempo excluir os vieses políticos nas discursividades.

Aqueles que conseguiram prosperar economicamente, falam sobre laboriosidade, sem contudo falar sobre os incentivos, práticas tecnológicas, técnicas de manejo e controle de pragas que a estes foram possibilitados, enquanto os outros, a margem do progresso econômico veem-se em uma dicotômica relação imputada a eles, sendo considerados atrasados, incapazes, apenas mão de obra simples e barata, nem urbana e nem rural.

Não caberia ao nosso esforço narrativo apontar soluções para os problemas sociais desta comunidade de brasileiros que em suas terras de origem são estrangeiros, nem caberia a nós aprofundarmos em uma vã tentativa de modificar o ambiente prometendo e ou criando uma agenda de práticas ambientais modernas que ao mesmo tempo visam preservar o meio. Ao historiador cabe narrar os fatos, interpretá-los em sua própria conjuntura histórica e problematizá-los com olhos temporais que possui. Desta feita, buscamos em toda nossa narrativa histórica vislumbrar o meio ambiente, como um agente de fato relevante, ao qual não cabe o mero papel de expectador das atrozidades humanas, mas que condiciona estas.

Em estado sem domínio sem grandes personagens tidos como exploradores e desbravadores, cabe a aquele que modernamente molda o espaço a que vive a alcunha de produtor rural, de dono do espaço.

Este indivíduo está indissociavelmente ligado ao mercado consumidor e exportador, em um aldeia global intrincada e complexa, onde plantas exóticas permeiam as paisagens e estão associadas a um gigantesco parque industrial de tecnologia internacional, os donos dos meios de produção e criadores de narrativas são os produtores rurais de larga escala que habitam um ecossistema técnico e que ao mesmo tempo é excludente de qualquer forma de vida e produção tradicional existente.

Fontes

AGRÁRIA relatório anual 2022 WEB, Tecnologia. Cooperativa Agrária Agroindustrial - Sementes, Nutrição, Malte, Óleo e farelo, Farinhas, Cervejas Caseiras. Cooperativa Agrária Agroindustrial, 2015. Disponível em: <https://www.agraria.com.br/agraria/historico>. Acesso em: 3 maio 2023.

ELFES, A. Suábios no Paraná. Curitiba: [s.n.], 1971.

ESSERT, R. B.; SCHNEIDERS, M. D. S. A História de Entre Rios - Volume II: A Nova Pátria Dos Suábios Do Danúbio No Brasil. Fundação Cultural Suábio Brasileira, 2021.

GORA, A. Dos campos nativos ao agronegócio: a contribuição suábica em Guarapuava. Guarapuava: Ed. UNICENTRO, 2010.

Imagens- General Ernesto Geisel e Mathias Leh Presidente da Cooperativa Agrária de Guarapuava- Década de 1970. Inkra. Disponível em: <https://curtlink.com/Cs1tGdg>. Acesso em: 17 jul. 2023.

INDA-Cooperativo. Ano III, N°3. Tiragem 2000, Curitiba, 1970.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

Jornal Entre Rios. Guarapuava: N° 01, 10 jan. 1987. p. 16.

Jornal Entre Rios. Guarapuava: N° 02, 25 jan. 1987. p. 08-09.

Jornal Entre Rios. Guarapuava: N° 06, 25 abr. 1987. p. 01.

Jornal Entre Rios. Guarapuava: Edição teste, dez. 1986. p. 05.

Movimento de organização das cooperativas. Curitiba: [s.n.], 1969. Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA/INCRA).

Programa Dia A Dia Da Notícia. Locutor: Tônico de Oliveira. Guarapuava: Rádio Cultura de Guarapuava, 21 maio 1997.

SOMMER; DEOZKA; CORREIA. Análise da situação dos posseiros em Entre Rios. INCRA, 1971.

World Cooperative Monitor 2023 | ICA Monitor. Disponível em: <https://monitor.coop/en/media/library/research-and-reviews-world-cooperative-monitor/world-cooperative-monitor-2023>. Acesso em: 23 abr. 2024.

Referências bibliográficas

ABREU, A. **A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava.** Ufpr.br, 1981. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/26990>. Acesso em: 30 abr. 2023.

ALBARELLO, E. P. A dicotomia entre o rural e o urbano a urbanização do território. **Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios**, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 2017.

ALMEIDA, J. (org). **A Modernização Da Agricultura.** Lume. ufrgs.br, Ed. UFRGS, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56448>. Acesso em: 16 abr. 2024.

ALVES, E.; CONTINI, E.; HAINZELIN, É. Transformações da agricultura brasileira e pesquisa agropecuária. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 37-51, jan./abr. 2005.

BACELLAR, C. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** Contexto, 2008.

BAIA, C. A. **Estratégias de ocupação de terra e relações de poder nos Campos de Guarapuava (1768-1853).** Orientador: Elpidio Serra. 2012. Dissertação (Mestrado)-Curso de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2815>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 123–151, 2006. DOI: 10.14393/RCT1211787. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BARROS, G. S. A. C. Agronegócio. In: Di Giovanni, G. & Nogueira, M. A. (Org.). **Dicionário de Políticas Públicas.** 1ª ed. São Paulo: FUNDAP - Imprensa Oficial de São Paulo, 2013. v. 1, p. 76-79.

BASTOS, T. L.; FAJARDO, S. O contexto agrário do município de Guarapuava-PR: uma leitura a partir dos conceitos de espaço e território. **Terr@ Plural**, v. 8, n. 1, p. 55-76, 2014.

BENJAMIN, W. O autor como produtor. Conferência pronunciada no Instituto para o Estudo do Fascismo, em 27 de abril de 1934. In: **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política.** Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BINDA, A. L.; BERTOTTI, L. G. Mapeamento de características físicas do relevo da cidade de Guarapuava-PR utilizando técnicas de geoprocessamento. **Raega - O Espaço Geográfico Em Análise**, vol. 16, 31 dez. 2008.

BRASIL. **Planalto.gov.br.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 17 jul. 2023.

BRUNO, R. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges. (orgs.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais**. Conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-papers, 2017. p. 155-168.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERCEL, C. The persistence and malleability of settlerness: Danube Swabians in Entre Rios/Guarapuava (Paraná, Brazil). **Immigrants & Minorities**, p. 1–38, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/02619288.2023.2216683?needAccess=true>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 189-202, 2009. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v12i2p189-202. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25749>. Acesso em: 9 jan. 2024.

CREMONESE, C.; SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo e agricultura familiar na formação do espaço agrícola do Oeste do Paraná. **Tempo da Ciência**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 49–63, 2000. DOI: 10.48075/rtc.v12i23.434. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/434>. Acesso em: 16 abr. 2024.

CUNHA, L. C. da et al. **Agro é POP ou a Globo é agro?: relações de poder e dominação através da construção das narrativas de riqueza e dos padrões de consumo pela comunicação midiaticizada do campo da agropecuária**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13991>. Acesso em: 16 abr. 2024.

D'ASSUNÇÃO, J. Koselleck, A história dos conceitos e as temporalidades. **Araucaria**, n. 35, p. 41–53, 2015. Disponível em: <https://idus.us.es/handle/11441/47975>. Acesso em: 16 abr. 2024.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DJALMA FERREIRA PELEGRINI; S.; SHIGEO SHIKI. Uma abordagem teórica sobre cooperativismo e associativismo no Brasil. Extensio: **Revista Eletrônica de Extensão**, v. 12, n. 19, p. 70–85, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6182952>. Acesso em: 30 abr. 2024.

DRESCH, A. Projeções de consumo de madeira com fins energéticos para secagem de grãos na região de Guarapuava, PR. **Floresta**, Curitiba, PR, n. 1, p. 81–92, 2014. Disponível em:

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/103988/1/ProjecoesConsumo.pdf>.

Acesso em: 2 maio 2023.

EVENSON, R. E.; GOLLIN, D. Assessing the Impact of the Green Revolution, 1960 to 2000. *Science*, v. 300, n. 5620, p. 758–762, 2003. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/300/5620/758.full>.

FAO. The impact of pesticide residues on the gut microbiome and human health – A food safety perspective. **Food Safety and Quality Series**, No. 19. Rome, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc5306en>.

FAVRO, J.; ALVES, A. F. Agroindústria: delimitação conceitual para a economia brasileira. *Revista de Política Agrícola*, v. 29, n. 3, p. 19, 2020. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1534>. Acesso em: 15 maio 2023.

FELEMA, M.; SALDANHA, T. Agro é Pop, Agro é Tech, Agro é tudo? Mobilização de narrativas para tornar o agronegócio atraente ao jovem. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL COMUNICON**, 5., 2019, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ESPM, 2019. Disponível em: [https://proceedings.science/comunicon/comunicon-2019/trabajos/agro-e-pop-agro-e-tec-h-agro-e-tudo-mobilizacao-de-narrativas-para-tornar-o-agronegocio-atraente-ao-jovem?](https://proceedings.science/comunicon/comunicon-2019/trabajos/agro-e-pop-agro-e-tec-h-agro-e-tudo-mobilizacao-de-narrativas-para-tornar-o-agronegocio-atraente-ao-jovem?lang=pt-br) Acesso em: 1 abr. 2024.

FIORI, S. Imigração e meio ambiente: os Suábios do Danúbio em Entre Rios. In: FIORI, S. (org.). **Uma estrada no tempo**. Entre Rios, PR: Museu Histórico de Entre Rios, 2002.

GAIGER, L. **O cooperativismo: entre a utopia e a autogestão**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

GERVAIS, M. Agricultural Cooperatives in the Global Economy. **Agricultural Systems**, v. 154, p. 1-10, 2017. DOI: 10.1016/j.agsy.2017.03.012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0308521X17301025>. Acesso em: 16 abr. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIORDANI, F. L.; CASTRO, M. B. M. de. Apropriação da natureza e concentração fundiária no estado do Paraná. In: LEITE, M. G.; GUEDES, S. M. P. (Org.). **Territórios em Disputa: agentes, escalas e temporalidades no rural contemporâneo**. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2022. p. 37–60.

GOMES, S. A. A. **A terra na história do Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. In: SILVA, J. G. D.; DEL GROSSI, M. E.; DEASSI, C. (org.). **Nova Ruralidade: Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial**. 1ª ed. Brasília: MDA, 2009. p. 23–50.

GROHMANN, R. L. P. **Imigração, Memória e Desenvolvimento Local**. Curitiba: PUCPR, 2008. Disponível em: <http://repositorio.pucpr.br:8080/jspui/handle/123456789/16087>. Acesso em: 2 jun. 2024.

HELD, D. **Models of Democracy**. Stanford: Stanford University Press, 2006.

IAPAR. **Histórico do Solo de Guarapuava**. Iapar.br. Disponível em: http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/doc_cau/EQUU_00.PDF. Acesso em: 30 jan. 2024.

IBGE. Tabela 1612: **Produção agrícola municipal** - Lavoura temporária. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Brasil. In: **Série Documentos Técnicos (ICMBio)**. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_saint_hilaire-langue/PARNA_SaintHilaire-Lange.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

JANOS, A. C. **The Politics of Backwardness in Hungary, 1825-1945**. Princeton: Princeton University Press, 1982.

KAISER, M. G. Associativismo e cooperativismo na agricultura familiar. In: MARQUES, S. B. (Org.). **Agricultura familiar: do discurso político à ação pública**. 1ª ed. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2021. p. 75-92.

KAY, C. Reflexões sobre as tendências da sociologia rural na América Latina. **Revista NERA**, ano 7, n. 6, p. 5-42, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/43>. Acesso em: 20 dez. 2023.

LAGO, L. E. A. do; ALENCAR, J. A. de. Os desafios da agricultura familiar no contexto da modernização. **Revista de Política Agrícola**, v. 30, n. 1, p. 55-67, 2021. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1515>. Acesso em: 22 abr. 2023.

LEISY, D. **Aspectos culturais da imigração alemã no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

LITWIN, E. **A pesquisa qualitativa e o projeto de investigação: um tema revisitado**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LOCATEL, Celso Donizete; LIMA, Fernanda Laize Silva de. Agronegócio e poder político: políticas agrícolas e o exercício do poder no Brasil. **Sociedade e Território**, Natal, v. 28, n. 2, p. 57-81, jun./dez. 2016.

LUNA, P. **Agricultura, meio ambiente e desenvolvimento sustentável**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARQUES, S. B.; CREMONESE, C. Agricultura familiar e o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF): considerações sobre o rural no contexto da modernização conservadora. **Ciência Rural**, [S. l.], v. 43, n. 5, p.

1044-1051, maio 2013. DOI: 10.1590/S0103-84782013005000019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cr/a/NDbFtn9KpKmTjRdXtLPwY5P/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MARTINS, J. S. **Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro I, v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MELLO, D. M. S.; KLEIN, V. **Desenvolvimento e meio ambiente: uma abordagem crítica**. Campinas: Papyrus, 1994.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano Agrícola e Pecuário 2023/2024**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/gov.br-lanca-plano-agricola-e-pecuario-2023-2024>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MONTEIRO, C. A.; CASTRO, I. R. de R. Sustentabilidade nutricional. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 4, p. 30-36, 2016. DOI: 10.21800/2317-66602016000400012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cic/a/7ZWmTPkQvjPBHDpJns2KbWg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 jan. 2024.

MORAES, R. F. de. **Políticas públicas para o desenvolvimento rural**. Brasília: IPEA, 2003.

OLIVEIRA, J. F. de. A modernização da agricultura brasileira e a questão energética. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, 16., 2013, Salvador. Anais [...]. Salvador: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2013.

PAIVA, C. S. As experiências associativas e cooperativas no meio rural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 217-232, 2014. DOI: 10.1590/S0103-40142014000100015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/HmRMPx7rB69t58xf7MY3wLp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PATARRA, N. L. **Brasil, 500 anos: população**. 1ª ed. Campinas: Papyrus, 2002.

PEROSA, G. R. Os desafios da modernização agrícola no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

REBELLO, F. K. Políticas públicas e desenvolvimento agrícola no Brasil: uma análise das transformações recentes. **Revista Brasileira de Política Agrícola**, v. 28, n. 2, p. 45-58, 2019. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RBPA/article/view/1398>. Acesso em: 22 fev. 2024.

REIS, M. V. dos. Políticas agrárias no Brasil: história e perspectivas. In: **CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL**, 12., 2018, Montevideo. Anais [...]. Montevideo: Latin American Rural Sociology Association, 2018.

RICHTER, R. Imigração e meio ambiente: Os Suábios do Danúbio em Entre Rios. In: FIORI, S. (org.). **Uma estrada no tempo**. Entre Rios, PR: Museu Histórico de Entre Rios, 2002.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SCHMIDT, B. **Agricultura sustentável: práticas e desafios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Embrapa, 2020.

SEN, A. **Development as Freedom**. New York: Knopf, 1999.

SOUZA, M. L. de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SPAROVEK, G. A lógica econômica da agricultura brasileira. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p. 65-78, 2009. DOI: 10.1590/S0103-40142009000100005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/HmRMPx7rB69t58xf7MY3wLp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2024.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEIN, S. B. **O Desenvolvimento da Agricultura Brasileira: 1900-1970**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TAVARES, L. R. **Capitalismo e Agricultura: Estudo sobre as Formações Econômicas e Processos de Trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

TILLY, C. **Coerção, Capital, e os Estados Europeus, 990-1990**. São Paulo: Edusp, 1996.

TOLEDO, R. E. A reforma agrária no Brasil: uma análise histórica e crítica. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, p. 221-236, 2003. DOI: 10.1590/S0103-40142003000200015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/HmRMPx7rB69t58xf7MY3wLp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VELHO, O. G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

VIEIRA, P. F.; WEBER, J. **Agricultura sustentável: fundamentos e estratégias**. 1ª ed. Florianópolis: Insular, 1997.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2004.

WILLIAMS, R. **O Campo e a Cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.